

PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO, AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E AO FINANCIAMENTO DA PROLIFERAÇÃO – ILHAS CAYMAN

1. INTRODUCTION - ABOUT THIS MANUAL

1.1 Purpose

This Manual sets out the policies and procedures of OURIBANK S.A. BANCO MULTIPLO (“the Company” or the “Bank”), principally in relation to combating money laundering and the financing of terrorism. It is designed to ensure that the Company:

- fully complies with requirements under the laws and regulations of the Cayman Islands;
- minimises the risk of being successfully targeted by money launderers;
- protects its reputation;
- establishes and maintains an effective system of anti-money laundering procedures;
- has clearly identified the anti-money laundering responsibilities and duties of the Board of Directors, the Money Laundering Reporting Officer (“the MLRO”) and the Anti-Money Laundering Compliance Officer (AMLCO), and that these are agreed, documented, and understood;
- has a ready reference available for staff training and on-going staff use;
- ensures staff is aware of potential personal liability; and
- knows its clients.

The directors and management of the Company are committed to ensuring that the Cayman Branch’s operations are carried out in accordance with statutory and regulatory requirements and best market practice. In accordance with this policy, they have prepared this Manual to ensure that the Company’s staff is familiar, and

1. INTRODUÇÃO – SOBRE ESTE MANUAL

1.1 Objetivo

Este Manual estabelece as políticas e os procedimentos do OURIBANK S.A. BANCO MULTIPLO (“Sociedade” ou “Banco”), principalmente em relação ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Ele é projetado para garantir que a Sociedade:

- cumpra integralmente os requisitos das leis e regulamentos das Ilhas Cayman;
- minimize o risco de ser visada com sucesso por lavadores de dinheiro;
- proteja sua reputação;
- estabeleça e mantenha um sistema eficaz de procedimentos de combate à lavagem de dinheiro;
- identifique claramente as responsabilidades e os deveres de combate à lavagem de dinheiro do Conselho de Administração, do Money Laundering Reporting Officer (“MLRO”) e do Anti-Money Laundering Compliance Officer (“AMLCO”), e que estes são acordados, documentados e compreendidos;
- tenha uma referência pronta disponível para treinamento dos funcionários e uso contínuo dos funcionários;
- garanta que os funcionários estejam cientes da possível responsabilidade pessoal; e
- conheça seus clientes.

Os conselheiros e a administração da Sociedade estão comprometidos em garantir que as operações da Agência das Ilhas Cayman sejam realizadas de acordo

comfortable, with the principles, guidance and procedures to prevent attempts to launder the proceeds of criminal conduct through the Company.

The Company and its staff have a duty to exercise vigilance in deterring criminals from engaging in any form of money laundering or financing of terrorism activities.

The Company will ensure that all relevant parties including external service providers and staff are aware of the procedures contained within this manual where such parties are carrying out a relevant activities which may expose the Company to AML/CFT/PF risks. Throughout this Manual references to “Staff” includes such parties.

This Manual applies to the Bank’s Cayman Islands branch and governs AML/CFT obligations, controls, and procedures that the Cayman Branch shall follow as a minimum requirement. The provisions are limited in scope to the operations, activities, employees, and customers of the Cayman Islands branch and are not intended to replace, AML/CFT frameworks, policies, or procedures adopted by the Parent Bank in other jurisdictions.

1.2 How to use this Manual

This Manual should be read, understood and referred to by all staff who have responsibilities in relation to the Company. It is not designed to cover every eventuality, but sets out the broad principles and procedures in relation to preventing money laundering within which all staff are

com os requisitos estatutários e regulamentares e as melhores práticas de mercado. De acordo com esta política, eles prepararam este Manual para garantir que os funcionários da Sociedade estejam familiarizados e confortáveis com os princípios, orientações e procedimentos para prevenir tentativas de lavagem de dinheiro proveniente de atividades criminosas por meio da Sociedade.

A Sociedade e seus funcionários têm o dever de exercer vigilância para impedir que criminosos se envolvam em qualquer forma de lavagem de dinheiro ou financiamento de atividades terroristas.

A Sociedade garantirá que todas as partes relevantes, incluindo prestadores de serviços externos e funcionários, estejam cientes dos procedimentos contidos neste manual quando tais partes estiverem realizando atividades relevantes que possam expor a Sociedade a riscos de PLD/CFT/FP. Ao longo deste Manual, as referências a “Funcionários” incluem essas partes.

Este Manual se aplica à agência do Banco nas Ilhas Cayman e rege os controles, obrigações e procedimentos de PLD/CFT que a Agência das Ilhas Cayman deve seguir como requisito mínimo. As disposições são limitadas em escopo às operações, atividades, funcionários e clientes da agência das Ilhas Cayman e não se destinam a substituir estruturas, políticas ou procedimentos de PLD/CFT adotados pelo Banco Controlador em outras jurisdições.

1.2 Como usar este Manual

Este Manual deve ser lido, compreendido

expected to work.

Nothing in this Manual is intended to replace provisions in the various pieces of money laundering legislation. Reference should be made to them and the AMLCO in all cases if greater detail or definitions are needed.

Important Note: Throughout this manual there is reference primarily to the terms “money laundering”, “ML/TF” and “AML/CFT”, but all these procedures are also aimed at preventing the combatting of money laundering, terrorism financing and proliferation financing.

1.3 Queries

Any queries on the content of this Manual should be addressed to the AMLCO. See Appendix F for the current staff member/service provider in this role and the roles of MLRO and DMLRO.

1.4 Updates

Updates and amendments shall be prepared by the AMLCO and approved at the next available Board of Directors’ meeting. Such amendments shall be recorded in the minutes. Updates to the Manual shall be recorded with the date on which they were made at the form located at Appendix E. The body of the Manual will also be updated.

1.5 Right of use to this Manual

This Manual has been prepared for the

e referido por todos os funcionários que têm responsabilidades em relação à Sociedade. Ele não foi projetado para cobrir todas as eventualidades, mas estabelece os princípios e procedimentos gerais em relação à prevenção da lavagem de dinheiro, dentro dos quais todos os funcionários devem trabalhar.

Nada neste Manual pretende substituir as disposições das diversas leis de combate à lavagem de dinheiro. Deve ser feita referência a eles e ao AMLCO em todos os casos, se forem necessários mais detalhes ou definições.

Observação importante: Ao longo deste manual, há referência principalmente aos termos “lavagem de dinheiro”, “LD/FT” e “PLD/CFT”, mas todos esses procedimentos também visam prevenir e combater lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação.

1.3 Dúvidas

Quaisquer dúvidas sobre o conteúdo deste Manual devem ser dirigidas ao AMLCO. Consulte o Anexo F para o funcionário/prestador de serviços atualmente nesta função e as funções de MLRO e DMLRO.

1.4 Atualizações

Atualizações e alterações devem ser preparadas pelo AMLCO e aprovadas na próxima assembleia do Conselho de Administração disponível. Tais alterações serão registradas em ata. As atualizações do Manual devem ser registradas com a data em que foram feitas no formulário

exclusive use of OURIBANK S.A. BANCO MULTIPLO. There is no time limit on the use of the Manual by the Company. The use of this Manual and the procedures therein is for the sole use of ensuring that the Company complies with the Cayman Islands anti money laundering laws and regulations. Use of this Manual in relation to any entity other than the Company is strictly prohibited and will be a breach of the copyrights relating this Manual. This Manual shall not be shared with any other entity other than the Company and its Relevant Service Providers and such sharing must be solely for the purposes of fulfilling the Company's obligations under Cayman Islands anti money laundering laws and regulations.

2 KEY RESPONSIBILITIES

Some key anti-money laundering responsibilities are outlined below. Overall responsibility for compliance rests with the Board of Directors; its members may be personally liable in the event of serious systemic failures in anti-money laundering policies and procedures. The Board of Directors may delegate some of the activities for which it is responsible. However, it must receive regular reports, monitor progress and ensure its directions are followed.

2.1 Board of Directors

The Board of Directors of the Company is responsible for:

- putting in place anti-money laundering procedures and ensuring that they are kept up to date;

localizado no Anexo E. O corpo do Manual também será atualizado.

1.5 Direito de uso deste Manual

Este Manual foi elaborado para uso exclusivo da OURIBANK S.A. BANCO MULTIPLO. Não há limite de tempo para o uso do Manual pela Sociedade. O uso deste Manual e dos procedimentos nele contidos é para o uso exclusivo de garantir que a Sociedade cumpra as leis e regulamentos de combate à lavagem de dinheiro das Ilhas Cayman. O uso deste Manual em relação a qualquer entidade que não seja a Sociedade é estritamente proibido e será uma violação dos direitos autorais relacionados a este Manual. Este Manual não deve ser compartilhado com nenhuma outra entidade que não seja a Sociedade e seus Prestadores de Serviços Relevantes e tal compartilhamento deve ser exclusivamente para fins de cumprimento das obrigações da Sociedade de acordo com as leis e regulamentos de combate à lavagem de dinheiro das Ilhas Cayman.

2 PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES

Algumas das principais responsabilidades contra a lavagem de dinheiro são descritas abaixo. A responsabilidade geral pelo cumprimento cabe ao Conselho de Administração; seus membros podem ser pessoalmente responsáveis em caso de falhas sistêmicas graves nos procedimentos e políticas de combate à lavagem de dinheiro. O Conselho de Administração pode delegar algumas das atividades pelas quais é responsável. No entanto, deve receber relatórios regulares, monitorar o progresso e garantir que suas

- appointing the MLRO and AMLCO and appropriate designates;
- ensuring that staff receive training in the procedures, money laundering legislation and money laundering awareness;
- approving this Manual and future updates and amendments and recording such approval in Board of Directors' minutes; and
- receiving and considering periodic reports from the MLRO and AMLCO.

2.2 Board Policy statement on AML/CFT

It is the policy of the Company as established by its board to seek to prevent the misuse of its personnel, services and facilities for the purposes of money laundering, terrorist financing, proliferation financing and contravention of applicable financial sanctions. To that end, the Company is committed to the adoption of a vigilant compliance culture and enforcement of a program of risk-based policies, procedures and controls to detect and deter money laundering, terrorist financing and proliferation financing, and avoid involvement with sanctioned persons or sanctioned activities, in compliance with the applicable legislation.

All of the Company's employees are to be informed of this policy and familiar with the substance and intent of the operational AML/CFT controls and procedures maintained by the Company.

2.3 Anti- Money Laundering Compliance Officer (AMLCO) Responsibilities

instruções sejam seguidas.

2.1 Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração da Sociedade:

implementar procedimentos de combate à lavagem de dinheiro e garantir que eles sejam mantidos atualizados;

- nomear o MLRO e o AMLCO e os designados apropriados;
- garantir que os funcionários recebam treinamento nos procedimentos, legislação de lavagem de dinheiro e conscientização sobre lavagem de dinheiro;
- aprovar este Manual e futuras atualizações e alterações e registrar tal aprovação na ata do Conselho de Administração; e
- receber e considerar relatórios periódicos do MLRO e do AMLCO.

2.2 Declaração de Política do Conselho sobre PLD/CFT

É política da Sociedade, conforme estabelecido por seu conselho, procurar evitar o uso indevido de seus serviços, funcionários e instalações para fins de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, financiamento da proliferação e violação das sanções financeiras aplicáveis. Para tanto, a Sociedade está comprometida com a adoção de uma cultura de compliance vigilante e aplicação de um programa de políticas, procedimentos e controles baseados em risco para detectar e deter a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e o financiamento da proliferação, e evitar o envolvimento com pessoas sancionadas ou atividades sancionadas, em

- The AMLCO is responsible for:
- Ensuring that measures set out in the AML Regulations are adopted by the Company
- Ensuring that the Company carries out an annual review of its systems and procedures
- Ensuring that the Company's risk-based approach remains updated and in line with any new methods of money laundering, terrorism financing or proliferation financing or technological developments
- Functioning as the point of contact with competent authorities, such as the Cayman Islands Monetary Authority, for the purpose of the AML Regulations;
- Ensuring that staff receive regular money laundering training;
- Ensuring that regular audits of the AML/CFT programme are performed;
- Maintaining various logs, as necessary, including logs with respect to declined business, training, PEPs, eligible introducers, false positives for sanctions, and requests from competent authorities particularly in relation to investigations;
- Advising the Board of AML/CFT compliance issues that need to be brought to its attention;
- Reporting quarterly to the Board or Board committees, as appropriate, on the Company's systems and controls;
- Responding promptly to requests for information by the relevant competent authorities.

The Company has designated Edilson Guidini as its AMLCO.

2.4. MLRO Responsibilities

The MLRO is responsible for:

conformidade com a legislação aplicável.

Todos os funcionários da Sociedade devem ser informados desta política e familiarizados com a essência e a intenção dos controles e procedimentos operacionais de PLD/CFT mantidos pela Sociedade.

2.3 Responsabilidades do Anti-Money Laundering Compliance Officer (AMLCO)

- O AMLCO é responsável por:
- Garantir que as medidas estabelecidas nos Regulamentos de PLD sejam adotadas pela Sociedade;
- Garantir que a Sociedade realize uma revisão anual de seus sistemas e procedimentos;
- Garantir que a abordagem baseada em risco da Sociedade permaneça atualizada e alinhada com quaisquer novos métodos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, financiamento da proliferação ou desenvolvimentos tecnológicos;
- Funcionar como o ponto de contato com as autoridades competentes, como a Cayman Islands Monetary Authority, para os fins dos Regulamentos PLD;
- Garantir que os funcionários recebam treinamento regular sobre lavagem de dinheiro;
- Garantir que auditorias regulares do programa de PLD/CFT sejam realizadas;
- Manter vários registros, conforme necessário, incluindo registros com relação a negócios recusados, treinamento, PEPs, introdutores elegíveis, falsos positivos para sanções e solicitações de autoridades competentes, particularmente em relação a investigações;
- Assessorar o Conselho de questões de compliance de PLD/CFT que precisam

- Reviewing and investigating reports from staff relating to potentially suspicious activity and determining whether the information, or other matters contained in the reports give rise to knowledge or suspicion that a customer is engaged in criminal conduct;
- Reporting to the Financial Reporting Authority (“FRA”) as soon as possible where appropriate;
- Reporting to the Company’s Board, where appropriate;
- Documenting all enquiries made, both where further disclosure is made, and where it is concluded that there are no grounds for reporting;
- Liaising with the FRA throughout investigations; documenting all correspondence;
- Keeping up to date with the latest money laundering schemes and techniques;
- Seeking advice from external counsel, where necessary and approved by the Company

The Company has designated Edilson Guidini as its MLRO.

2.5. Deputy MLRO Responsibilities

The DMLRO is responsible for:

- Fulfilling the duties of the MLRO as described above in his/her absence
- Ensuring that they receive on-going AML/CFT training in order to fulfil the duties of the MLRO when required.

The Company has designated Roberto Junior as its DMLRO.

2.6. Employee Responsibilities

The Company requires all employees to read

ser levadas ao seu conhecimento;

- Reportar trimestralmente ao Conselho ou aos comitês do Conselho, conforme o caso, sobre os sistemas e controles da Sociedade;
- Responder prontamente aos pedidos de informação das autoridades competentes relevantes.

A Sociedade designou Edilson Guidini como seu AMLCO.

2.4. Responsabilidades do MLRO

O MLRO é responsável por:

- Revisar e investigar denúncias de funcionários relacionadas a atividades potencialmente suspeitas e determinar se as informações ou outros assuntos contidos nas denúncias dão origem ao conhecimento ou suspeita de que um cliente está envolvido em conduta criminosa;
- Reportar à Financial Reporting Authority (“FRA”) o mais breve possível, quando apropriado;
- Reportar ao Conselho de Administração da Sociedade, quando for o caso;
- Documentar todas as investigações feitas, tanto onde a divulgação adicional é feita, quanto onde se conclui que não há motivos para relatar;
- Estabelecer contato com a FRA durante as investigações; documentar toda a correspondência;
- Manter-se atualizado com os mais recentes esquemas e técnicas de lavagem de dinheiro;
- Procurar aconselhamento de um advogado externo, quando necessário e aprovado pela Sociedade.

A Sociedade designou Edilson Guidini como seu MLRO.

and conduct themselves in accordance with the policies and training that the Company has provided, and to be vigilant in deterring and detecting money laundering. Employees' knowledge and understanding of the policies and procedures of the Company will be evaluated during staff training. Those employees who fail to adhere to the policies and procedures may be subject to termination of employment, internal disciplinary action or diminished compensation as well as the risk of criminal prosecution.

2.7. Other Parties

Where the Company utilises persons or entities on an outsourced basis to perform roles which may expose the Company to AML/CFT/PF risks, the Company shall require such parties to comply with this manual where appropriate. These parties are included in the definition of staff throughout this Manual.

3 MONEY LAUNDERING

3.1 What is money laundering?

Money laundering is the process by which criminals attempt to conceal the true origin and ownership of the proceeds of their criminal activities. If it is carried out successfully, it also allows them to maintain control over those proceeds and ultimately to provide cover for their source of income. Money laundering is a global phenomenon that affects all countries to varying degrees. By its very nature it is a hidden activity, and therefore the scale of the problem and the amount of criminal money being generated, either locally or globally each year, is impossible to measure accurately. However, financial businesses are targeted by money

2.5. Responsabilidades do DMLRO (Deputy Money Laundering Reporting Officer)

O DMLRO é responsável por:

- Cumprir os deveres do MLRO conforme descrito acima em sua ausência
- Garantir que eles recebam treinamento contínuo em PLD/CFT, a fim de cumprir as funções do MLRO quando necessário.

A Sociedade designou Roberto Junior como seu DMLRO.

2.6. Responsabilidades dos Funcionários

A Sociedade exige que todos os funcionários leiam e se comportem de acordo com os treinamentos e políticas que a Sociedade forneceu, e estejam vigilantes na dissuasão e detecção de lavagem de dinheiro. O conhecimento e a compreensão dos funcionários sobre os procedimentos e políticas da Sociedade serão avaliados durante o treinamento dos funcionários. Os funcionários que não aderirem aos procedimentos e políticas podem estar sujeitos à rescisão do contrato de trabalho, ação disciplinar interna ou compensação reduzida, bem como ao risco de processo criminal.

2.7. Outras Partes

Quando a Sociedade utilizar pessoas ou entidades terceirizadas para desempenhar funções que possam expor a Sociedade a riscos de PLD/CFT/FP, a Sociedade exigirá que essas partes cumpram este manual, quando apropriado. Essas partes estão incluídas na definição de funcionários ao longo deste Manual.

3 LAVAGEM DE DINHEIRO

launderers every day.

3.2 What is terrorist financing?

Terrorist financing is providing financial support to an unlawful action which is intended to compel a government or an international organisation, or intimidate the public to do or abstain from doing any act for the purpose of advancing a political, religious, racial, or ideological cause. Examples of such acts include causing serious risk to public health, endangering a person's life or interrupting emergency services. Sources of funding for terrorism could be unlawful sources such as drug or human trafficking. It is important to note that funding for terrorism may also come from legitimate sources.

3.3 What is proliferation financing?

Proliferation financing refers to the act of providing funds or financial services which are used, in whole or in part, for the manufacture, acquisition, possession, development, export, trans-shipment, brokering, transport, transfer, stockpiling or use of nuclear, chemical, radiological or biological weapons and their means of delivery and related materials in contravention of national laws or, where applicable, international obligations.

3.4 How proliferation financing differs from money Laundering

The stages of proliferation financing differ from the placement-layering-integration cycle associated with money laundering.

3.1 O que é lavagem de dinheiro?

A lavagem de dinheiro é o processo pelo qual os criminosos tentam ocultar a verdadeira origem e propriedade do produto de suas atividades criminosas. Se for realizada com sucesso, também permite que eles mantenham o controle sobre esses recursos e, finalmente, forneçam cobertura para sua fonte de renda. A lavagem de dinheiro é um fenômeno global que afeta todos os países em graus variados. Por sua própria natureza, é uma atividade oculta e, portanto, a escala do problema e a quantidade de dinheiro criminoso gerado, local ou globalmente a cada ano, são impossíveis de medir com precisão. No entanto, as empresas financeiras são visadas por lavadores de dinheiro todos os dias.

3.2 O que é o financiamento do terrorismo?

Financiamento do terrorismo é fornecer apoio financeiro a uma ação ilegal que se destina a obrigar um governo ou uma organização internacional, ou intimidar o público a fazer ou abster-se de fazer qualquer ato com a finalidade de promover uma causa política, religiosa, racial ou ideológica. Exemplos de tais atos incluem causar sérios riscos à saúde pública, colocar em risco a vida de uma pessoa ou interromper os serviços de emergência. As fontes de financiamento do terrorismo podem ser fontes ilegais, como drogas ou tráfico de seres humanos. É importante notar que o financiamento do terrorismo também pode vir de fontes legítimas.

Rather, the pattern used by proliferators is a linear Raise – Obscure – Procure & Ship.

During the Raise stage funds are raised from overseas criminal activities, state budgets and overseas commercial enterprises.

During the second stage of proliferation financing, proliferators rely on extensive networks of businesses (including front companies) and middlemen to obscure any connection on paper to sanctioned countries. Countries use opaque ownership structures for evading sanctions lists. Often proliferation financing involves companies in or near a sanctioned country and accounts under the control of a foreign national (i.e. not Iranian or a North Korean national) with sympathies to the sanctioned country. This, combined with the use of false documentation, allows proliferators to avoid detection. However, studying previous proliferation financing cases and typologies can allow FSPs to gain a better understanding of these networks.

The Procure & Ship stage involves expenses associated with brokers, shippers, freight forwarders, insurance coverage, for goods and technology that is intended to be delivered to conduit countries for final entry into a sanctioned country. It is important to note that proliferation involves not only the purchase of weapons but also of individual goods and component parts that can be used to develop weapons or missiles. This makes proliferation activities more difficult to detect.

Also, unlike money laundering, which is

3.3 O que é o financiamento da proliferação?

O financiamento da proliferação refere-se ao ato de fornecer fundos ou serviços financeiros que são usados, no todo ou em parte, para fabricação, aquisição, posse, desenvolvimento, exportação, transporte, corretagem, envio, transferência, armazenamento ou uso de armas nucleares, químicas, radiológicas ou biológicas e seus meios de entrega e materiais relacionados em violação das leis nacionais ou, quando aplicável, das obrigações internacionais.

3.4 Como o financiamento da proliferação difere da lavagem de dinheiro?

As etapas do financiamento da proliferação diferem do ciclo de colocação-ocultação-integração associado à lavagem de dinheiro. Em vez disso, o padrão usado por proliferadores é uma sequência linear de Captação – Ocultação – Aquisição e Envio.

Durante a etapa de Captação, os fundos são angariados de atividades criminosas no exterior, orçamentos estatais e empresas comerciais no exterior.

Durante a segunda etapa do financiamento da proliferação, os proliferadores dependem de extensas redes de empresas (incluindo empresas de fachada) e intermediários para ocultar qualquer conexão documental com países sancionados. Os países utilizam estruturas de propriedade opacas para burlar listas de sanções. Muitas vezes, o financiamento da proliferação envolve empresas dentro ou perto de um país

concerned about funds raised by illegitimate means, the source of funds used to finance proliferation can be both legal and illegal. The destination or use of those funds is for advancing the ambitions of sanctioned states. In many cases the financing source is from a state or a person acting as an indirect agent of the state.

As such, while some risk indicators and control elements might overlap for money laundering and proliferation financing, proliferation financing also has its own unique risk indicators and associated controls that financial institutions should implement.

Table 1: Comparison of Proliferation Financing to Money Laundering and Terrorist Financing (taken from the Guidance Notes)

sancionado e contas sob o controle de um cidadão estrangeiro (ou seja, não iraniano ou norte-coreano) que simpatiza com o país sancionado. Isso, combinado com o uso de documentação falsa, permite que os proliferadores evitem a detecção. No entanto, estudar casos e tipologias anteriores de financiamento da proliferação pode permitir que os prestadores de serviços financeiros (FSPs) obtenham uma melhor compreensão dessas redes.

A etapa de Aquisição e Envio envolve despesas associadas a corretores, transportadores, agentes de carga, cobertura de seguro, para bens e tecnologia que se pretende entregar a países de passagem para a entrada final em um país sancionado. É importante notar que a proliferação envolve não apenas a compra de armas, mas também de bens individuais e componentes que podem ser usados para desenvolver armas ou mísseis. Isso torna as atividades de proliferação mais difíceis de detectar.

Além disso, ao contrário da lavagem de dinheiro, que se preocupa com os fundos arrecadados por meios ilegítimos, a fonte dos fundos usados para financiar a proliferação pode ser legal e ilegal. O destino ou uso desses fundos é promover as ambições dos estados sancionados. Em muitos casos, a fonte de financiamento é de um estado ou de uma pessoa que atua como um agente indireto do estado.

Como tal, embora alguns indicadores de risco e elementos de controle possam se sobrepor para lavagem de dinheiro e financiamento da proliferação, o financiamento da proliferação também tem seus próprios indicadores de risco exclusivos e controles associados que as instituições financeiras devem

implementar.

Tabela 1: Comparação entre o financiamento da proliferação, a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo (extraído das Notas de Orientação)

| | Money Laundering | Terrorist Financing | Proliferation Financing |
|----------------------------|--|---|--|
| Flow of Funds | Circular – money eventually ends up with the person that generated it | Linear – money generated is to propagate terrorist groups and activities | Linear – money is used to purchase goods and parts, technology from brokers and manufacturers. Shipping and insurance also part of money trail |
| Conduits | Favours formal financial system | Favours cash couriers or informal systems such as hawala and currency exchange firms | Favours formal financial system |
| Detection Focus | Suspicious transactions, deposits uncharacteristic of customer's or the expected activity | Suspicious relationships, such as wire transfers to seemingly unrelated parties | Goods and materials, activities, countries, individuals |
| Transaction Amounts | Large, but often structured to avoid reporting requirements | Small usually below reporting thresholds | Moderate amounts – transactions appear legitimate with transaction profile |
| Financial Activity | Complex web of transactions often involving shell or front companies, bearer shares and countries with lax financial services regulation | Varied methods, including formal banking system, informal value transfer systems, smuggling of cash and valuables | Transactions look like normal commercial activity, structured to hide origin of funding |

| | Lavagem de Dinheiro | Financiamento do Terrorismo | Financiamento da Proliferação |
|-----------------|----------------------------|------------------------------------|--------------------------------------|
| Fluxo de | Circular – o dinheiro | Linear – o dinheiro | Linear – dinheiro é usado |

| | | | |
|-----------------------------|--|--|--|
| Recursos | acaba ficando com a pessoa que o gerou | gerado é para propagar grupos e atividades terroristas | para comprar bens e peças, tecnologia de corretores e fabricantes. Envio e seguro também fazem parte da trilha do dinheiro |
| Canais de Passagem | Favorece o sistema financeiro formal | Privilegia transportadores de numerário ou sistemas informais, tais como hawala e empresas de câmbio | Favorece o sistema financeiro formal |
| Foco da Detecção | Depósitos de transações suspeitas não característicos da atividade esperada ou do cliente | Relacionamentos suspeitos, como transferências eletrônicas para partes aparentemente não relacionadas | Bens e materiais, atividades, países, indivíduos |
| Valores da Transação | Grande, mas muitas vezes estruturado para evitar requisitos de relatórios | Pequeno, geralmente abaixo dos limites de relatório | Valores moderados – as transações parecem legítimas com o perfil de transação |
| Atividade Financeira | Teia complexa de transações, muitas vezes envolvendo empresas fantasma ou de fachada, ações ao portador e países com regulamentação de serviços financeiros frouxa | Métodos variados, incluindo o sistema bancário formal, sistemas informais de transferência de valores, contrabando de numerário e objetos de valor | As transações parecem atividades comerciais normais, estruturadas para ocultar a origem do financiamento |

3.5 Why combat money laundering?

Money laundering and assisting in money laundering in any way is a serious criminal offence under Cayman Islands Law. The Money Laundering Regulations, as revised from time to time, require financial institutions to establish systems to detect money laundering. The Company is committed to doing everything it can to prevent, detect and stop any form of money laundering.

The long-term success of the Company depends on attracting and retaining legitimately earned funds. Criminally earned money is invariably transient in nature, and deters the honest client. Financial businesses that become involved in a money laundering scandal will risk prosecution and the loss of their good reputation.

3.6 The Three Stages of Money Laundering

There is no one method of laundering money. However, the money laundering process is often described as having three principal stages.

3.6.1 Placement

Placement means putting the illicit funds (often cash) into the financial system. There are many ways this can be achieved, some of the most common being:

3.5 Por que combater a lavagem de dinheiro?

A lavagem de dinheiro e o auxílio à lavagem de dinheiro de qualquer forma constituem uma infração penal grave segundo a legislação das Ilhas Cayman. Os Regulamentos de Lavagem de Dinheiro, conforme revisados de tempos em tempos, exigem que as instituições financeiras estabeleçam sistemas para detectar a lavagem de dinheiro. A Sociedade está comprometida em fazer tudo o que puder para prevenir, detectar e impedir qualquer forma de lavagem de dinheiro.

O sucesso a longo prazo da Sociedade depende da atração e retenção de fundos legitimamente ganhos. O dinheiro ganho criminalmente é invariavelmente transitório por natureza e dissuade o cliente honesto. As empresas financeiras que se envolverem em um escândalo de lavagem de dinheiro correrão o risco de serem processadas e perderem sua boa reputação.

3.6 As Três Etapas da Lavagem de Dinheiro

Não existe um método único de lavagem de dinheiro. No entanto, o processo de lavagem de dinheiro é frequentemente descrito como tendo três etapas principais.

3.6.1 Colocação

Colocação significa colocar os fundos ilícitos (geralmente dinheiro) no sistema financeiro. Existem muitas maneiras de conseguir isso, sendo algumas das mais comuns:

- depositar fundos em um banco ou outra instituição financeira;
- transportar fundos para depósito em outro

- depositing funds in a bank or other financial institution;
- transporting funds for deposit in another country;
- purchasing goods, especially art and antiques, precious metals and stones, vehicles and property and other high value goods; and
- using a cash-rich business to deposit the proceeds of crime along with the day's takings

Travel agencies, restaurants, bars, casinos, book-makers and many other trades have been used by launderers.

The Company's staff has to be on guard for transactions or transfers which appear to have been initiated by cash deposits into a bank or financial institution.

3.6.2 Layering

Layering concerns transferring funds from one source to another. The intention is to create complex layers of financial transactions that disguise the audit trail, provide anonymity and frustrate attempts to trace the true source of the funds. The most common methods for layering include:

- electronic transfers of all kinds;
- purchase and sale of financial instruments;
- purchase and sale of goods and property;
- purchase and sale of businesses;
- use of offshore structures;
- use of multiple jurisdictions; and
- use of front companies

país;

- compra de bens, especialmente arte e antiguidades, metais preciosos e pedras, veículos e propriedades e outros bens de alto valor; e
- utilizar uma empresa com grande fluxo de caixa para depositar o produto do crime junto com o faturamento do dia

Agências de viagens, restaurantes, bares, cassinos, casas de apostas e muitos outros negócios têm sido usados por lavadores.

Os funcionários da Sociedade devem estar atentos a transações ou transferências que pareçam ter sido iniciadas por depósitos em dinheiro em um banco ou instituição financeira.

3.6.2 Ocultação

A ocultação diz respeito à transferência de fundos de uma fonte para outra. A intenção é criar camadas complexas de transações financeiras que disfarçam a trilha de auditoria, fornecem anonimato e frustram as tentativas de rastrear a verdadeira origem dos fundos. Os métodos mais comuns para ocultação incluem:

- transferências eletrônicas de todos os tipos;
- compra e venda de instrumentos financeiros;
- compra e venda de bens e propriedades;
- compra e venda de negócios;
- uso de estruturas offshore;
- uso de múltiplas jurisdições; e
- uso de empresas de fachada.

3.6.3 Integração

3.6.3 Integration

Integration involves putting the proceeds of crime into use so that the funds re-enter the financial system as apparently legitimate funds. A successful money launderer may, for example, have the appearance of a successful businessman who has derived his wealth from his own legitimate efforts.

- Methods for integration include:
- using front companies to lend funds;
- using overseas funds or assets as security for loans;
- over-invoicing and false invoicing;
- buying and selling property (perhaps using offshore companies) and realising “legitimate” profit;
- buying into legitimate businesses and developing them
- acquisition of financial assets;
- incorporation of companies;
- establishment of financial vehicles (e.g. ostensible pooled investment funds)

Placement, layering and integration may take place as separate and distinct phases, or, more commonly, they may overlap. There are points of vulnerability in the laundering process, which the criminal finds difficult to avoid, and where the true nature of their activity is more likely to be discovered. These include:

entry of cash into the financial system;

cross border movements of cash; and

A integração envolve colocar o produto do crime em uso para que os fundos voltem a entrar no sistema financeiro como fundos aparentemente legítimos. Um lavador de dinheiro bem-sucedido pode, por exemplo, ter a aparência de um empresário bem-sucedido que obteve sua riqueza por meio de seus próprios esforços legítimos.

- Os métodos para integração incluem:
- usar empresas de fachada para emprestar fundos;
- usar fundos ou ativos no exterior como garantia de empréstimos;
- superfaturamento e faturamento falso;
- comprar e vender propriedades (talvez usando sociedades offshore) e obter lucro “legítimo”;
- comprar negócios legítimos e desenvolvê-los;
- aquisição de ativos financeiros;
- constituição de empresas;
- estabelecimento de veículos financeiros (por exemplo, fundos de investimento agrupados ostensivos).

Colocação, ocultação e integração podem ocorrer como fases separadas e distintas, ou, mais comumente, elas podem se sobrepor. Existem pontos de vulnerabilidade no processo de lavagem de dinheiro que o criminoso tem dificuldade em evitar e onde a verdadeira natureza de sua atividade tem maior probabilidade de ser descoberta. Estes incluem:

entrada de numerário no sistema financeiro;
 movimentos transfronteiriços de numerário;
 e
 transferências dentro e fora do sistema financeiro.

3.6.4 O Banco está vulnerável?

transfers within and from the financial system.

3.6.4 Is the Bank vulnerable?

All financial institutions are vulnerable to being used by money launderers. Reasons that make the bank attractive to legitimate customers also make it attractive to the money launderer.

The nature of international financial services business, with sometimes complex corporate structures, is also attractive to the money launderer. Such structures can enable the criminal to create, for example, large-scale, but false, international trading activities in order to launder their illicit monies.

3.7 The Cayman Islands Legislation

The Bank is regulated by the Cayman Islands Monetary Authority (“CIMA”). As such, it is conducting relevant financial business for the purposes of the Cayman Islands’ AML/CFT/PF regime and consequently has compliance obligations under the regime. The principal Cayman anti-money laundering laws & guidelines relevant to the Company’s business are:

The Guidance Notes on the Prevention and Detection of Money Laundering in the Cayman Islands (“the Guidance Notes”), as amended from time to time, should be read and implemented in light of the Anti-Money Laundering Regulations. A Court may take into account the Guidance Notes

Todas as instituições financeiras são vulneráveis a serem usadas por lavadores de dinheiro. Razões que tornam o banco atraente para clientes legítimos também o tornam atraente para o lavador de dinheiro.

A natureza dos negócios internacionais de serviços financeiros, com estruturas corporativas às vezes complexas, também é atraente para o lavador de dinheiro. Tais estruturas podem permitir que o criminoso crie, por exemplo, atividades comerciais internacionais em larga escala, mas falsas, a fim de lavar seu dinheiro ilícito.

3.7 A Legislação das Ilhas Cayman

O Banco é regulado pela Cayman Islands Monetary Authority (“CIMA”). Como tal, está conduzindo negócios financeiros relevantes para os fins do regime PLD/CFT/FP das Ilhas Cayman e, conseqüentemente, tem obrigações de compliance sob o regime. As principais leis e diretrizes das Ilhas Cayman em matéria de combate à lavagem de dinheiro relevantes para a atividade da Sociedade são:

As Notas de Orientação sobre a Prevenção e Detecção de Lavagem de Dinheiro nas Ilhas Cayman (“Notas de Orientação”), conforme alteradas periodicamente, devem ser lidas e implementadas à luz dos Regulamentos Contra a Lavagem de Dinheiro. Um Tribunal pode levar em consideração as Notas de Orientação para determinar se os Regulamentos foram cumpridos. Um link para as Notas de Orientação está anexo a este Manual no Anexo A.1. As Notas de Orientação serão atualizadas periodicamente

in determining whether the Regulations have been complied with. A link to the Guidance Notes is annexed to this Manual at Appendix A.1. The Guidance Notes will from time to time be updated and the AMLCO shall distribute such updates when they become available.

3.8 The Principal Offences and Defences

The Cayman Islands, like most countries, have introduced legislation to make money laundering a criminal offence and to require that financial services providers implement anti-money laundering procedures and training for their staff. Under the Proceeds of Crime Law a person commits an offence if he/she:

- conceals criminal property;
- disguises criminal property;
- converts criminal property;
- transfers criminal property; or
- removes criminal property from the Islands;
- enters into or becomes concerned in an arrangement which he knows or suspects facilitates (by whatever means) the acquisition, retention, use or control of criminal property by or on behalf of another person;
- acquires criminal property;
- uses criminal property;
- has possession of criminal property;

- fails to disclose or report criminal conduct;

- engages in “tipping off” with respect to a crime.

Great care should be taken in any dealings

e o AMLCO distribuirá essas atualizações quando estiverem disponíveis.

3.8 Os Principais Infrações e Defesas

As Ilhas Cayman, como a maioria dos países, introduziram legislação para tornar a lavagem de dinheiro uma infração penal e exigir que os prestadores de serviços financeiros implementem procedimentos de combate à lavagem de dinheiro e treinamento para seus funcionários. Nos termos da Lei do Produto do Crime, uma pessoa comete uma infração se ela:

- oculta propriedade criminosa;
- disfarça propriedade criminosa;
- converte propriedade criminosa;
- transfere propriedade criminosa; ou
- remove propriedade criminosa das Ilhas;
- entra ou se torna interessado em um acordo que ele sabe ou suspeita que facilite (por qualquer meio) aquisição, retenção, uso ou controle de propriedade criminosa por ou em nome de outra pessoa;

- adquire propriedade criminosa;
- utiliza propriedade criminosa;
- possui bens provenientes de atividades criminosas;
- deixa de divulgar ou denunciar conduta criminosa;
- se envolve em “tipping off” (“dar o alerta” ou informar indevidamente) em relação a um crime.

Deve-se tomar muito cuidado em quaisquer negociações com um cliente em que se saiba ou suspeite que uma denúncia de transação suspeita já tenha sido feita ao MLRO ou pelo MLRO à Financial Reporting Authority.

É muito importante que os clientes não tomem conhecimento de que seus nomes

with a customer where it is known or suspected that a suspicious transaction report has already been made to the MLRO or by the MLRO to the Financial Reporting Authority.

It is very important that customers do not become aware that their names may have been brought to the attention of the law enforcement agencies.

The fact that a report has been made or is being contemplated must not be disclosed to the customer, as this would constitute a tipping-off offence. The MLRO will handle any liaison with the FRA, and a joint strategy may be agreed with the investigating officer for any dealings that may be required with the customer. If in doubt, any matter should be referred to the MLRO before dealing with the customer concerned. Staff should be aware that failure to process a transaction in a reasonable time scale might itself constitute tipping off.

The Company does not expect staff to debate the scope of any particular piece of legislation, but requires all suspicions to be reported to the MLRO. The MLRO will determine whether or not a report is to be made to the FRA.

The relevant defences to the above offences as well as the specific penalties and fines, if applicable, are detailed in The Proceeds of Crime Law.

Failure to report suspicious activity is a

possam ter sido levados ao conhecimento das autoridades policiais.

O fato de uma denúncia ter sido feita ou estar sendo considerada não deve ser divulgado ao cliente, pois isso constituiria uma infração de “tipping off”. O MLRO lidará com qualquer ligação com a FRA, e uma estratégia conjunta pode ser acordada com o oficial de investigação para quaisquer negociações que possam ser necessárias com o cliente. Em caso de dúvida, qualquer assunto deve ser encaminhado ao MLRO antes de lidar com o cliente em questão. Os funcionários devem estar cientes de que a falha em processar uma transação em uma escala de tempo razoável pode constituir um “tipping off”.

A Sociedade não espera que os funcionários debatam o escopo de qualquer legislação em particular, mas exige que todas as suspeitas sejam relatadas ao MLRO. O MLRO determinará se um relatório deve ou não ser feito à FRA.

As defesas relevantes para as infrações acima, bem como as penalidades e multas específicas, se aplicável, estão detalhadas na Lei do Produto do Crime.

A omissão de comunicação de atividades suspeitas constitui infração penal. Se você não relatar uma suspeita e posteriormente for comprovado que havia motivos para suspeita, você será pessoalmente responsável.

3.9 O Quadro de Sanções Financeiras Específicas das Ilhas Cayman

Dada a sua importância na prevenção e

criminal offence. If you do not report a suspicion and it is subsequently proven that there were grounds for suspicion, you will be personally liable.

3.9 The Cayman Islands Targeted Financial Sanctions Framework

Given its significance in the prevention and detecting of terrorist financing and proliferation financing it is important that all staff familiarise themselves with the Cayman Islands framework for sanctions. The key aspects of this framework is summarised in this section.

Financial sanctions are restrictive measures put in place to limit the provision of certain financial services and/ or restrict access to financial markets, funds and other assets to persons or entities.

Targeted financial sanctions (TFS) are a specific type of financial sanction with stated objectives, one of which is the prevention of terrorist financing and proliferation financing.

TFS entail the use of financial instruments and institutions to apply coercive pressure on specific parties in an effort to change or restrict their behaviour. Sanctions are targeted in the sense that they apply only to a subset of the population – usually the leadership, responsible elites, or operationally responsible persons.

The United Nations (UN) imposes

detecção do financiamento do terrorismo e do financiamento da proliferação, é importante que todos os funcionários se familiarizem com o quadro de sanções das Ilhas Cayman. Os principais aspectos desta estrutura estão resumidos nesta seção.

As sanções financeiras são medidas restritivas implementadas para limitar a prestação de certos serviços financeiros e/ou restringir o acesso a mercados financeiros, fundos e outros ativos a pessoas ou entidades.

As sanções financeiras seletivas (SFS) são um tipo específico de sanção financeira com objetivos declarados, um dos quais é a prevenção do financiamento do terrorismo e do financiamento da proliferação.

As SFS envolvem o uso de instrumentos e instituições financeiras para aplicar pressão coercitiva sobre partes específicas, em um esforço para alterar ou restringir seu comportamento. As sanções são direcionadas no sentido de que se aplicam apenas a um subconjunto da população – geralmente a liderança, as elites responsáveis ou as pessoas operacionalmente responsáveis.

A Organização das Nações Unidas (ONU) impõe medidas de sanções por meio de resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU (“CSNU”). Essas sanções são impostas ao Reino Unido, que as estenderá às Ilhas Cayman por meio de Cayman Islands via Overseas Orders in Council (OOICs). Além disso, Sua Excelência o Governador (o Governador), por meio de designações locais, pode impor sanções financeiras nas Ilhas Cayman. Todos os funcionários devem estar cientes de que

sanctions measures through resolutions passed by the UN Security Council (“UNSCRs”). Those are imposed on the United Kingdom, which will extend those sanctions to the Cayman Islands via an Overseas Orders in Council (OOICs). In addition, His Excellency the Governor (the Governor), through local designations, can impose financial sanctions in the Cayman Islands. All staff should be aware that OOICs have the force of law in the Cayman Islands.

The UK imposes its own financial sanctions and restrictions under the Terrorist Asset-Freezing etc. Act 2010, Counter Terrorism Act and Anti-Terrorism, Crime and Security Act, which it also from time to time extends to the Cayman Islands via OOICs.

The UK’s Office of Financial Sanctions Implementation (“OFSI”) publishes a consolidated list of sanctions that provides information to help FSPs decide whether they are dealing with a person or entity that is subject to financial sanctions. It lists full name; any known aliases; honorary, professional or religious titles; date of birth, place of birth; nationality; passport details; national identification numbers; address; any additional information that may be useful; title of the financial sanctions regime under which the designated person or entity is listed; the date when the designated person or entity was added to the list by HM Treasury; when the information regarding the designated person or entity was last updated by HM Treasury and a unique

as OOICs têm força de lei nas Ilhas Cayman.

O Reino Unido impõe suas próprias sanções e restrições financeiras nos termos da Lei de Congelamento de Ativos Terroristas etc. de 2010, da Lei Contra o Terrorismo e da Lei Antiterrorismo, Crime e Segurança, as quais também estende periodicamente às Ilhas Cayman por meio de OOICs.

O Office of Financial Sanctions Implementation (“OFSI”) do Reino Unido publica uma lista consolidada de sanções que fornece informações para ajudar os prestadores de serviços financeiros a decidir se estão lidando com uma pessoa ou entidade sujeita a sanções financeiras. Ele lista o nome completo; quaisquer pseudônimos conhecidos; títulos honoríficos, profissionais ou religiosos; data de nascimento, local de nascimento; nacionalidade; detalhes do passaporte; números de identificação nacional; endereço; qualquer informação adicional que possa ser útil; título do regime de sanções financeiras sob o qual a pessoa ou entidade designada está listada; a data em que a pessoa ou entidade designada foi adicionada à lista pelo HM Treasury; quando as informações sobre a pessoa ou entidade designada foram atualizadas pela última vez pelo HM Treasury e um número de referência exclusivo relacionado à pessoa ou entidade designada.

Todos os nacionais das Ilhas Cayman, pessoas presentes ou residentes nas Ilhas Cayman, incluindo empresas, e todas as sociedades e outras entidades formadas ou constituídas nas Ilhas Cayman devem cumprir todas as sanções em vigor nas Ilhas Cayman.

reference number relating to the designated person or entity.

All Cayman Islands nationals, persons present or resident in the Cayman Islands, including businesses, and all companies and other entities formed or incorporated in the Cayman Islands must comply with all sanctions in force in the Cayman Islands.

3.9.1 Principal Offences under the TF & PF Laws

Terrorism Act Offences

The main terrorist financing offences under the Terrorism Act are summarised briefly below.

To provide or collect property (or attempt to do so) with the intention or knowledge that the property be used:

- to carry out an act of terrorism;
- by a terrorist to facilitate that person's terrorism-related acts or membership in a terrorist organization; or
- by a terrorist organization.

To use property for the purposes of terrorism;

To possess terrorist property and intend that the property be used, or have reasonable cause to suspect that it may be used, for the purposes of the financing of

3.9.1 Principais Infrações de acordo com as Leis sobre FT e FP

Infrações da Lei do Terrorismo

As principais infrações de financiamento do terrorismo previstas na Lei do Terrorismo são resumidas brevemente abaixo.

Fornecer ou coletar propriedade (ou tentar fazê-lo) com a intenção ou conhecimento de que a propriedade seja usada:

- para realizar um ato de terrorismo;
- por um terrorista para facilitar os atos relacionados ao terrorismo dessa pessoa ou a participação em uma organização terrorista; ou
- por uma organização terrorista.

Usar bens para fins de terrorismo;

Possuir propriedade terrorista e pretender que a propriedade seja usada, ou ter motivos razoáveis para suspeitar que possa ser usada, para fins de financiamento de atos de terrorismo, terroristas ou organizações terroristas;

Possuir ou adquirir propriedade terrorista com o conhecimento, ou com motivos razoáveis para suspeitar, que a propriedade tenha sido utilizada, direta ou indiretamente, no cometimento do financiamento de atos de terrorismo, terroristas ou organizações terroristas;

Adquirir bens como resultado de ou em conexão com atos de terrorismo.

Celebrar ou tornar-se interessado em um acordo pelo qual a propriedade terrorista

acts of terrorism, terrorists or terrorist organisations;

To possess or acquire terrorist property with the knowledge, or with reasonable cause to suspect, that the property has been used, directly or indirectly, in the commission of the financing of acts of terrorism, terrorists or terrorist organisations;

To acquire property as a result of or in connection with acts of terrorism.

To enter into or become concerned in an arrangement by which terrorist property is, or is to be, made available to another; and

Knows or has reasonable cause to suspect that the property will or may be used for the purposes of the financing of acts of terrorism, terrorists or terrorist organisations.

Under Section 22 of the Terrorism Act, a person commits an offence if he/she enters into or becomes concerned in an arrangement which facilitates the retention or control by or on behalf of another person of terrorist property by concealment, removal from the jurisdiction or transfer to nominees.

Sections 23 and 25 of the Terrorism Act impose an obligation to disclose to the FRA or a police constable, as soon as reasonably practicable, a suspicion or belief that another person has committed an offence under Sections 19 to 22 of the Terrorism Act. Failure to make a disclosure in accordance with those sections is an

seja, ou deva ser, disponibilizada a outro; e

Sabe ou tem motivos razoáveis para suspeitar que a propriedade será ou poderá ser usada para fins de financiamento de atos de terrorismo, terroristas ou organizações terroristas.

De acordo com a Seção 22 da Lei do Terrorismo, uma pessoa comete uma infração se entrar ou se tornar interessada em um acordo que facilite a retenção ou controle por ou em nome de outra pessoa de propriedade terrorista por ocultação, remoção da jurisdição ou transferência para nomeados.

As Seções 23 e 25 da Lei do Terrorismo impõem a obrigação de divulgar à FRA ou a um policial, assim que razoavelmente praticável, uma suspeita ou crença de que outra pessoa cometeu uma infração nos termos das Seções 19 a 22 da Lei do Terrorismo. Deixar de fazer uma divulgação de acordo com essas seções é uma infração.

Uma pessoa que cometer uma infração nos termos das Seções 19 a 22 da Lei do Terrorismo está sujeita, mediante condenação sumária, a uma multa de US\$ 4.878 e dois anos de prisão ou, mediante condenação por acusação formal, a uma multa e a quatorze anos de prisão.

Uma pessoa que cometer uma infração nos termos das Seções 23 ou 25 da Lei do Terrorismo está sujeita, mediante condenação sumária, a uma multa de US\$ 4.878 e seis meses de prisão ou, mediante condenação por acusação formal, a uma multa e a cinco anos de prisão.

Infrações de Financiamento da

offence.

A person who commits an offence under Sections 19 to 22 of the Terrorism Act is liable, on summary conviction, to a fine of US\$4,878 and two years' imprisonment or, on conviction on indictment, to a fine and to fourteen years' imprisonment.

A person who commits an offence under Sections 23 or 25 of the Terrorism Act is liable, on summary conviction, to a fine of US\$4,878 and six months' imprisonment or, on conviction on indictment, to a fine and to five years' imprisonment.

Proliferation Financing Offences

Section 2B of the PFPA requires that a person who has in their possession, custody or control in the Cayman Islands, any funds or resources or is otherwise dealing with funds or economic resources that are:

- wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by a designated person; or
- derived or generated from funds or economic resources owned or controlled, directly or indirectly by a designated person,
- to immediately freeze all such funds or economic resources and ensure that such funds or economic resources are not made available, whether directly or indirectly, to or for the benefit of the designated person.

Details of any freezing actions taken in

Proliferação

A Seção 2B da PFPA exige que uma pessoa que tenha em seu controle, posse ou custódia nas Ilhas Cayman quaisquer fundos ou recursos, ou que esteja de outra forma lidando com fundos ou recursos econômicos que estejam:

- total ou parcialmente detidos ou controlados, direta ou indiretamente, por uma pessoa designada; ou
- derivados ou gerados a partir de fundos ou recursos econômicos detidos ou controlados, direta ou indiretamente, por uma pessoa designada;
- congele imediatamente todos esses fundos ou recursos econômicos e assegure que tais fundos ou recursos econômicos não sejam disponibilizados, direta ou indiretamente, à pessoa designada ou em seu benefício.

Os detalhes de quaisquer ações de congelamento tomadas de acordo com a PFPA devem ser divulgados à FRA assim que razoavelmente praticável de acordo com a Seção 2C da PFPA.

O descumprimento dos requisitos das Seções 2B ou 2C da PFPA é uma infração, ensejando, mediante condenação sumária, uma multa de US\$ 60.976 ou US\$ 12.195, respectivamente. Uma pessoa que descumprir a Seção 2B está sujeita, mediante condenação por acusação formal, a uma multa de US\$ 85.366 ou pena de prisão por um período de três anos, ou ambos. Alternativamente, a FRA pode impor sanções civis em relação a uma violação das Seções 2B(1) ou 2C em um valor que considerar apropriado.

Quando houver risco de atividades de proliferação em relação a qualquer país, a

accordance with the PFPA must be disclosed to the FRA as soon as reasonably practicable under Section 2C of the PFPA.

Failure to comply with the requirements of Sections 2B or 2C of the PFPA is an offence, giving rise on summary conviction to a fine of US\$60,976 or US\$12,195, respectively. A person who fails to comply with Section 2B is liable on conviction on indictment to a fine of US\$85,366 or imprisonment for a term of three years, or both. Alternatively, the FRA may impose civil penalties in relation to a breach of Sections 2B(1) or 2C in such amount as it considers appropriate.

Where there is a risk of proliferation activities in relation to any country, the FRA may issue directions to persons in the financial sector under the PFPA and impose requirements such as conducting enhanced due diligence measures, monitoring designated persons or restricting financial service providers from entering into or continuing business relationships with designated persons. The PFPA imposes both civil and criminal sanctions for failure to comply with such obligations.

3.9.2 Relevant Sanctions Authorities

His Excellency the Governor (the Governor) is the competent authority for the implementation of TFS in the Cayman Islands. All reports relating to TFS should be made to the Governor through the FRA.

The FRA is the Cayman Islands' Financial

FRA pode emitir instruções para pessoas do setor financeiro sob a PFPA e impor requisitos, como a realização de medidas de due diligence reforçadas, monitoramento de pessoas designadas ou restrição de prestadores de serviços financeiros de entrar ou continuar relações comerciais com pessoas designadas. A PFPA impõe sanções civis e criminais pelo não cumprimento de tais obrigações.

3.9.2 Autoridades de Sanções Relevantes

Sua Excelência o Governador (o Governador) é a autoridade competente para a implementação das SFS nas Ilhas Cayman. Todos os relatórios relacionados às SFS devem ser feitos ao Governador por meio da FRA.

A FRA é a Unidade de Inteligência Financeira (UIF) das Ilhas Cayman, com a responsabilidade de receber, solicitar, analisar e disseminar comunicações de informações relativas aos produtos de conduta criminosa, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

O Coordenador de Sanções (SC) da FRA é responsável por coordenar a implementação das SFS em relação ao terrorismo, financiamento do terrorismo, proliferação e financiamento da proliferação. O SC desempenha um papel central e proativo na formulação de recomendações para designação ao Governador.

O Cayman Islands Bureau of Financial Investigations (CIBFI) é a unidade do Royal Cayman Islands Police Service (RCIPS) com a responsabilidade de investigar lavagem de dinheiro transfronteiriça complexa, financiamento do terrorismo e outros crimes

Intelligence Unit (FIU) with responsibility for receiving, requesting, analysing and disseminating disclosures of information concerning the proceeds of criminal conduct, money laundering and the financing of terrorism.

The Sanctions Coordinator (SC) of the FRA is responsible for coordinating the implementation of TFS with respect to terrorism, terrorism financing, proliferation and proliferation financing. The SC performs a central and proactive role in the making of recommendations for designation to the Governor.

The Cayman Islands Bureau of Financial Investigations (CIBFI) is the unit within the Royal Cayman Islands Police Service (RCIPS) with responsibility for investigating complex cross border money laundering, terrorism financing and other financial crimes within the Cayman Islands. This includes ML investigations, with the exception of ML related to corruption as a predicate offence, which is dealt with by the Anti-Corruption Commission (ACC).

CIMA assesses whether persons or entities under its regulatory laws are aware of applicable international TFS and any local designations or directions that are in force; and their compliance obligations including, but not limited to, responsibilities for screening and reporting, ongoing monitoring and staff training.

financeiros dentro das Ilhas Cayman. Isso inclui investigações de LD, com exceção da LD relacionada à corrupção como infração antecedente, que é tratada pela Anti-Corruption Commission (ACC).

A CIMA avalia se as pessoas ou entidades sob suas leis regulatórias estão cientes das SFS internacionais aplicáveis e de quaisquer designações ou determinações locais em vigor; e suas obrigações de compliance incluindo, entre outras, responsabilidades de triagem e reporte, monitoramento contínuo e treinamento de funcionários.

4 CONTROLES INTERNOS

Esta seção detalha uma série de controles e procedimentos internos, que auxiliam no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e complementam as políticas específicas de combate à lavagem de dinheiro da Sociedade estabelecidas em outras seções deste Manual.

4.1 Responsabilidades e Segregação de Funções

O AMLCO é encarregado de garantir que as atribuições dos funcionários relacionadas ao combate à lavagem de dinheiro estejam claramente definidas. Em particular, deve ficar claro quem é responsável pela identificação do cliente e monitoramento de transações. O seguinte também deve ser respeitado pelos funcionários:

Durante o processo de abertura da conta, deve-se tomar cuidado para que, em nenhum momento, a aceitação da conta ou novos formulários de negócios sejam preenchidos e assinados/aprovados pelo mesmo funcionário.

4 INTERNAL CONTROLS

This section details a number of internal controls and procedures, which assist the combat of money laundering and financing of terrorism and complement the Company specific anti money laundering policies set out in other sections of this Manual.

4.1 Responsibilities and Segregation of Duties

The AMLCO is responsible for ensuring that staff duties relating to anti money laundering are clearly defined. In particular, it must be clear who is responsible for customer identification and transaction monitoring. The following must also be adhered to by staff:

During the account opening process care should be taken that at no point should account acceptance or new business forms be completed and signed off/approved by the same staff member.

4.2 Staff Recruitment and Screening

The Company is responsible for ensuring that procedures for staff recruitment and vetting require that sufficient checks are made into a potential member of staff's background before they are taken on. These checks will include reference checks, checks of the person's name against open source information and verification of credentials and professional designations relevant to their role.

4.2 Recrutamento e Triagem de Funcionários

A Sociedade é responsável por garantir que os procedimentos de recrutamento e verificação de funcionários exijam que sejam feitas verificações suficientes nos antecedentes de um potencial membro dos funcionários antes de serem contratados. Essas verificações incluirão verificações de referência, verificações do nome da pessoa em relação a informações de código aberto e verificação de credenciais e designações profissionais relevantes para sua função.

4.3 Função de Auditoria de PLD/CFT

A Sociedade realizará uma auditoria anual de PLD/CFT para avaliar a eficácia de seu Programa e Sistemas de Combate à Lavagem de Dinheiro.

O escopo desta auditoria incluirá:

- (1) testar a integridade geral e a eficácia dos sistemas e controles de PLD/CFT;
- (2) avaliar a adequação dos procedimentos e políticas internos, incluindo:
 - (a) Medidas de CDD;
 - (b) Manutenção e retenção de registros;
 - (c) Relacionamentos com terceiros (ex.: EIs) e documentação comprobatória; e
 - (d) Monitoramento de transações;
- (3) avaliar a conformidade com as leis e regulamentos relevantes;
- (4) testar transações em todas as áreas dos negócios da Sociedade, com ênfase em produtos e serviços de alto risco;

4.3 AML/CFT Audit Function

The Company will carry out an annual AML/CFT audit to assess the effectiveness of its Anti-Money Laundering Program and Systems.

The scope of this audit will include:

- (1) testing the overall integrity and effectiveness of the AML/CFT systems and controls;
- (2) assessing the adequacy of internal policies and procedures including:
 - (a) CDD measures;
 - (b) Record keeping and retention;
 - (c) Third party relationships (e.g. EIs) and supporting documentation; and
 - (d) Transaction monitoring;
- (3) assessing compliance with the relevant laws and regulations;
- (4) testing transactions in all areas of the Company's business, with emphasis on high-risk products and services;
- (5) assessing employees' knowledge of the laws, regulations, guidance, and policies & procedures;
- (6) assessing the adequacy, accuracy and completeness of training programmes; and
- (7) assessing the adequacy of the Company's process of identifying suspicious activity.

The AML/CFT audit will be carried annually out by a suitable and experienced

(5) avaliar o conhecimento dos funcionários sobre leis, regulamentos, orientações, políticas e procedimentos;

(6) avaliar adequação, precisão e integridade dos programas de treinamento; e

(7) avaliar a adequação do processo de identificação de atividade suspeita da Sociedade.

A auditoria de PLD/CFT será realizada anualmente por pessoa idônea e experiente, independente da função de compliance da Sociedade. Uma revisão será realizada para garantir que a pessoa ou prestador de serviços esteja devidamente qualificado para conduzir a auditoria de PLD/CFT antes da nomeação dessa pessoa.

4.4 Procedimentos Adicionais para Identificação e Prevenção do Financiamento da Proliferação

Além de nossos métodos de triagem atuais, a Sociedade adotou sistemas adicionais baseados em risco para detectar financiamento de proliferação usando os riscos relacionados a clientes, geografia e produtos e serviços.

Clientes

Ao se familiarizar com os negócios de um cliente na etapa de abertura de conta e no processo de monitoramento contínuo, todos os colaboradores devem determinar a exposição de nossos clientes à fabricação, ao comércio ou à prestação de consultoria ou serviços especializados relativos a bens ou tecnologia sensíveis ou de uso duplo.

Os colaboradores devem observar

person, independent of the Company's compliance function. A review will be carried out to ensure that the person or service provider is suitably qualified to conduct the AML/CFT audit prior to the appointment of that person.

4.4 Additional Procedures for Identification and Prevention of Proliferation Financing

In addition to our current screening methods, the Company has adopted additional risk based systems to detect proliferation financing using the risks relating to customers, geography, and products and services.

Customers

When becoming acquainted with a clients' business at the account opening stage and in the process of ongoing monitoring all staff should determine the exposure of our clients to the manufacture, trade or provision of expertise or consulting services relating to sensitive or dual use goods or technology.

Staff must take note of payments being made to importers /exporters, shipping agents, brokers and freight forwarders, especially where controlled and dual use goods are being shipped to conduit countries (those near sanctioned countries).

Where relevant, this exposure should be noted on the file and considered alongside other factors when determining the client's

pagamentos realizados a importadores/exportadores, agentes de navegação, corretores e transitários de carga, especialmente quando bens controlados e de uso duplo forem enviados para países de passagem (aqueles próximos a países sancionados).

Quando relevante, essa exposição deve ser anotada no arquivo e considerada juntamente com outros fatores ao determinar a classificação de risco do cliente. Informações adicionais sobre a natureza do negócio e procedimentos aprimorados de due diligence podem ser aplicados nesses casos.

Geografia

A empresa deve determinar seu nível de negócios (incluindo clientes e beneficiários finais) com países sancionados, bem como com países que são conhecidos por terem laços com países sancionados (por exemplo, China, Hong Kong, Singapura e Malásia).

Além de ter informações sobre os negócios dos clientes nesses países, os funcionários também devem identificar quaisquer relacionamentos comerciais, incluindo relacionamentos bancários correspondentes, com parceiros e prestadores de serviços financeiros localizados nessas jurisdições de alto risco.

Por exemplo, os embarques de mercadorias proibidas para a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) são frequentemente marcados como destinados a Dangdong, China e outros portos próximos.

As remessas e o transporte de carga destinados ao Irã podem ser rotulados como

risk rating. Additional information on the nature of the business and enhanced due diligence procedures may be applied in such cases.

Geography

The company must determine its level of business (including customers and beneficial owners) with sanctioned countries as well as with countries that are known to have ties with sanctioned countries (e.g. China, Hong Kong, Singapore and Malaysia).

In addition to having information about the clients business in these countries staff must also identify any business relationships, including correspondent banking relationships, with partners and financial services providers located in these high risk jurisdictions.

For example, shipments of prohibited goods to the Democratic People's Republic of Korea (North Korea) are often marked as destined to Dangdong, China, and other nearby ports.

Shipments and freight forwarding destined to Iran could be labelled as being shipped to bordering countries such as Turkey, Turkmenistan, Afghanistan, Pakistan, United Arab Emirates, Oman, Qatar, Bahrain, Saudi Arabia, Kuwait, Iraq, Syria and Lebanon, and Syria.

Products and Services

Shipping insurance and insurance against certain risks in the trading process is a financial product that is highly sought by

sendo enviados para países vizinhos, como Turquia, Turcomenistão, Afeganistão, Paquistão, Emirados Árabes Unidos, Omã, Catar, Bahrein, Arábia Saudita, Kuwait, Iraque, Síria e Líbano.

Produtos e Serviços

O seguro de transporte marítimo e o seguro contra certos riscos no processo de negociação é um produto financeiro muito procurado pelos proliferadores. Na medida em que a Sociedade ofereça este produto ou o faça no futuro, os funcionários devem estar cientes desse potencial abuso.

Os proliferadores também usam o financiamento comercial para auxiliar na aquisição e movimentação de mercadorias. Os funcionários devem determinar a quantidade de negócios que nossos clientes realizam em empréstimos ou linhas de crédito para facilitar transações de exportação, compra de notas promissórias ou letras de câmbio de bancos estrangeiros para exportadores, compra de contas a receber estrangeiras com desconto e provisões de garantias para ou em nome de exportadores. A Sociedade realizará uma auditoria anual de PLD/CFT para avaliar a eficácia de seu Programa e Sistemas de Combate à Lavagem de Dinheiro.

4.5 Sinais de Alerta específicos para o Financiamento da Proliferação

Todos os funcionários devem estar cientes do seguinte e usar como orientação para determinar se a Sociedade enfrenta exposição a riscos de financiamento de proliferação:

Fatores Geográficos

proliferators. To the extent that the Company offers this product or does so in the future staff must be mindful of this potential abuse.

Proliferators also use trade finance to assist with the procurement and movement of goods. Staff should determine the amount of business our clients conduct in loans or credit facilities to facilitate export transactions, purchasing promissory notes or bills of exchange from foreign banks to exporters, purchase of discounted foreign accounts receivable and provisions of guarantees to or on behalf of exporters. The Company will carry out an annual AML/CFT audit to assess the effectiveness of its Anti-Money Laundering Program and Systems.

4.5 Red Flags specific to Proliferation Financing

All staff should be aware of the following and use as a guidance in determining whether the company faces exposure to proliferation financing risks:

Geographical Factors

Transactions involve foreign country of proliferation concern (i.e. Iran and North Korea) or country of diversion concern (e.g. China, particularly Liaoning and Jilin provinces, Hong Kong, Singapore and Malaysia).

Transactions include countries that are known to trade with North Korea (including Syria, Egypt, the United Arab

As transações envolvem países estrangeiros que são motivo de preocupação em relação à proliferação (ou seja, Irã e Coreia do Norte) ou países que são motivo de preocupação em relação ao desvio (por exemplo, China, particularmente as províncias de Liaoning e Jilin, Hong Kong, Singapura e Malásia).

As transações incluem países que são conhecidos por negociar com a Coreia do Norte (incluindo Síria, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen e Irã).

Rota de remessa de transações de financiamento comercial através da jurisdição com leis ou aplicação de controle de exportação fracas ou envolve entidades localizadas na jurisdição com leis ou aplicação de controle de exportação fracas.

A transação envolve o envio de mercadorias inconsistentes com os padrões comerciais geográficos normais (por exemplo, as mercadorias são enviadas através de vários países sem motivo aparente).

A transação envolve o envio de mercadorias incompatíveis com o nível técnico do país para o qual está sendo enviada (por exemplo, mercadorias, origens, quantidades, destinos improváveis).

A transação envolve instituições financeiras com deficiências conhecidas nos controles de PLD/CFT ou localizadas em uma jurisdição de controle e fiscalização de exportações fraco. Por exemplo, sabe-se que a Coreia do Norte usou contas correspondentes mantidas em bancos chineses para facilitar suas transferências financeiras internacionais.

Documentação Comprobatória da Transação

Com base na documentação obtida na transação, o valor declarado da remessa foi obviamente subvalorizado em relação ao custo de remessa (por exemplo, a transação

Emirates, Yemen and Iran).

Trade finance transaction shipment route through jurisdiction with weak export control laws or enforcement or involves entities located in jurisdiction with weak export control laws or enforcement.

Transaction involves shipment of goods inconsistent with normal geographic trade patterns (e.g. goods are shipped through several countries for no apparent reason).

Transaction involves shipment of goods incompatible with the technical level of the country to which it is being shipped (e.g. improbably goods, origins, quantities, destinations).

Transaction involves financial institutions with known deficiencies in AML/CFT controls or located in weak export control and enforcement jurisdiction. For example, it is known that North Korea has used correspondent accounts held with Chinese banks to facilitate its international financial transfers.

Documentation Supporting the Transaction

Based on the documentation obtained in the transaction, the declared value of shipment was obviously under-valued vis-à-vis shipment cost (e.g. the transaction makes little financial sense for the seller or the buyer).

Inconsistencies between information contained in trade documents and financial

faz pouco sentido financeiro para o vendedor ou o comprador).

Inconsistências entre informações contidas em documentos comerciais e fluxos financeiros (por exemplo, nomes, endereços, destinos, descrições de mercadorias) ou alterações no local de envio ou mercadorias enviadas.

Empresa de agenciamento de cargas listada como destino final.

Alterações óbvias em documentos de terceiros ou a documentação parece ilógica, alterada, fraudulenta ou está ausente.

Clientes

O Cliente está envolvido no fornecimento, venda, entrega ou compra de bens de dupla utilização, ou é um órgão militar ou de pesquisa ligado a uma jurisdição de alto risco.

A atividade do cliente não corresponde ao perfil comercial ou as informações do usuário final não correspondem ao perfil do usuário final. Um cliente se envolve em uma transação que não tem senso ou estratégia de negócios, ou que é inconsistente com o padrão histórico de atividade comercial.

Pedido de mercadorias feito por pessoa em país estrangeiro que não seja o país do usuário final declarado.

Novo cliente solicita carta de crédito enquanto aguarda abertura de conta.

Cliente vago ou inconsistente nas informações que fornece, resistente a fornecer informações adicionais quando questionado.

O cliente ou contraparte ou seu endereço é semelhante a uma das partes encontradas em listas publicamente disponíveis de “pessoas negadas” ou tem um histórico de contravenções de controle de exportação.

flows (e.g. names, addresses, destinations, descriptions of goods), or changes in shipment location or goods shipped.

Freight forwarding company listed as final destination.

Obvious alterations to third party documents or the documentation appears illogical, altered, fraudulent or is absent

Customers

Customer is involved in the supply, sale, delivery or purchase of dual use goods, or is a military or research body connected with a high risk jurisdiction.

Customer activity does not match business profile or end-user information does not match end-user profile. A customer engages in a transaction that lacks business sense or strategy, or that is inconsistent with historical pattern of trade activity.

Order for goods placed by person in foreign country other than the country of the stated end-user.

New customer requests letter of credit while awaiting opening of account.

Customer vague or inconsistent in information it provides, resistant to providing additional information when queried.

The customer or counterparty or its address is similar to one of the parties found on publicly available lists of “denied persons” or has a history of export control contraventions.

Transaction Structure

Estrutura da Transação

A transação diz respeito a bens de uso duplo ou bens militares.

A transação demonstra vínculos entre representantes de empresas que trocam mercadorias (por exemplo, mesmo proprietário ou administração ou mesmo endereço ou fornecendo um endereço residencial ou endereço do agente registrado).

Transação envolve possíveis empresas de fachada.

Transferência bancária ou pagamento de ou devido a partes não identificadas na carta de crédito original ou outras informações, ou a transação envolve um intermediário incomum, ou pagamento a ser feito a um beneficiário em um país que não seja o local declarado do beneficiário.

Padrão de transferências eletrônicas ou atividade de pagamento que mostra padrões incomuns ou não tem propósito aparente, ou instruções de pagamento são ilógicas ou contêm alterações de última hora.

Rota circunscrita de embarque e/ou rota tortuosa de transações financeiras. A estrutura da transação (seja rota de envio, acordo de financiamento ou documentação) parece desnecessariamente complexa.

A existência de uma ou mais das características acima não significa automaticamente que a transação é suspeita em vez de incomum, ou que o cliente é um lavador de dinheiro. No entanto, são indicações que devem dar origem a um maior escrutínio e possivelmente questionamento do cliente. O cliente pode ter uma explicação perfeitamente válida.

Nenhuma menção deve ser feita ao cliente sobre a possibilidade de um relatório ser feito.

Transaction concerns dual-use goods or military goods.

Transaction demonstrates links between representatives of companies exchanging goods (e.g. same owner or management or same address or providing a residential address or address of registered agent).

Transaction involves possible shell companies.

Wire transfer or payment from or due to parties not identified on the original letter of credit or other information, or the transaction involves an unusual intermediary, or payment to be made to a beneficiary in a country other than the beneficiary's stated location.

Pattern of wire transfers or payment activity that shows unusual patterns or has no apparent purpose, or payment instructions are illogical or contain last minute changes.

Circuitous route of shipment and/or circuitous route of financial transactions. Transaction structure (whether shipping route, financing arrangement or documentation) appears unnecessarily complex.

The existence of one or more of the above characteristics does not automatically mean that the transaction is suspicious rather than unusual, or that the customer is a money launderer. However, they are indications that should give rise to further scrutiny and possibly questioning of the customer. The customer may have a perfectly good explanation.

4.6 Procedimentos de Escalonamento de Financiamento de Proliferação

O principal objetivo de cumprimento de sanções da Sociedade é evitar conexões com pessoas designadas, implementando medidas apropriadas de CDD para excluí-las. Dada a natureza dos serviços e autoridades financeiras da Sociedade, ela nunca estará em posição de congelar fundos ou recursos econômicos pertencentes a pessoas designadas.

Os procedimentos a seguir devem ser seguidos por todos os funcionários no caso de surgirem suspeitas relacionadas ao financiamento da proliferação. Essas medidas são divididas em dois gatilhos principais (Gatilho 1 OU gatilho 2), a saber: "Hit" de identificação em lista de sanções OU Suspeita de Exposição ao Financiamento da Proliferação.

Gatilho 1 – "Hit" na Lista de Sanções

Ação necessária:

Os funcionários devem verificar a correspondência do nome

1. O assunto deve ser encaminhado à alta administração e ao advogado do banco para providenciar o congelamento imediato dos ativos do cliente.
2. O Registro de Ativos Congelados deve ser preenchido pelo MLRO
3. Assim que razoavelmente prático, mas em não mais de 3 dias, o MLRO deve divulgar à FRA, usando o formulário emitido para esse fim (consulte o Anexo B), detalhes de quaisquer fundos congelados ou recursos econômicos ou ações tomadas em conformidade com os requisitos de proibição das medidas relevantes do Conselho de

No mention should ever be made to the customer of the possibility of a report being made.

4.6 Proliferation Financing Escalation Procedures

The Company's primary sanctions compliance objective is to avoid connections with designated persons, by implementing appropriate CDD measures to screen them out. Given the nature of the Company's services and financial authorities, it will never in any event be in a position to freeze funds or economic resources belonging to designated persons.

The following procedures should be followed by all staff in the event that suspicions arise relating to proliferation financing. These measures are split into two key triggers (Trigger 1 OR trigger 2), namely; Sanctions list determination 'Hit' OR Suspicion of Proliferation Financing Exposure.

Trigger 1 – Sanctions List 'Hit'

Action required:

Staff must verify name match

1. Matter must be referred to Senior management and the bank's legal counsel to arrange to immediately freeze the client's assets.
2. The Frozen Assets Log must be completed by the MLRO
3. As soon as reasonably practical but in no more than 3 days, the MLRO must disclose to the FRA, using the form issued for that purpose (See Appendix B), details of any frozen funds or economic resources or

Segurança. Isso deve incluir tentativas de transações, mesmo que não sejam realizadas em última instância.

Gatilho 2 – Os funcionários suspeitam da possível ligação de um cliente com o financiamento da proliferação

Etapa 1

Ação necessária:

1. Os funcionários devem realizar uma investigação mais completa sobre a possível ligação.
2. Os funcionários devem solicitar informações adicionais de verificação do cliente, conforme apropriado.

Isso pode incluir cópias de contratos com terceiros, comprovantes de licenças de exportação ou outra documentação oficial.

Etapa 2 – A preocupação com a exposição ao risco permanece após uma investigação mais aprofundada e revisão da documentação adicional recebida.

Ação necessária:

O assunto deve ser encaminhado ao MLRO para investigação adicional e ação tomada conforme apropriado com base nas descobertas. Especificamente:

1. Se uma conexão tiver sido confirmada, os funcionários devem prosseguir com base em um evento de "Gatilho 1", conforme descrito acima.
2. Se a determinação for feita de que há um alto risco de exposição, mas nenhuma conexão real pode ser confirmada ou verificada, o cliente deve ser classificado como de alto risco e encaminhado à Alta Administração.

actions taken in compliance with the prohibition requirements of the relevant Security Council measures. This must include attempted transactions, even if not ultimately carried out.

Trigger-2 - Staff become suspicious of a client's possible link to proliferation financing

Stage 1

Action required:

1. Staff must carry out a more thorough investigation into possible link.
2. Staff must request additional verification information from the client as appropriate.

This may include copies of contracts with 3rd parties, proof of export licenses or other official documentation.

Stage 2 - Concern of risk exposure remains upon further investigation and review of additional documentation received.

Action required:

Matter must be referred to the MLRO for further investigation and action taken as appropriate based on findings. Specifically:

1. If the link has been confirmed then staff must proceed on the basis of a 'Trigger 1' event as outlined above.
2. If the determination is made that there is a high risk of exposure but no actual link can be confirmed or verified then the client must be rated as high risk and referred to

3. A alta administração pode determinar se o relacionamento deve continuar com due diligence aprimorada e monitoramento mais frequente OU se o relacionamento deve ser encerrado.
4. a decisão e o resumo do incidente devem ser registrados em uma Nota de Arquivo assinada pelo AMLCO e por um membro da Alta Administração.

5 PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO CUMPRIMENTO DAS SANÇÕES

5.1 Processo Geral

Os candidatos, clientes existentes, beneficiários finais, prestadores de serviços e outras partes relevantes devem ser examinados em relação às listas de sanções aplicáveis para determinar se estão conduzindo ou podem conduzir negócios envolvendo uma pessoa sancionada ou pessoa associada a uma pessoa / um país sancionado ou uma pessoa controlada por uma pessoa sancionada. Quaisquer correspondências devem ser imediatamente relatadas à FRA e às autoridades relevantes.

A triagem deve ser realizada em relação ao banco de dados do cliente na integração e imediatamente após a ocorrência de uma alteração em qualquer parte da lista.

A Sociedade recebe atualizações oficiais de ordens de sanção em relação à lista de pessoas ou entidades designadas da CIMA e as verifica em relação à sua base de clientes existente. A Sociedade analisará todas as listas de sanções aplicáveis nas Ilhas Cayman.

Embora a lista de sanções do OFAC não seja diretamente aplicável às Ilhas Cayman, dada

Senior Management.

3. Senior management may determine if the relationship should continue with enhanced due diligence and more frequent monitoring OR if the relationship should be terminated.
4. the decision and summary of the incident should be recorded in a File Note signed by both the AMLCO and a member of Senior Management.

5 PROCEDURES RELATING TO SANCTIONS COMPLIANCE

5.1 General Process

Applicants, existing customers, beneficial owners, service providers and other relevant parties must be screened against applicable sanctions lists to determine whether they are conducting or may conduct business involving a sanctioned person or person associated with a sanctioned person / country or a person controlled by a sanctioned person. Any matches must be immediately reported to the FRA and relevant authorities.

Screening must be conducted against the client database at onboarding and immediately after a change to any of the list occurs.

The Company receives official sanction order updates in relation to the list of designated persons or entities from CIMA and checks these against its existing customer base. The Company will screen against all sanctions lists applicable in the

a natureza extraterritorial da legislação, a lista de sanções do OFAC também será consultada.

Ao usar o software de triagem para realizar triagem de antecedentes em um cliente em potencial, as seguintes etapas devem ser seguidas:

- o nome do cliente proposto deve ser digitado no software de triagem inicialmente com uma verificação de correspondências parciais de nome. Caso não sejam encontrados resultados na busca por correspondência parcial, o relatório da busca deverá ser incluído no arquivo do cliente correspondente.
- Se um ou mais resultados forem encontrados na busca por correspondência parcial, será necessário revisar as correspondências propostas. Se algumas das correspondências parciais parecerem não se relacionar verdadeiramente com o cliente proposto, uma pesquisa adicional deve ser feita no nome usando uma pesquisa de correspondência exata. Se um ou mais resultados forem encontrados na busca por correspondência exata, cada correspondência deverá ser examinada para determinar se pode ou não ser distinguida do cliente proposto (seja por data de nascimento, nome do meio ou outro critério).
- Caso o cliente não possa ser distinguido de todos os resultados do software de triagem, não possa fornecer a confirmação por escrito mencionada acima ou ainda haja dúvidas sobre se o cliente consta de alguma lista de sanções, o assunto deverá ser encaminhado ao AMLCO para que seja feita uma avaliação da gravidade da ocorrência e do risco potencial para a pessoa e/ou o cliente. O AMLCO se esforçará para confirmar ou desambiguar a correspondência dentro de 7 dias úteis.

Cayman Islands.

Whilst the OFAC sanctions' list is not directly applicable to the Cayman Islands, given the extra territorial nature of the legislation, the OFAC sanctions list will also be screened against.

When using the screening software to conduct background screening on a potential client, the following steps should be taken:

- the proposed client's name should be typed into the screening software initially with a check on partial name matches. If no hits come back on the partial match search, then the search report shall be included in the relevant client file.
- If one or more hits comes back on the partial match search, then a review of the proposed matches needs to be conducted. If certain of the partial matches appear to not truly relate to the proposed client, then an additional search is to be done on the name using an exact match search. If one or more hits comes back on the exact match search, then each match must be examined to determine whether or not it can be distinguished from the proposed client (either by date of birth, middle name or otherwise).
- If the client cannot be distinguished from all hits from the screening software or cannot give the above-noted confirmation in writing, or there remains any doubt as to whether the client is listed on a sanctions list then the matter must be escalated to the AMLCO to make a determination of the severity of the hit and the potential risk of

Todos os registros de triagem gerados pelo software de triagem durante o processo de integração, contendo ou não ocorrências, devem ser mantidos.

A Sociedade congelará imediatamente todos os fundos ou recursos econômicos ou outros pertencentes a, de propriedade (total ou conjunta), detidos ou controlados (direta ou indiretamente) por pessoas ou entidades designadas e abster-se-á de lidar com fundos ou ativos ou disponibilizá-los a pessoas ou entidades designadas, a menos que licenciado pelo Governador.

Quaisquer correspondências com listas de sanções financeiras direcionadas serão relatadas pelo AMLCO ao Coordenador de Sanções da FRA usando o formulário de Relatório de Compliance ("CRF"). O formulário CRF também será preenchido quando quaisquer fundos tiverem sido congelados.

Além disso, a Sociedade apresentará um SAR à FRA se for descoberto um relacionamento que viole uma ordem de sanções ou uma orientação nos termos da Lei de Financiamento da Proliferação (Proibição). A Sociedade deve documentar e registrar todas as ações tomadas para cumprir o regime de sanções e a justificativa para tal ação.

A omissão de comunicação e a omissão de congelamento de bens são infrações sujeitas a sanções tanto civis quanto criminais.

5.2 Lidar com falsos positivos

Falsos positivos são correspondências potenciais para pessoas ou entidades listadas,

the person and/or client. The AMLCO will endeavour to confirm or disambiguate the match within 7 working days.

All screening records generated by the screening software during the onboarding process, whether they contain any hits or not, must be retained.

The Company will immediately freeze all funds or economic resources or other belonging to, owned (wholly or jointly), held or controlled (directly or indirectly) by designated persons or entities and will refrain from dealing with funds or assets or making them available to designated persons or entities, unless licensed by the Governor.

Any matches against lists of targeted financial sanctions will be reported by the AMLCO to the Sanctions Coordinator at the FRA using the Compliance Reporting (“CRF”) form. The CRF form will also be completed when any funds have been frozen.

Additionally, the Company will file a SAR with the FRA if a relationship is discovered that contravenes a sanctions order or a direction under the Proliferation Financing (Prohibition) Act. The Company shall document and record all actions taken to comply with the sanctions regime and the rationale for such action.

Failure to report and failure to freeze are offences carrying both civil and criminal

seja devido à natureza comum do nome ou devido a dados de identificação ambíguos, que no exame provam não ser correspondências.

As possíveis correspondências identificadas através do sistema de triagem serão analisadas pelos funcionários relevantes para determinar se representam uma correspondência verdadeira ou um falso positivo e encaminhadas para o AMLCO, quando necessário. O resultado da revisão, incluindo determinações de falsos positivos, será registrado no sistema de triagem, que mantém um registro auditável dos resultados e decisões da triagem.

5.3 Procedimentos para Descongelamento de Ativos

Ao tomar conhecimento ou receber notificação informando que uma pessoa ou entidade não é mais designada sob um regime de sanções, o DMLRO e um membro da Alta Administração no Comitê de PLD devem se reunir para discutir o caso para o qual deve haver uma nota em arquivo assinada por ambas as partes e realizar o seguinte:

1. Confirmar se a sociedade congelou fundos ou outros ativos de qualquer pessoa ou entidade.
2. Verificar se a pessoa ou entidade não está mais sujeita ao congelamento de ativos.
3. Remover a pessoa ou entidade da lista de pessoas ou entidades sujeitas a sanções financeiras da sociedade.
4. Descongelar os fundos ou outros ativos da pessoa ou entidade e reativar as contas relevantes.
5. Notificar a pessoa ou entidade de que os ativos não estão mais sujeitos a um congelamento de ativos.

penalties.

5.2 Dealing with False Positives

False positives are potential matches to listed persons or entities, either due to the common nature of the name or due to ambiguous identifying data, which on examination prove not to be matches.

Potential matches identified through the screening system will be reviewed by the relevant staff to determine whether they represent a true match or a false positive and escalated to the AMLCO where necessary. The outcome of the review, including determinations of false positives, will be recorded within the screening system, which maintains an auditable record of screening results and decisions.

5.3 Procedures for Unfreezing of Assets

Upon becoming aware or receiving notification advising that a person or entity is no longer designated under a sanctions regime, the DMLRO and a member of Senior Management in the AML Committee must meet to discuss the case for which there must be a file note signed by both parties and carry out the following:

1. Confirm whether the company has frozen funds or other assets of any such person or entity.
2. Verify that the person or entity is no longer subject to the asset freeze

6. Notificar o Governador através da FRA das ações tomadas.

5.4 Ativo Congelado – Isenções

Uma licença é uma autorização por escrito do Governador que permite um ato de outra forma proibido pelas sanções. A licença pode incluir requisitos adicionais de relatórios ou ter uma limitação de tempo.

A legislação de congelamento de ativos geralmente permite os seguintes pagamentos em uma conta congelada sem a necessidade de uma licença do Governador, desde que esses fundos sejam congelados após serem pagos em

1. quaisquer juros ou ganhos na conta; e/ ou
2. quaisquer pagamentos devidos a uma pessoa ou entidade designada sob contratos, acordos ou obrigações que foram concluídos ou surgiram antes da data em que a pessoa ou entidade foi sancionada.
3. Além disso, a legislação também permite geralmente o crédito de uma conta congelada com pagamentos de terceiros sem a necessidade de uma licença, desde que os fundos recebidos também sejam congelados e que o Governador seja informado da transação sem demora.

5.5 Licenciamento

As Notas de Orientação forneceram diretrizes adicionais sobre o processo de solicitação de uma licença e as circunstâncias sob as quais a Sociedade pode solicitar.

6. PROCEDIMENTOS DE TERCEIRIZAÇÃO PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS DE PLD/CFT

3. Remove the person or entity from the company's list of persons or entities subject to financial sanctions.
4. Unfreeze the funds or other assets of the person or entity and reactivate the relevant accounts.
5. Notify the person or entity that the assets are no longer subject to an asset freeze.
6. Notify the Governor through the FRA of the actions taken.

5.4 Frozen Asset – Exemptions

A licence is a written authorization from the Governor permitting an act otherwise prohibited under the sanctions. The licence can include additional reporting requirements or have a time limitation.

Asset freezing legislation generally permits the following payments into a frozen account without the need for a licence from the Governor, provided those funds are frozen after being paid in

1. any interest or earnings on the account; and/ or
2. any payments due to a designated person or entity under contracts, agreement or obligations that were concluded or arose before the date the person or entity became sanctioned.
3. In addition the legislation also generally permits the crediting of a frozen account with payments from a third party without the need for a licence, provided that the incoming funds are also frozen, and that the Governor is informed of the transaction without delay.

5.5 Licensing

The Guidance Notes provided additional

Existem situações em que uma entidade que conduz Negócios Financeiros Relevantes pode delegar ou confiar em uma pessoa/entidade para exercer suas funções de PLD/CFT e fornece orientação sobre quais procedimentos devem estar em vigor para dependência ou delegação.

A Sociedade pode contar com certos prestadores de serviços para realizar certas funções de PLD/CFT e garantirá que os procedimentos e políticas da pessoa ou entidade em que se baseia sejam consistentes com os negócios da Sociedade e sejam adequados para cumprir os requisitos regulamentares aplicáveis das Ilhas Cayman. Nesses casos, a Sociedade deverá:

- garantir que a entidade/pessoa em quem a confiança está sendo colocada tenha conhecimento e experiência adequados e apropriados para desempenhar a função;
- realizar uma avaliação de risco da entidade/pessoa antes de celebrar um acordo com a pessoa em quem a confiança deve ser colocada e, quando a pessoa opera a partir de um país fora das Ilhas Cayman, a Sociedade deve documentar e demonstrar suas considerações para o risco país;
- ter um acordo formalizado com a entidade/pessoa em quem a confiança está sendo colocada, estabelecendo as responsabilidades de cada parte. Isso normalmente será incluído no contrato de serviço ou um adendo separado será preparado.
- revisar os procedimentos e políticas da entidade/pessoa antes de celebrar o contrato de confiança e testá-los, de tempos em tempos, após a celebração do relacionamento para garantir que os procedimentos e políticas sejam adequados para desempenhar a função e satisfazer as obrigações relevantes

guidelines on the process for applying for a license and the circumstances under which the Company can apply.

6. OUTSOURCING PROCEDURES FOR AML/CFT SERVICE PROVIDERS

There are situations where an entity conducting Relevant Financial Business may delegate or rely on a person/entity to carry it its AML/CFT functions and provides guidance on what procedures should be in place for reliance or delegation.

The Company may rely on certain service providers to carry out certain AML/CFT functions and will ensure that the policies and procedures of the person or entity being relied upon are consistent with the Company's business, and are adequate to comply with the applicable regulatory requirements of the Cayman Islands. In these cases, the Company will:

- ensure that the entity/person on whom reliance is being placed has adequate and appropriate knowledge and expertise to perform the function;
- conduct a risk assessment of the entity/person before entering into an agreement with the person upon whom reliance is to be placed and, where the person operates from a country outside the Cayman Islands, the Company must document and demonstrate its considerations for country risk;
- have a formalised agreement with the

nas Ilhas Cayman; e

- garantir que a pessoa adote os padrões das Ilhas Cayman em relação ao desempenho da função (para a qual a confiança está sendo colocada), onde a pessoa opera de um país fora das Ilhas Cayman em que os padrões relevantes são mais baixos quando comparados às Ilhas Cayman.
- Finalmente, a Sociedade garantirá que a pessoa em quem a confiança está sendo colocada tenha a capacidade de desempenhar a função de forma eficiente. Quando os riscos associados (com a dependência da pessoa para o desempenho da função) não puderem ser efetivamente gerenciados ou mitigados, a Sociedade não dependerá da pessoa para o desempenho da função.

7. INFRAÇÕES E PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO E ANTISUBORNO (ABC)

7.1 Definição de Corrupção e Suborno

A Lei Anticorrupção (ACA) dá efeito à Convenção da OCDE sobre o Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais e à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. A ACA abrange uma ampla gama de infrações de corrupção locais cometidos por funcionários públicos, membros da assembleia legislativa das Ilhas Cayman, indivíduos e entidades privadas. Ela abrange a corrupção de funcionários públicos estrangeiros no exterior.

De acordo com a ACA, é ilegal que uma pessoa suborne um funcionário público do governo das Ilhas Cayman, um membro da assembleia legislativa das Ilhas Cayman ou um funcionário público estrangeiro para obter ou reter uma vantagem ou benefício no

entity/person on whom reliance is being placed, setting out the responsibilities of each party. This will normally be included in the service agreement or a separate addendum will be prepared.

- review policies and procedures of the entity/person prior to entering into the reliance agreement and test them, from time to time, subsequent to entering into the relationship to ensure that the policies and procedures are adequate to perform the function and satisfy the relevant obligations in the Cayman Islands; and
- ensure that the person adopts the Cayman Islands standards in relation to the performance of the function (for which reliance is being placed), where the person operates from a country outside the Cayman Islands in which the relevant standards are lower when compared to the Cayman Islands.
- Finally, the Company will ensure that the person on whom reliance is being placed has the capability to perform the function efficiently. Where the risks associated (with placing reliance on the person for the performance of the function) cannot be effectively managed or mitigated, the Company will not rely on the person for the performance of the function.

7. ANTI-BRIBERY & CORRUPTION (ABC) OFFENCES & PROCEDURES

7.1 Corruption and Bribery Definition

The Anti-Corruption Act (ACA) gives effect to the OECD Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions and to the United Nations

curso dos negócios, direta ou indiretamente. Da mesma forma, a ACA proíbe os funcionários públicos das Ilhas Cayman de solicitar, aceitar ou concordar em aceitar ou obter um pagamento indevido para tais fins. Também criminaliza a tentativa, conspiração, incitação, auxílio, cumplicidade, aconselhamento ou obtenção da prática de uma infração de corrupção.

Esta seção deve ser lida em conjunto com a Política Anticorrupção e Antissuborno da Sociedade.

É uma infração penal sob a ACA:

- a) um funcionário público ou um membro da assembleia legislativa, direta ou indiretamente, solicitar, aceitar/obter ou concordar em aceitar/obter para si ou para qualquer outra pessoa, qualquer benefício (incluindo um pagamento, empréstimo, recompensa ou vantagem) com a intenção de interferir com a administração da justiça, para obter ou facilitar a prática de uma infração, ou para proteger da detecção ou punição uma pessoa que tenha cometido ou pretenda cometer uma infração;
- b) qualquer pessoa dar ou oferecer qualquer benefício a um funcionário público ou a um membro da assembleia legislativa com a intenção de interferir na administração da justiça, para obter ou facilitar a prática de um delito, ou para proteger da detecção ou punição uma pessoa que tenha cometido ou pretenda cometer um delito;
- c) qualquer pessoa, direta ou indiretamente, dar, oferecer ou concordar em dar ou oferecer a qualquer pessoa pública relevante qualquer benefício como contraprestação por assistência em uma transação governamental ou negócio governamental;
- d) uma pessoa pública ou um membro da assembleia legislativa, exigir, aceitar ou oferecer ou concordar em aceitar qualquer

Convention against Corruption. The ACA covers a broad range of local corruption offences by public officers, members of the Cayman Islands legislative assembly, private individuals and entities. It extends to bribery of foreign public officials outside

Under the ACA, it is unlawful for a person to bribe either a public officer of the Cayman Islands government, a member of the Cayman Islands legislative assembly or a foreign public official in order to obtain or retain an advantage or benefit in the course of business, directly or indirectly. Likewise, the ACA prohibits public officers of the Cayman Islands from soliciting, accepting, or agreeing to accept or obtain an improper payment for such purposes. It also criminalises attempting, conspiring, inciting, aiding, abetting, counselling or procuring the commission of a corruption offence.

This section should be read in conjunction with the Company's Anti-Corruption & Anti Bribery Policy.

It is a criminal offence under the ACA for:

- a) a public officer or a member of the legislative assembly to directly or indirectly solicit, accept/obtain or agree to accept/obtain for himself or any other person, any benefit (including a payment, loan, reward or advantage) with the intent to interfere with the administration of justice, to procure or facilitate the commission on an offence, or to protect from detection or punishment a person who
- benefício como contraprestação por assistência em uma transação governamental ou negócio governamental;
- e) qualquer pessoa que tenha relações de qualquer tipo com o governo fornecer um benefício a qualquer pessoa pública relevante com relação a essas negociações sem o consentimento do diretor da entidade governamental relevante;
- f) uma pessoa pública ou um membro da assembleia legislativa, exigir, aceitar ou oferecer ou concordar em aceitar qualquer benefício, de uma pessoa que tenha relações com o governo, direta ou indiretamente, para si ou para outra pessoa pública relevante sem o consentimento do diretor da entidade governamental relevante;
- g) qualquer pessoa que tenha ou pretenda ter influência com o governo, com uma pessoa pública ou um membro da assembleia legislativa exigir, aceitar ou oferecer ou concordar em aceitar qualquer benefício como contraprestação por cooperação, assistência, exercício de influência ou ato ou omissão com negócios governamentais ou a nomeação de qualquer pessoa para um cargo;
- h) qualquer pessoa dar, oferecer ou concordar em dar ou oferecer qualquer benefício como contraprestação por cooperação, assistência, exercício de influência ou um ato ou omissão com negócios governamentais ou a nomeação de qualquer pessoa para um cargo;
- i) qualquer pessoa que tenha feito uma proposta para obter um contrato com o governo que dê, ofereça ou concorde em dar ou oferecer a outra pessoa quando tiver feito uma proposta ou a um membro da família dessa pessoa qualquer benefício pela retirada da proposta relevante;
- j) qualquer pessoa que tenha feito uma proposta para obter um contrato com o governo que exija, aceite ou ofereça ou concorde em aceitar qualquer benefício de qualquer outra pessoa que tenha feito uma

has committed or intends to commit an offence;

- b) any person to give or offer any benefit to a public officer or a member of the legislative assembly with the intent to interfere with the administration of justice, to procure or facilitate the commission on an offence, or to protect from detection or punishment a person who has committed or intend to commit an offence;
- c) any person to directly or indirectly give, offer, or agree to give or offer any relevant public person any benefit as consideration for assistance with a government transaction or government business;
- d) a public person or a member of the legislative assembly, to demand, accept or offer or agree to accept any benefit as consideration for assistance with a government transaction or government business;
- e) any person having dealings of any kind with the government to provide a benefit to any relevant public person with respect to those dealings without the consent of the chief officer of the relevant government entity;
- f) a public person or a member of the legislative assembly, to demand, accept or offer or agree to accept any benefit, from a person that has dealings with the government, directly or indirectly for himself or a another relevant public person without the consent of the chief officer of the relevant government entity;
- g) any person having or pretending to have influence with the government, with a public person or a member of the legislative assembly to demand, accept or offer or agree to accept any benefit as consideration for cooperation, assistance,

proposta como contraprestação pela retirada de sua proposta;

- k) qualquer pessoa subscrever, dar ou concordar em dar a qualquer pessoa um benefício com a finalidade de promover a eleição de um candidato ou uma classe ou partido de candidatos à assembleia legislativa ou influenciar os resultados de uma eleição a fim de obter ou manter um contrato com o governo;
- l) um funcionário público ou membro da assembleia legislativa cometer fraude ou quebra de confiança em conexão com as funções do cargo ocupado;
- m) uma pessoa pretender vender ou comprar uma nomeação ou renúncia de um cargo público ou consentir com tal nomeação ou renúncia;
- n) uma pessoa influenciar ou negociar nomeações ou negociações relacionadas ao preenchimento de vagas de cargos públicos, venda ou compra de cargos públicos ou nomeação ou renúncia de cargos públicos.

7.2 UK Bribery Act (UKBA)

A UKBA tem alcance internacional e se aplica especificamente às Ilhas Cayman, que é um Território Ultramarino Britânico. A UKBA cobre o direito penal relacionado ao suborno. É uma defesa completa para uma organização provar que, apesar de um caso particular de suborno, ela tinha procedimentos adequados em vigor para evitar que pessoas associadas a ela subornassem.

As quatro principais infrações da UKBA são resumidas da seguinte forma:

- a) suborno ativo: prometer ou dar uma vantagem financeira ou de outra natureza a outrem;
- b) suborno passivo: solicitar, concordar em receber ou aceitar uma vantagem financeira

exercise of influence or an act or omission with government business or the appointment of any person to an office;

- h) any person to give, offer or agree to give or offer any benefit as consideration for cooperation, assistance, exercise of influence or an act or omission with government business or the appointment of any person to an office;
- i) any person that has made a tender to obtain a contract with the government that gives, offers, or agrees to give or offer to another person when has made a tender or to a member of that person's family any benefit for the withdrawal of the relevant tender;
- j) any person that has made a tender to obtain a contract with the government that demands, accepts or offers or agrees to accept any benefit from any other person who has made a tender as consideration for the withdrawal of his tender;
- k) any person to subscribe, give or agree to give any person a benefit for the purpose of promoting the election of a candidate or a class or party of candidates to the legislative assembly or to influence the results of an election in order to obtain or retain a contract with government;
- l) a public officer or a member of the legislative assembly to commit fraud or a breach of trust in connection with the duties of the office held;
- m) a person to purport to sell or purchase an appointment to or a resignation from a public office or consent to any such appointment or resignation;
- n) a person to influence or negotiate appointments or dealings relating to filling vacancies of public office, sale or purchase of public office or appointment or resignations from public office.

ou outra; independentemente de o suborno ser recebido direta ou indiretamente ou se é conhecido ou acreditado pela pessoa que comete o delito que o desempenho de sua função ou atividade é impróprio;

- c) suborno de funcionários públicos estrangeiros; e
- d) falha de uma organização comercial em impedir o suborno por uma pessoa associada; resultando assim em uma infração corporativa.

7.3 Procedimentos de Relatório ABC

Um funcionário costuma ser o primeiro a saber quando alguém dentro de uma organização está fazendo algo ilegal ou impróprio. Todos os funcionários são obrigados a relatar quaisquer preocupações genuínas que o funcionários possa ter sobre suspeita de corrupção e atividade de suborno dentro da Sociedade. Para que a objetividade seja mantida, o MLRO receberá e gerenciará quaisquer relatórios/divulgações.

No caso de o MLRO ser objeto do relatório ABC, o relatório deve ser feito diretamente a um membro do conselho de administração.

Todas as divulgações relacionadas a antissuborno e corrupção devem ser feitas de boa-fé.

8. PROCEDIMENTOS DE DUE DILIGENCE DO CLIENTE/“KNOW YOUR CUSTOMER”

A exigência de que a Sociedade conheça seus clientes é vital para a prevenção à lavagem de dinheiro. Além disso, é um requisito da lei das Ilhas Cayman que os Prestadores de Serviços Financeiros, como a Sociedade, tomem medidas para saber quem

7.2 UK Bribery Act (UKBA)

The UKBA has international reach and specifically applies to the Cayman Islands which is a British Overseas Territory. The UKBA covers the criminal law relating to bribery. It is a full defence for an organisation to prove that despite a particular case of bribery it nevertheless had adequate procedures in place to prevent persons associated with it from bribing.

The four main offenses under UKBA are summarised as follows:

- a) active bribery: promising or giving a financial or other advantage to another;
- b) passive bribery: requesting, agreeing to receive or accepting a financial or other advantage; regardless of whether the bribe is received directly or indirectly or whether it is known or believed by the person committing the offence that the performance of his function or activity is improper;
- c) bribery of foreign public officials; and
- d) failure of a commercial organisation to prevent bribery by an associated person; thus resulting in a corporate offence.

7.3 ABC Reporting Procedures

Personnel are often the first to know when someone within an organization is doing something illegal or improper. All staff are required to report any genuine concerns

são seus clientes.

A Sociedade realizará seus procedimentos de due diligence de clientes quando:

- a) Busca estabelecer uma nova relação comercial;
- b) Suspeita de LD/FT/PF;
- c) Tem dúvidas sobre a veracidade ou adequação das informações de due diligence de clientes obtidas anteriormente.

A natureza dos negócios da Sociedade não se presta a permitir transações pontuais com não clientes.

8.1. Princípios Gerais

A Sociedade não deve estabelecer uma relação comercial com um banco de fachada ou com uma entidade que preste serviços a um banco de fachada. Um banco de fachada é um banco ou outra instituição financeira que não tem presença física no território em que está constituído ou no qual está realizando tais negócios e não está afiliado a um grupo financeiro regulamentado que está sujeito a supervisão consolidada.

A Sociedade não prestará serviços a empresas que tenham emitido ou pretendam emitir ações ao portador.

A Sociedade não manterá contas anônimas, contas em nomes fictícios ou contas numeradas.

A Sociedade não estabelecerá uma relação com um banco não licenciado ou outras instituições financeiras não licenciadas, e não estabelecerá uma relação com qualquer instituição que tenha relações comerciais com tais entidades não licenciadas.

personnel may have about suspected corruption and bribery activity within the Company. In order that objectivity is maintained, the MLRO will receive and manage any reports/disclosures.

In the event that the MLRO is the subject of the ABC report, the report should be made directly to a member of the board of directors.

All disclosures relating to anti bribery and corruption must be made in good faith.

8. CLIENT DUE DILIGENCE PROCEDURES/“KNOW YOUR CUSTOMER”

The requirement for the Company to know its customers is vital to the prevention of money laundering. Further, it is a requirement under Cayman Islands law that Financial Services Providers such as the Company take steps to know who their customers are.

The Company will carry out its customer due diligence procedures when:

- a) It seeks to establish a new business relationship;
- b) It suspects ML/TF/PF;
- c) It has doubts about the veracity or adequacy of previously obtained customer due diligence information.

The nature of the Company’s business does not lend itself to allowing one-off transactions with non-customers.

8.2. Em quem?

A Sociedade é obrigada a conduzir a Due Diligence do Cliente (“CDD”) para identificar e verificar a identificação de clientes, incluindo beneficiários finais, nomeados, candidatos a negócios e qualquer outra pessoa autorizada a agir em nome do cliente, e para entender a natureza e o propósito pretendidos do relacionamento comercial, e a estrutura de propriedade e controle do cliente.

Observe que agora é um requisito conduzir CDD em Beneficiários Finais.

Um “Beneficiário Final” é definido (de acordo com as definições nas Recomendações do GAFI) como sendo:

“a pessoa física que, em última instância, possui ou controla o cliente, incluindo, mas não se restringindo a: (i) no caso de uma pessoa jurídica que não seja uma sociedade cujos valores mobiliários estejam listados em uma bolsa de valores reconhecida, uma pessoa física que, em última instância, possui ou controla, direta ou indiretamente, 10% ou mais das ações ou direitos de voto da pessoa jurídica; (ii) no caso de qualquer outra pessoa jurídica, uma pessoa física que, de outra forma, exerça controle efetivo final sobre a administração da pessoa jurídica; (iii) no caso de um arranjo jurídico, o administrador ou outra pessoa que exerça controle efetivo final sobre o arranjo jurídico.”

8.3. Tempo da CDD

A Sociedade identificará e verificará a identidade das partes acima antes do início do acordo comercial proposto.

8.1. General Principles

The Company shall not establish a business relationship with a shell bank or with an entity that provides services to a shell bank. A shell bank is a bank or other financial institution that has no physical presence in the territory in which it is incorporated or in which it is carrying on such business and is unaffiliated with a regulated financial group that is subject to consolidated supervision.

The Company shall not provide services to companies that have issued or seek to issue bearer shares.

The Company will not keep anonymous accounts, accounts in fictitious names or numbered accounts.

The Company will not establish a relationship with an unlicensed bank or other unlicensed financial institutions¹, and will not establish a relationship with any institution that has business relationships with such unlicensed entities.

8.2. On Whom?

The Company is required to conduct Customer Due Diligence (“CDD”) to identify and verify the identification of customers, including beneficial owners, nominees, applicants for business and any other person authorized to act on behalf of the customer, and to understand the intended nature and purpose of the business relationship, and the ownership and control structure of the customer.

Note that it is now a requirement to

Em circunstâncias excepcionais, e desde que o cliente não seja classificado como de alto risco, a Sociedade pode concluir o processo de CDD após o início da relação comercial, mas isso só ocorreria se:

- O processo de CDD pode ser concluído assim que razoavelmente praticável;
- O início do acordo comercial foi essencial para não interromper o curso normal dos negócios; e
- O risco de LD/FT associado pode ser gerenciado de forma eficaz.

Qualquer decisão de iniciar uma relação comercial antes da conclusão do processo de CDD deve ser aprovada pelo AMLCO.

8.4. Abordagem Baseada em Risco

A Sociedade adotou uma Abordagem Baseada em Risco para o processo de CDD, que envolve o uso de Due Diligence Simplificada e Due Diligence Aprimorada quando apropriado.

A Due Diligence Simplificada (“SDD”) só é apropriada quando a Sociedade considera que os riscos de Lavagem de Dinheiro ou Financiamento do Terrorismo de um acordo comercial são baixos. Esta determinação seguiria a partir da conclusão da Matriz de Risco apropriada.

Da mesma forma, nos casos em que a Sociedade considerar que os riscos de Lavagem de Dinheiro ou Financiamento do Terrorismo de um acordo comercial são altos, a Due Diligence Aprimorada (“EDD”) será realizada.

Os procedimentos de SDD e EDD são

conduct CDD on Beneficial Owners.

A “Beneficial Owner” is defined (in line with the definitions in the FATF Recommendations) as being:

“the natural person who ultimately owns or controls the customer including, but not restricted to: (i) in the case of a legal person other than a company whose securities are listed on a recognized stock exchange, a natural person who ultimately owns or controls, directly or indirectly, 10% or more of the shares or voting rights in the legal person; (ii) in the case of any other legal person, a natural person who otherwise exercises ultimate effective control over the management of the legal person; (iii) in the case of a legal arrangement, the trustee or other person who exercises ultimate effective control over the legal arrangement.”

8.3. Timing of CDD

The Company will identify and verify the identity of the above parties prior to the commencement of the proposed business arrangement.

In exceptional circumstances, and providing that the client is not rated as high risk, the Company might complete the CDD process after the commencement of the business relationship, but this would only occur if:

- The CDD process could be completed as soon as reasonably practicable;
- The commencement of the business arrangement was essential so as not to

definidos em mais detalhes abaixo.

8.5. Quando o Objeto da CDD é uma pessoa física

Quando a Sociedade está considerando celebrar um acordo comercial direta ou indiretamente com uma pessoa física, a Sociedade é obrigada a obter as seguintes informações relacionadas a essa pessoa física:

- Nome completo
- Endereço permanente correto, com código postal
- Data e local de nascimento
- Nacionalidade
- Profissão
- O objetivo da conta ou acordo comercial, se a pessoa física for o Cliente direto
- Nível estimado de atividade para a conta ou serviços prestados; e
- Origem dos Fundos

A Sociedade também verificará a identidade das pessoas físicas. Os documentos aceitáveis para verificar a identidade incluem:

- Passaporte
- Carteira de identidade emitida pelo governo
- Carteira de habilitação (completa ou provisória)
- Carteira de identidade das Forças Armadas

Todos os documentos de identificação, sejam originais ou certificados, devem ser pré-assinados e ter uma foto. Se a assinatura ou fotografia não estiver nítida e não formos capazes de ver a aparência da pessoa física, ou ver um exemplo claro de sua assinatura, esse documento não é aceitável. Os documentos aceitáveis para verificação de

interrupt the normal course of business; and

- The associated ML/FT risk could be effectively managed.

Any decision to commence a business relationship prior to completion of the CDD process must be approved by the AMLCO.

8.4. Risk Based Approach

The Company has adopted a Risk Based Approach to the CDD process, which involves the usage of Simplified Due Diligence and Enhanced Due Diligence when appropriate.

Simplified Due Diligence (“SDD”) is only appropriate when the Company considers the Money Laundering or Terrorist Financing risks of a business arrangement to be low. This determination would follow on from the completion of the appropriate Risk Matrix.

Similarly, in cases where the Company considers the Money Laundering or Terrorist Financing risks of a business arrangement to be high, Enhanced Due Diligence (“EDD”) will be carried out.

SDD and EDD procedures are set out in more detail below.

8.5. When the Subject of the CDD is an individual

Where the Company is considering entering into a business arrangement either directly or indirectly with an individual, the Company is required to obtain the

endereço incluem:

- Referência profissional com endereço claramente indicado
- Inscrição no Cadastro de Eleitores
- Pesquisa de agência de referência de crédito
- Entrada em uma lista telefônica local atual
- Tarifas recentes (nos últimos 3 meses) ou conta de serviços públicos
- Qualquer documento oficial do governo que contenha o endereço da pessoa física
- Visita pessoal à casa da pessoa física

Todos os documentos de verificação devem ser originais ou cópias autenticadas. As diretrizes de certificação são descritas abaixo.

8.6. Quando o objeto não é uma pessoa física, mas é uma “pessoa jurídica”

Quando o cliente em potencial não é uma pessoa física, a Sociedade deve identificar e verificar a identidade do cliente em potencial, entender a natureza do negócio do cliente e entender a estrutura de propriedade e controle desse negócio. A Sociedade também realizará due diligence sobre os beneficiários finais da pessoa jurídica e sobre os conselheiros.

Caso pareça que a(s) pessoa(s) com participação majoritária na entidade possam não ser, de fato, os beneficiários finais, é necessário verificar a identidade da pessoa que efetivamente exerce o controle.

Caso não haja pessoa física como Beneficiário Final ou como pessoa controladora, a Sociedade verificará a identidade da(s) pessoa(s) que detém(êm) o controle da gestão da entidade (por exemplo, o CEO ou o Presidente).

A Sociedade adotará uma abordagem

following information relating to that individual:

- Full name
- Correct permanent address, with postcode
- Date and place of birth
- Nationality
- Occupation
- The purpose of the account or business arrangement, if the individual is the direct Customer
- Estimated level of activity for the account or services provided; and
- Source of Funds

The Company will also verify the identity of individuals. Acceptable documents for verifying identity include:

- Passport
- Government issued ID card
- Drivers Licence (full or provisional)
- Armed Forces ID card

All ID documents, whether original or certified, must be pre-signed and bear a photo. If the signature or photograph is not clear and we are unable to see what the individual looks like, or see a clear example of their signature, that document is not acceptable. Acceptable documents for verifying address include:

- Professional reference with address clearly stated
- Entry in the Register of Electors
- Credit Reference agency search

baseada em risco para a coleta de documentos como parte do processo de CDD para entidades corporativas, mas solicitará os seguintes documentos e informações:

- Certificado de Constituição
- Detalhes da Sede Social
- Detalhes do local de negócios
- Natureza do negócio
- Razão para estabelecer uma relação comercial com a Sociedade
- Nível estimado de atividade para a conta ou serviços prestados
- Origem dos Fundos (como foram gerados os fundos?)
- Demonstrações financeiras mais recentes, aplicáveis
- Registro de Sócios mais evidência de identidade (de acordo com os Requisitos para Indivíduos acima) para cada proprietário legal e Beneficiário Final. Se os próprios acionistas forem pessoas jurídicas, a Sociedade verificará a identidade do acionista e das pessoas físicas por trás dessa pessoa jurídica.
- Registro de Conselheiros mais evidência verificada de identidade (de acordo com os Requisitos para Pessoas Físicas acima) para pelo menos dois Conselheiros, um dos quais deve ser um Conselheiro executivo
- Certificado de Regularidade
- Documentos constitucionais, como Ato Constitutivo e Contrato Social ou estatuto social
- Resolução do conselho ou documento similar autorizando a entidade a celebrar um acordo comercial com a Sociedade
- Lista de signatários autorizados

8.7. Onde o Objeto da CDD é uma Parceria

Neste caso, a Sociedade obterá os seguintes documentos e informações:

- A escritura da Parceria

-
- Entry in a current local phone directory
- Recent (within the last 3 months) rates or utility bill
- Any official government document which contains the individual's address
- Personal visit to the individual's home

All verification documents must either be originals or certified copies. The certification guidelines are described below.

8.6. Where the subject is not an individual but is a 'legal person'

Where the prospective customer is not an individual, the Company must identify and verify the identity of the prospective customer, understand the nature of the customer's business and understand the ownership and control structure of that business. The Company will also carry out due diligence on ultimate beneficial owners of the legal person and on directors.

If it appears that the person/s with the controlling ownership interest in the entity might not in fact be the beneficial owner, it is necessary to verify the identity of the person who actually exercises control.

If there is no natural person as Beneficial Owner, or as the controlling person, the Company will verify the identity of the person/s holding control over management of the entity (for example the CEO or President).

The Company will take a risk-based approach to the collecting of documents as part of the CDD process for corporate

- Evidência verificada de identidade (de acordo com os Requisitos para Pessoas Físicas acima) para pelo menos dois parceiros, ou controladores, o Sócio geral e quaisquer signatários autorizados
- Comprovação do endereço comercial
- Cópia das últimas demonstrações financeiras (auditadas quando aplicável)
- Uma explicação da natureza da Parceria
- Mandato da Sociedade que autoriza a entidade a celebrar um acordo comercial com a Sociedade

8.8. Quando o Objeto da CDD for um Trust

A Sociedade tomará medidas para verificar a identidade do(s) Beneficiário(s) Final(is) do Trust e coletará os seguintes documentos e informações:

- Escritura do Trust
- Natureza do Trust
- Origem dos Fundos (como o Instituidor gerou os fundos liquidados no Trust?)
- Identidades do Instituidor, Fiduciário, Protetor, Executor e Beneficiários
- Verificação da identidade do Instituidor (de acordo com os Requisitos para Pessoas Físicas acima)
- Quando o Instituidor for um nomeado, a Sociedade examinará essa relação de nomeado com o Beneficiário Final
- No caso de uma Sociedade Fiduciária Privada, a empresa avaliará quais outros documentos corporativos podem ser necessários para concluir o processo de Due Diligence do Cliente (CDD).

8.9. Quando o Objeto da CDD for uma organização sem fins lucrativos (OSFL) ou instituição de caridade

A Sociedade coletará os seguintes documentos e informações:

- Uma explicação da natureza da OSFL ou do

entities but will ask for the following documents and information:

- Certificate of Incorporation
- Registered Office details
- Place of Business details
- Nature of business
- Reason for establishing a business relationship with the Company
- Estimated level of activity for the account or services provided
- Source of Funds (how were the funds generated?)
- Latest financial statements, applicable
-
- Register of Members plus evidence of identity (as per Requirements for Individuals above) for each legal owner and Beneficial Owner. If shareholders are themselves legal persons then the Company will verify the identity of the shareholder and the individuals behind that legal person.
- Register of Directors plus verified evidence of identity (as per Requirements for Individuals above) for at least two Directors, one of whom should be an executive Director
- Certificate of Good Standing
- Constitutional documents such as Memorandum and Articles of Association or by-laws
- Board resolution or similar document authorizing the entity to enter into a business arrangement with the Company
- List of authorized signatories

8.7. Where the Subject of the CDD is a Partnership

In this instance, the Company will obtain the following documents and information:

propósito da Instituição de Caridade

- Identidade verificada (de acordo com os Requisitos para Indivíduos acima) para pelo menos dois signatários e/ou qualquer pessoa que dê instruções em nome da OSFL/Instituição de Caridade, a Sociedade também:
- ✓ Confirme o número de registro da OSFL/instituição de caridade
- ✓ Obter o nome e endereço do Correspondente dos Comissários (se aplicável)
- ✓ Quando a OSFL ou Instituição de Caridade não for uma OSFL ou Instituição de Caridade das Ilhas Cayman, verifique se ela não está listada em nenhuma lista reconhecida de entidades ligadas ao terrorismo e se não tem associação com lavagem de dinheiro ou qualquer país de alto risco.

8.10. Due Diligence Simplificada

Conforme estabelecido acima, a Sociedade pode utilizar um processo de Due Diligence Simplificada (“SDD”) em que os riscos de lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo do acordo comercial proposto são baixos.

Exemplos de como o processo de SDD pode diferir do processo de CDD normal são:

- Verificar a identidade de um cliente após o início da relação comercial
- Reduzir a frequência de atualizações de CDD
- Monitoramento contínuo reduzido, ou
- Confiança em terceiros para identificar e verificar a identidade do cliente

8.11. Candidatos Aceitáveis

Para que a due diligence simplificada seja aplicável, os seguintes critérios devem ser atendidos:

- The Partnership deed
- Verified evidence of identity (as per Requirements for Individuals above) for at least two partners, or controllers, the general Partner and any authorized signatories
- Evidence of the trading address
- Copy of latest financial statements (audited where applicable)
- An explanation of the nature of the Partnership
- Mandate from the Partnership authorizing the entity to enter into a business arrangement with the Company

8.8. Where the Subject of the CDD is a Trust

The Company will take steps to verify the identity of the Beneficial Owner/s of the Trust, and will collect the following documents and information:

- Trust Deed
- Nature of the Trust
- Source of Funds (how did the Settlor generate the funds settled into the Trust?)
- Identities of the Settlor, Trustee, Protector, Enforcer and Beneficiaries
- Verification of the identity of the Settlor (as per Requirements for Individuals above)
- Where the Settlor is a nominee, the Company will look through that nominee relationship to the Beneficial Owner
- In the case of a Private Trust Company, the Company will consider what other corporate documents might be necessary in order to complete the CDD process.

8.9. Where the Subject of the CDD is a Not for Profit organisation (NPO) or Charity

The Company will collect the following documents and information:

- (1) A Sociedade conhece a identidade do requerente/cliente;
- (2) A Sociedade conhece a natureza e o objetivo pretendido da relação comercial ou transação pontual;
- (3) Não há atividade suspeita; e
- (4) O candidato/cliente é uma pessoa que atende a um dos seguintes critérios:

- a) seja obrigada a cumprir a regra 5 ou seja uma subsidiária de propriedade majoritária do negócio financeiro relevante;
- b) uma organização governamental central ou local, órgão estatutário ou agência do governo, em um país avaliado pela pessoa que realiza negócios financeiros relevantes como tendo um baixo grau de risco de lavagem de dinheiro, risco de financiamento do terrorismo e risco de financiamento da proliferação;
- c) atuar no curso de um negócio ou é uma subsidiária majoritária do negócio em relação ao qual uma autoridade reguladora no exterior exerce funções regulatórias e está sediada ou incorporada ou formada sob o ato de um país avaliado pela pessoa que realiza negócios financeiros relevantes como tendo um baixo grau de risco de lavagem de dinheiro, risco de financiamento do terrorismo e risco de financiamento da proliferação;
- d) uma sociedade listada em uma bolsa de valores reconhecida e sujeita a requisitos de divulgação que imponham requisitos para garantir a transparência adequada da propriedade beneficiária, ou subsidiária majoritária de tal sociedade; ou
- e) um fundo de pensão para uma associação profissional, sindicato ou está agindo em nome de funcionários de uma entidade referida nas alíneas (a) a (d).

8.12. Due Diligence Aprimorada

Quando a Sociedade considerar que o risco

- An explanation of the nature of the NPO or Charity’s purpose
- Verified identity (as per Requirements for Individuals above) for at least two signatories and/or anyone giving instructions on behalf of the NPO/Charity, the Company will also:
 - ✓ Confirm the NPO/Charity Registered Number
 - ✓ Obtain the name and address of the Commissioners Correspondent (if applicable)
 - ✓ Where the NPO or Charity is not a Cayman Islands NPO or Charity, check that it is not listed on any recognized list of entities linked to terrorism and that it has no association with money laundering or any high risk country.

8.10. Simplified Due Diligence

As set out above, the Company can utilize a Simplified Due Diligence (“SDD”) process where the money laundering/terrorist financing risks of the proposed business arrangement are low.

Examples of how the SDD process might differ from the normal CDD process are:

- Verifying the identity of a customer after the start of the business relationship
- Reducing the frequency of CDD updates
- Reduced ongoing monitoring, or
- Reliance on a third party to identify and

de lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo de uma relação comercial proposta ou existente é alto, a Sociedade realizará a Due Diligence Aprimorada (“EDD”).

A Sociedade realizará EDD no mínimo nos seguintes casos:

- (a) onde tenha sido identificado um risco mais elevado de lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo ou de financiamento da proliferação;
- (b) quando, por meio de orientação de supervisão, tiver sido identificado um alto risco de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo;
- (c) quando um cliente ou um requerente de negócios for de um país estrangeiro que tenha sido identificado por fontes confiáveis como tendo deficiências graves em seu regime de combate à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo ou financiamento da proliferação ou uma prevalência de corrupção;
- (d) quando o cliente ou o requerente de negócios for uma pessoa exposta politicamente;
- (f) no caso de qualquer atividade incomum ou suspeita; ou
- (g) em relação a relações de negócio e transações com pessoas, incluindo instituições financeiras, de países para os quais isso seja solicitado pelo Grupo de Ação Financeira.

De acordo com os procedimentos da EDD, a Sociedade considerará outras medidas, tais como, sem limitação:

- a) Obtenção de informações adicionais sobre o candidato/cliente (por exemplo, ocupação, volume de ativos, informações disponíveis através de bases de dados públicas, internet

verify the identity of the customer

8.11. Acceptable Applicants

In order for simplified due diligence to be applicable, the following criteria must be met:

- (1) The Company knows the identity of the applicant/customer;
- (2) The Company knows the nature and intended purpose of the business relationship or one-off transaction;
- (3) There is no suspicious activity; and
- (4) The applicant/customer is a person that meets one of the following criteria:

- a) required to comply with regulation 5 or is a majority-owned subsidiary of the relevant financial business;
- b) a central or local government organisation, statutory body or agency of government, in a country assessed by the person carrying out relevant financial business as having a low degree of money laundering risk, terrorist financing risk and proliferation financing risk;
- c) acting in the course of a business or is a majority-owned subsidiary of the business in relation to which an overseas regulatory authority exercises regulatory functions and is based or incorporated in, or formed under the act of, a country assessed by the person carrying out relevant financial business as having a low degree of money laundering risk, terrorist financing risk and proliferation financing risk;
- d) a company, that is listed on a recognised stock exchange and subject to disclosure requirements which impose requirements to ensure adequate transparency of beneficial ownership, or majority-owned subsidiary of such a company; or

etc.).

- b) Atualizar com mais regularidade os dados de identificação do requerente/cliente e beneficiário final.
- c) Obtenção de informações adicionais sobre a natureza pretendida da relação comercial.
- d) Obtenção de informações adicionais sobre a fonte de recursos ou fonte de riqueza do candidato/cliente.
- e) Obtenção de informações adicionais sobre os motivos das transações pretendidas ou realizadas.
- g) Obter a aprovação da alta administração para iniciar ou continuar o relacionamento comercial. Realizar um monitoramento aprimorado da relação comercial, aumentando o número e o tempo dos controles aplicados e selecionando padrões de transações que precisam de um exame mais aprofundado.

Exemplos de documentação adicional que podem ser solicitados como parte da Due Diligence Aprimorada são:

- referências profissionais;
- cópias dos contratos celebrados pelo proponente;
- biografias de pessoas físicas;
- Certificado de antecedentes criminais;
- Resultados de Buscas no Google;
- contratos de compra e venda assinados pelo requerente;
- pareceres jurídicos fornecidos por escritórios de advocacia respeitáveis etc.

As informações ou documentos a serem obtidos devem ser proporcionais ao aumento do risco do cliente ou solicitante de negócios.

8.13. Pessoas Politicamente Expostas (“PEPs”)

As Pessoas Politicamente Expostas incluem:

- e) a pension fund for a professional association, trade union or is acting on behalf of employees of an entity referred to in sub-paragraphs (a) to (d).

8.12. Enhanced Due Diligence

Where the Company considers the money laundering/terrorist financing risk of a proposed or existing business relationship to be high, the Company will perform Enhanced Due Diligence (“EDD”).

The Company will carry out EDD at least in the following cases:

- (a) where a higher money laundering risk, terrorist financing risk or proliferation financing risk has been identified;
- (b) where through supervisory guidance a high risk of money laundering or terrorist financing has been identified;
- (c) where a customer or an applicant for business is from a foreign country that has been identified by credible sources as having serious deficiencies in its anti-money laundering, counter terrorist financing or counter proliferation financing regime or a prevalence of corruption;
- (d) where the customer or the applicant for business is a politically exposed person;
- (f) in the event of any unusual or suspicious activity; or
- (g) in relation to business relationships and transactions with persons, including financial institutions, from countries for which this is requested by the Financial Action Task Force.

- uma pessoa que é ou foi encarregada de funções públicas proeminentes por um país estrangeiro, por exemplo, um Chefe de Estado ou de governo, político sênior, governo sênior, funcionário judicial ou militar, executivo sênior de uma corporação estatal e importante funcionário de partido político;
- uma pessoa que é ou foi encarregada internamente de funções públicas proeminentes, por exemplo, um Chefe de Estado ou de governo, político sênior, governo sênior, funcionário judicial ou militar, altos executivos de uma corporação estatal e importante funcionário de partido político; e
- uma pessoa que é ou foi encarregada de uma função proeminente por uma organização internacional, como um membro da alta administração, como um conselheiro, um conselheiro adjunto e um membro do conselho ou funções equivalentes;

A definição de pessoa exposta politicamente também inclui familiares próximos e associados das pessoas físicas listadas acima.

A Sociedade identifica PEPs por meio do “scrubbing” de nomes em pesquisas na Internet.

Quando um cliente que é uma pessoa física ou um beneficiário final de uma pessoa jurídica é uma pessoa exposta politicamente, a due diligence aprimorada deve ser conduzida e o AMLCO e um membro da Alta Administração/Conselho de Administração devem aprovar o relacionamento comercial.

Em particular, ao lidar com uma PEP, a Sociedade garantirá que sejam feitas investigações em relação à fonte de riqueza da PEP e verificará qualquer informação

Under EDD procedures, the Company will consider further measures such as, but not limited to:

- a) Obtaining additional information on the applicant/customer (e.g. occupation, volume of assets, information available through public databases, internet, etc.).
- b) Updating more regularly the identification data of applicant/customer and beneficial owner.
- c) Obtaining additional information on the intended nature of the business relationship.
- d) Obtaining additional information on the source of funds or source of wealth of the
- e) applicant/customer.
- f) Obtaining additional information on the reasons for intended or performed transactions.
- g) Obtaining the approval of senior management to commence or continue the business relationship. Conducting enhanced monitoring of the business relationship, by increasing the number and timing of controls applied, and selecting patterns of transactions that need further examination.

Examples of additional documentation which might be requested as part of Enhanced Due Diligence are:

- professional references;
- copies of contracts entered into by the applicant;
- biographies of individuals;
- Police clearance certificate;
- Results of Google Searches;
- sale/purchase agreements signed by the applicant;
- legal opinions provided by reputable law firms etc.

fornecida quando apropriado e possível. Isso se deve ao aumento da exposição das PEPs à possibilidade de corrupção e suborno, por meio de sua posição potencialmente influente. A Sociedade também estabelecerá a fonte de recursos em relação às PEPs.

A Sociedade não contará com nenhuma isenção, conforme descrito na legislação ou orientação de Cayman, ao realizar a devida diligência em Pessoas Politicamente Expostas.

O AMLCO manterá um registro de PEPs.

8.14. Cópias Certificadas de Documentos

A Sociedade pode, e irá, aceitar cópias de documentos originais, desde que sejam certificados como cópias verdadeiras por uma pessoa adequada, como, por exemplo, um advogado, contador, conselheiro ou gerente de uma entidade regulamentada/FSP, um notário público, um membro do judiciário ou um funcionário público sênior. Espera-se que essas pessoas adiram a padrões éticos e/ou profissionais e exerçam sua profissão ou vocação em uma jurisdição que tenha um regime efetivo de PLD/CFT. O certificador deve assinar o documento de cópia (imprimindo seu nome claramente abaixo) e indicar claramente sua posição ou capacidade nele, juntamente com um endereço de contato e número de telefone.

OBSERVAÇÃO: Quando a Sociedade puder confirmar que as fontes públicas online são de uma entidade governamental oficial, essas fontes podem ser invocadas com a finalidade de confirmar os detalhes da devida diligência do cliente, como constituição e status da sociedade, registro de membros e diretores e

The information or documents to be obtained must be commensurate with the increased risk of the customer or applicant for business.

8.13. Politically Exposed Persons (“PEPs”)

Politically Exposed Persons include:

- a person who is or has been entrusted with prominent public functions by a foreign country, for example a Head of State or of government, senior politician, senior government, judicial or military official, senior executive of a state owned corporation, and important political party official;
- a person who is or has been entrusted domestically with prominent public functions, for example a Head of State or of government, senior politician, senior government, judicial or military official, senior executives of a state owned corporation and important political party official; and
- a person who is or has been entrusted with a prominent function by an international organisation like a member of senior management, such as a director, a deputy director and a member of the board or equivalent functions;

The definition of politically exposed person also includes close family members and associates of the above listed individuals.

The Company identifies PEPs through the ‘scrubbing’ of names through Internet Searches.

comprovante de endereço. Nesses casos, o funcionário da Sociedade não é obrigado a obter cópias impressas de documentos certificados, mas uma nota deve ser colocada em arquivo citando a fonte oficial online das informações usadas para verificar as informações de due diligence.

8.15. Verificação de Documentos Eletrônicos

A Sociedade aceitará documentos em formato eletrônico que serão orientados por um RBA. Isso pode ocorrer por meio de documentos “selfie”, como fotografias e videoconferências. Nesses casos, as fotografias devem ser coloridas e mostrar claramente o rosto do indivíduo enquanto segura o documento na mesma foto.

A certificação é desnecessária para a documentação do cliente quando os formatos eletrônicos podem ser autenticados e verificados pelos seguintes meios:

Sede Social:

Documentos obtidos diretamente ou na Sede Social do requerente ou baixados diretamente de um portal de Sede Social estão isentos de certificação.

Governo Online/Portais Regulatórios/Registros:

Documentos verificados ou baixados diretamente de sites governamentais/regulatórios, como o Registro de Sociedades das Ilhas Cayman (ROC) e portais online semelhantes, não exigem certificação.

Se houver alguma dúvida sobre a autenticidade de um documento eletrônico, os funcionários devem tomar medidas adicionais para verificar a documentação,

Where a customer who is a natural person or an ultimate beneficial owner of a corporate person is a politically exposed person, enhanced due diligence must be conducted and the AMLCO and a member of Senior Management/Board of Directors must approve the business relationship.

In particular, when dealing with a PEP, the Company will ensure that enquiries are made with regard to the source of wealth of the PEP and will verify any information provided where appropriate and possible. This is due to the increased exposure of PEPs to the possibility of corruption and bribery, through their potentially influential position. The Company will also establish the source of funds in relation to PEPs.

The Company will not rely on any exemptions as outlined in the Cayman legislation or guidance when performing due diligence on Politically Exposed Persons.

The AMLCO will maintain a register of PEPs.

8.14. Certified Copies of Documents

The Company can, and will, accept copies of original documents as long as they are certified as true copies by a suitable person, such as for instance a lawyer, accountant, director or manager of a regulated entity/ FSP, a notary public, a member of the judiciary or a senior civil servant. Such persons are expected to adhere to ethical and/ or professional standards and exercise his or her profession

como receber uma cópia autenticada do documento de um certificador adequado.

8.16. Negócios Introduzidos

A Sociedade aceitará negócios introduzidos por meio do grupo de empresas da Sociedade usando o formulário de introdutor do grupo no Anexo A.2. O introdutor deve fornecer uma garantia por escrito que confirme:

- (a) a identidade do requerente para negócios e a identidade do beneficiário final, se aplicável, do requerente para negócios;
- (b) a natureza e o objetivo pretendido da relação comercial;
- (c) que o introdutor identificou e verificou a identidade do requerente para negócios e, quando necessário, o beneficiário final do requerente para negócios, de acordo com os procedimentos mantidos pelo introdutor de acordo com as leis aplicáveis;
- (d) que o introdutor identificou a fonte dos fundos do requerente para negócios; (e) que o introdutor — (i) é supervisionado ou monitorado por uma Autoridade Supervisora ou autoridade reguladora no exterior; e (ii) possui medidas em vigor, para o cumprimento dos requisitos de diligência devida do cliente e manutenção de registros;
- e
- (f) que o introdutor disponibilizará, mediante solicitação e sem demora, cópias dos dados de identificação e verificação e qualquer outra documentação relevante relacionada aos requisitos de due diligence do cliente em relação ao requerente para negócios.

A Sociedade manterá um registro de introdutores e testará periodicamente sua dependência de introdutores solicitando uma

or vocation in a jurisdiction that has an effective AML/CFT regime. The certifier should sign the copy document (printing his/her name clearly underneath) and clearly indicate his/her position or capacity on it together with a contact address and phone number.

NOTE: Where the Company can confirm that online public sources are from an official government entity, these sources can be relied on for the purpose of confirming client due diligence details such as incorporation and status of company, register of members and directors and proof of address. In these instances, the Company staff member is not required to obtain hard copies of certified documents but a note should be placed on file citing the official online source of the information used to verify the due diligence information.

8.15. Verification of Electronic Documents

The Company will accept documents in electronic form which will be guided by a RBA. This may occur through “selfie” documents, such as photographs and video conferencing. In such cases the photographs must be in colour and clearly show the individual’s face while holding the document in the same photo.

Certification is unnecessary for client documentation when electronic formats can be authenticated and verified through the following means:

amostra de documentos de CDD em clientes introduzidos por um introdutor.

No entanto, a Sociedade não aceita garantias ou formulários elegíveis do apresentador de terceiros fora do grupo da Sociedade. Em todos esses casos em que os negócios estão sendo introduzidos ou encaminhados para a Sociedade, os funcionários da Sociedade devem aplicar seus requisitos padrão de due diligence e obter a documentação necessária em sua forma original.

8.17. Transações em Nome de Outro

A Sociedade sempre procurará determinar se um candidato a negócios está ou parece estar agindo como um agente ou um nomeado para um principal. A Sociedade identificará e verificará a identidade de qualquer pessoa que pretenda agir em nome do requerente / cliente usando os mesmos padrões que são aplicáveis a um cliente e verificará o motivo da autorização e uma cópia do documento de autorização.

8.18. Quando o processo de CDD não pode ser concluído

Quando a Sociedade não conseguir concluir o processo de CDD ou EDD por qualquer motivo, a relação comercial com o cliente deve ser encerrada e um SAR deve ser considerado.

A identificação do cliente exige que a pessoa que realiza a verificação de identidade esteja convencida de que o cliente é quem ele diz ser e mora no endereço declarado. Isso exige que o funcionário que realiza o exercício de identificação esteja pessoalmente convencido de que as informações que lhe

Registered Office:

Documents obtained directly or the Registered Office (RO) of the applicant or downloaded directly from an RO portal are exempt from certification.

Online Government/Regulatory Portals/Registries:

Documents verified or downloaded directly from government/regulatory sites such as the Cayman Islands Registrar of Companies (ROC) and similar online portals do not require certification.

If there are any doubts regarding authenticity of an electronic document staff must take additional steps to verify the documentation such as receiving a certified copy of the document from a suitable certifier.

8.16. Introduced Business

The Company will accept business introduced via the Company's group of companies using the group introducer form in Appendix A.2. The introducer must provide a written assurance which confirms:

- (a) the identity of the applicant for business, and the identity of the beneficial owner, if applicable, of the applicant for business;
- (b) the nature and intended purpose of the business relationship;
- (c) that the introducer has identified and verified the identity of the applicant for

são fornecidas estão corretas.

Quando a identidade de um cliente não puder ser verificada de forma satisfatória, o relacionamento com o cliente não deve prosseguir. Detalhes, incluindo formulários de inscrição e quaisquer outros documentos para clientes não processados, devem ser mantidos em um registro de Negócios Recusados, conforme estabelecido no Anexo G. Os funcionários ainda devem relatar quaisquer suspeitas ao MLRO em relação a relacionamentos não processados. O MLRO deve então tomar uma decisão sobre se essa “não transação” requer divulgação posterior.

Quando a Sociedade (a) formar uma suspeita de lavagem de dinheiro, financiamento da proliferação ou financiamento do terrorismo; e (b) acreditar razoavelmente que o cumprimento dos requisitos contínuos de due diligence do cliente para um cliente ou requisitos de due diligence do cliente para um candidato a negócios avisará um cliente ou um candidato a negócios, a Sociedade não preencherá os requisitos de due diligence do cliente, mas registrará um relatório de atividade suspeita através do MLRO.

9. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO DO CLIENTE

A Sociedade possui um sistema de classificação de risco e documenta o risco dos Clientes. As áreas de risco examinadas incluem:

- a) Risco de ocupação ou atividade comercial do cliente
- b) Exposições geográficas do cliente
- c) Produtos e serviços utilizados pelo cliente

business, and, where required, the beneficial owner of the applicant for business, under procedures maintained by the introducer in accordance with applicable laws;

(d) that the introducer has identified the source of the funds of the applicant for business; (e) that the introducer — (i) is supervised or monitored by a Supervisory Authority or overseas regulatory authority; and (ii) has measures in place, for compliance with customer due diligence and record keeping requirements; and

(f) that the introducer shall make available on request and without delay copies of identification and verification data and any other relevant documentation relating to customer due diligence requirements in respect of the applicant for business.

The Company will maintain a log of introducers and periodically test its reliance on introducers by requesting a sample of CDD documents on clients introduced by an introducer.

However, the Company does not accept eligible introducer's assurances or forms from 3rd parties outside the Company group. In all such cases where business is being introduced or referred to the Company, the Company staff must apply its standard due diligence requirements and obtain the necessary documentation in its original form.

8.17. Transactions on Behalf of Another

The Company will always seek to determine whether an applicant for

d) Canais de entrega

Uma Classificação de Risco é aplicada a cada cliente durante o processo de integração, a fim de dar uma indicação da classificação de risco provável e, assim, ditar o nível apropriado de Due Diligence. Uma vez concluída toda a Due Diligence apropriada, a classificação de risco é usada para determinar com que frequência cada arquivo do cliente é revisado continuamente.

A Classificação de Risco também é revisada enquanto os funcionários estão realizando revisões periódicas de cada cliente para garantir que não houve alterações na Classificação de Risco devido a atividades do cliente ou outros fatores desde a última revisão.

9.1 Classificação de Risco do Cliente:

Uma classificação final de risco muito baixo, baixo, médio, alto ou crítico será aplicada para cada cliente.

9.2 Fatores de Risco do Negócio:

O foco será no tipo de negócio que o cliente empreenderá. O Negócio de Alto Risco incluiria:

- jogos de azar na Internet;
- farmácias na internet;
- entretenimento adulto na internet;
- qualquer negócio que possa ser considerado uma ameaça ambiental;
- qualquer entidade envolvida em atividades terroristas ou com ligações a organizações terroristas;
- importação/exportação e envio;
- extração de recursos naturais;
- qualquer pessoa dos Estados Unidos,

business is or appears to be acting as an agent or a nominee for a principal. The Company will identify and verify the identity of any person that is purporting to act on behalf of the applicant / customer using the same standards that are applicable to a customer and will ascertain the reason for authorization and a copy of the authorization document.

8.18. Where the CDD process cannot be completed

Where the Company are unable to complete the CDD or EDD process for whatever reason, the business relationship with the customer must be terminated and a SAR must be considered.

Customer identification requires the person conducting the verification of identity to be satisfied that the customer is who he says he is and lives at the declared address. This requires the staff member carrying out the identification exercise to be personally satisfied that the information with which he or she is provided is correct.

Where a customer's identity cannot be satisfactorily verified, the relationship with the customer must not be proceeded with. Details, including application forms and any other documents for customers not processed must be kept in a Declined Business log as set out at Appendix G. Staff should still report any suspicions to the MLRO in relation to relationships not processed with. The MLRO should then make a decision as to whether this 'non-transaction' requires onward disclosure.

incluindo um cidadão, titular de green card, residente ou pessoa jurídica, que tenha informado que não é compatível com impostos/FATCA.

9.3 Fatores de risco geográficos:

O foco será na localização do negócio e na residência do beneficiário final. A seguir estão exemplos de fatores de alto risco geográfico:

- Países identificados por fontes credíveis como não tendo sistemas PLD/CFT adequados. As fontes incluem avaliação mútua ou relatórios de avaliação detalhados ou relatórios de acompanhamento publicados por organismos internacionais, como o GAFI e o MoneyVal.
- Países sujeitos a sanções, embargos ou medidas similares emitidas, por exemplo, pelas Nações Unidas.
- Países identificados por fontes credíveis como tendo níveis significativos de corrupção ou outras atividades criminosas.
- Países ou áreas geográficas identificadas por fontes credíveis como fornecendo financiamento ou apoio a atividades terroristas, ou que tenham organizações terroristas reconhecidas que operam no seu país.

9.4 Fatores de risco do cliente:

Exemplos de fatores de alto risco para o cliente incluem, sem limitação:

- A relação comercial é conduzida em circunstâncias incomuns (por exemplo, distância geográfica inexplicável significativa entre a Sociedade e o candidato/cliente).
- Sociedades que tenham acionistas nomeados ou ações ao portador.
- Empresa que utiliza intensivamente dinheiro

Where the Company (a) forms a suspicion of money laundering, proliferation financing or terrorist financing; and (b) reasonably believes that satisfying ongoing customer due diligence requirements for a customer or customer due diligence requirements for an applicant for business will tip-off a customer or an applicant for business, the Company shall not complete the customer due diligence requirements but shall file a suspicious activity report through the MLRO.

9. IDENTIFICATION AND ASSESSMENT OF CUSTOMER RISK

The Company has in place a risk rating system and document the risk of Customers. The risk areas examined include:

- a) The customer's occupation or business activity risk
- b) The customer's geographical exposures
- c) Products and services used by the customer
- d) Delivery channels

A Risk Rating is applied to each customer during the onboarding process, in order to give an indication of likely risk rating and thus dictate the appropriate level of Due Diligence. Once all appropriate Due Diligence is complete, the Risk rating is used to determine how frequently each client file is reviewed on an ongoing basis.

The Risk Rating is also revisited while

em espécie.

- A estrutura de propriedade do candidato/cliente parece incomum ou excessivamente complexa, dada a natureza dos negócios do candidato/cliente.

9.5 Risco do Produto:

O risco de LD/FT/PF que o cliente aplica para adquirir é considerado no cálculo da classificação de risco do cliente. O risco do produto deve ser avaliado com referência à Avaliação Nacional de Risco das Ilhas Cayman.

9.6 Fatores de risco dos canais de entrega:

- Transações anônimas (que podem incluir numerário).
- Relações ou transações comerciais não presenciais.
- Pagamentos recebidos de terceiros desconhecidos ou não associados.
- Outras atividades, produtos ou serviços, incluindo private banking, financiamento comercial, contas de pagamento por meio de terceiros, atividades de empréstimo (onde os empréstimos são garantidos por colateral em espécie) e contas de uso especial ou de concentração.

Os exemplos de fatores de alto risco dados acima não pretendem ser exaustivos. Pode haver outros fatores que possam contribuir para que um cliente seja classificado como de alto ou baixo risco, e todos os funcionários da Sociedade devem estar atentos na avaliação dos clientes durante o processo de integração, bem como de forma contínua, para determinar se a classificação de risco atribuída a esse cliente precisa ser alterada.

9.7 Processo de Perfil de Risco

staff are conducting periodic reviews of each client to ensure that there have been no changes to the Risk Rating due to activities of the client or other factors since the last review.

9.1 Customer Risk Rating:

A final rating of very low, low, medium, high or critical risk will be applied for each customer.

9.2 Business Risk factors:

Focus will be on the type of business that the client will undertake. High Risk Business would include:

- internet gambling/gaming,
- internet pharmacies,
- internet adult entertainment,
- any business that could be deemed as posing an environmental threat,
- any entity engaged in terrorist activities or with links to terrorist organizations,

- import/export and shipping
- natural resource extraction
- any United States person including a citizen, green card holder, resident or legal entity, that advised he or she is not tax/FATCA compliant.

9.3 Geographical Risk factors:

Focus will be on the location of the business and the residence of the ultimate beneficial owner. The following are examples of high geographical risk factors:

- Countries identified by credible sources as

Cada cliente em potencial passará por uma Avaliação de Risco após a consulta inicial. O resultado dessa Avaliação de Risco será usado para estabelecer o nível de due diligence que deve ser aplicado a esse cliente durante o processo de integração.

No caso de um cliente tirar proveito de quaisquer serviços adicionais que a Sociedade forneça, a Avaliação de Risco deve ser concluída novamente, para considerar se o risco apresentado por esse cliente foi alterado de alguma forma.

Deve-se considerar fazer um relatório interno de atividades suspeitas nos casos em que “clientes retrospectivos” desejam fechar suas contas com a Sociedade, em vez de fornecer a due diligence necessária.

10. MONITORAMENTO CONTÍNUO

O monitoramento contínuo inclui: (1) Garantir que os documentos, dados ou informações coletados sob o processo de CDD permaneçam atuais e relevantes para o cliente; e (2) Revisão das transações realizadas para garantir que sejam consistentes com o conhecimento da Sociedade sobre o cliente e a natureza dos negócios do cliente.

10.1. Monitoramento de transações

Todas as contas devem ser monitoradas continuamente, com foco em quaisquer alterações ou inconsistências significativas no padrão de transações. O monitoramento de transações significa garantir que o perfil original do cliente permaneça semelhante ao que foi comunicado à Sociedade na integração. O objetivo do monitoramento é

not having adequate AML/CFT systems. Sources include mutual evaluation or detailed assessment reports or published follow-up reports by international bodies such as the FATF and MoneyVal.

- Countries subject to sanctions, embargos or similar measures issued by, for example, the United Nations.
- Countries identified by credible sources as having significant levels of corruption or other criminal activity.
- Countries or geographic areas identified by credible sources as providing funding or support for terrorist activities, or that have recognised terrorist organisations operating within their country.

9.4 Customer Risk factors:

Examples of high customer risk factors include but is not limited to:

- The business relationship is conducted in unusual circumstances (e.g. significant unexplained geographic distance between the Company and the applicant/customer).
- Companies that have nominee shareholders or shares in bearer form.
- Business that is cash-intensive.
- The ownership structure of the applicant/customer appears unusual or excessively complex given the nature of the applicant/customer's business.

9.5 Product Risk:

The ML/TF/PF risk that the customer applies to procure is considered in the calculation of the customer's risk rating. Product risk shall be assessed with

confirmar que o relacionamento está em conformidade com o esperado quando o relacionamento foi estabelecido pela primeira vez e está em conformidade com outras informações conhecidas sobre o cliente.

As transações realizadas pelos clientes, independentemente de sua classificação de risco, serão monitoradas e selecionadas no prazo máximo de 45 dias após a data da transação.

Se, após a investigação apropriada, atividades incomuns ou inesperadas forem inexplicadas, isso deve ser relatado imediatamente ao MLRO, que tomará as medidas necessárias. Os funcionários não devem se preocupar em sobrecarregar o MLRO e todas as atividades incomuns ou inesperadas, por mais aparentemente insignificantes que sejam, devem ser relatadas. Os funcionários não devem assumir que tal atividade será identificada por um colega ou pelo próprio MLRO e devem assumir a responsabilidade de relatá-la.

10.2. Monitoramento Periódico

A Sociedade realizará um monitoramento contínuo dos clientes para manter um entendimento atual de cada cliente e relacionamento comercial, manter os documentos de CDD atualizados, revisar as avaliações de risco do cliente e identificar transações e atividades incomuns.

Em cada revisão, a Sociedade deve garantir que documentos de identificação adequados e não expirados estejam arquivados, que a avaliação de risco esteja atualizada e que

reference to the Cayman Islands National Risk Assessment.

9.6 Delivery Channels Risk factors:

- Anonymous transactions (which may include cash).
- Non-face-to-face business relationships or transactions.
- Payments received from unknown or un-associated third parties.
- Other activities, products or services including private banking, trade finance, payable through accounts, lending activities (where loans are secured by cash collateral) and special use or concentration accounts.

The examples of high-risk factors given above are not meant to be exhaustive. There may be other factors that could contribute to a client being rated as high or low risk, and all the Company staff should be vigilant in assessing the clients during the on-boarding process, as well as on an on-going basis, to determine if the risk rating assigned to that client needs to be changed.

9.7 Risk Profiling Process

Each prospective client will undergo a Risk Assessment following on from the initial enquiry. The result of that Risk Assessment will be used to establish the level of due diligence which should be applied to that client during the onboarding process.

In the event that a client takes advantage of any additional services which the Company

pesquisas adversas na mídia sejam realizadas contra o cliente e os beneficiários finais.

Os clientes de alto risco serão revisados anualmente, enquanto os clientes de risco médio serão revisados a cada 2 anos e os clientes de baixo risco serão revisados a cada 3 anos.

Além disso, o monitoramento periódico será aplicado fora desses períodos no caso de:

- a) Uma mudança material na propriedade e/ou estrutura de gestão do cliente;
- b) Reclassificação da jurisdição onde o cliente está baseado;
- c) A identificação ou entrada de um PEP na relação comercial;
- d) Inconsistências entre as informações do cliente e as evidências de verificação comprobatória;
- e) Identificação de informações adversas de fontes como reportagens ou outras fontes relevantes;
- f) Cliente solicitando um produto novo ou de maior risco;
- g) Suspeita de LD/FT/PF; ou
- h) Uma correspondência entre um cliente ou os beneficiários finais de um cliente contra uma lista de Sanções Financeiras Direcionadas.

Quando as informações relevantes de due diligence do cliente não puderem ser obtidas ou as informações atualizadas não puderem ser obtidas, a seção “obrigação quando incapaz de cumprir os requisitos de due diligence do cliente” deve ser referida.

10.3. Pagamentos recebidos por força de lei

Pagamentos recebidos por força de lei: Se um pagamento for exigido a uma pessoa para quem um tribunal é obrigado a julgar o pagamento; por exemplo, administrador judicial em falência, um liquidante, um

provides, the Risk Assessment should be completed again, to consider whether the risk presented by that client has altered in any way.

Consideration should be given to making an internal suspicious activity report in cases where ‘retrospective clients’ want to close their accounts with the Company rather than provide the necessary due diligence.

10. ONGOING MONITORING

Ongoing monitoring includes: (1) Ensuring that documents, data or information collected under the CDD process remain current and relevant to the customer; and (2) Reviewing of transactions conducted to ensure that they are consistent with the Company’s knowledge of the customer and the nature of the customer’s business.

10.1. Transaction monitoring

All accounts should be monitored on an on-going basis focusing on any significant changes or inconsistencies in the pattern of transactions. Transaction monitoring means ensuring that the original client profile remains similar to what was communicated to the Company at onboarding. The objective of the monitoring is to confirm that the relationship conforms with that expected when the relationship was first established and conforms to other information known about the client.

administrador judicial para uma pessoa insana ou um administrador judicial do espólio de uma pessoa falecida, então os funcionários da Sociedade não são obrigados a realizar os procedimentos completos de identificação e verificação. Nesses casos, uma observação detalhada deve ser feita quanto às circunstâncias e colocada no arquivo do cliente.

10.4. “Scrubbing” contínuo de KYC

A Sociedade realiza pesquisas na Internet regularmente para determinar se seus clientes e os beneficiários finais desses clientes estão envolvidos em quaisquer atividades de alto risco.

Cada nome no sistema da Sociedade é verificado na fase de integração e também regularmente a partir de então.

A Sociedade considerou a frequência com que essas partes passam por “scrubbing” e considera que, em relação à nossa base de clientes, o “scrubbing” diário para clientes de alto risco e o “scrubbing” semanal para clientes de menor risco são razoáveis.

O AMLCO ou seu delegado revisa os resultados desses relatórios com o objetivo de determinar se alguma ação precisa ser tomada. Isso pode incluir alterar a classificação de risco de um cliente, considerar a apresentação de um SAR ou outra ação apropriada.

11. PROCEDIMENTOS DE ENCERRAMENTO DE CONTA

Um relacionamento com o cliente é encerrado porque seguiu seu curso ou é solicitado pelo cliente. Quando solicitado

Transactions carried out by clients, regardless of their risk classification, will be monitored and selected no later than 45 days after the transaction date.

If after appropriate investigation, unusual or unexpected activity is unexplained, this is to be reported immediately to the MLRO, who will take any necessary action. Staff members should not be concerned about burdening the MLRO and all unusual or unexpected activity, however apparently insignificant, should be reported. Staff should not assume that such activity will be identified by a colleague or the MLRO itself and must assume responsibility for reporting it.

10.2. Periodic Monitoring

The Company will conduct ongoing monitoring of customers to maintain a current understanding of each customer and business relationship, keep CDD documents up-to-date, review customer risk assessments and identify unusual transactions and activities.

At each review, the Company shall ensure that adequate, unexpired identification documents are on file, that the risk assessment is up to date and that adverse media searches are conducted against the customer and beneficial owners.

High Risk clients will be reviewed

pelo cliente, deve ser por escrito e ser autorizado pelos signatários apropriados.

Quando a solicitação de rescisão é feita após perguntas da Sociedade que foram levantadas sobre transações específicas, e respostas razoáveis não foram fornecidas, o assunto deve ser relatado ao MLRO como suspeito, a menos que haja algum outro fator atenuante que explique adequadamente a situação.

12. RECONHECIMENTO E COMUNICAÇÃO DE OPERAÇÕES SUSPEITAS

12.1. Reconhecimento de transações incomuns que podem ser transações suspeitas

Como os tipos de transações que podem ser usadas por lavadores de dinheiro são quase ilimitados, é difícil definir uma transação suspeita. É importante diferenciar adequadamente os termos “incomum” e “suspeito”.

Quando uma transação é inconsistente em quantidade, origem, destino ou tipo com as atividades comerciais ou pessoais conhecidas e legítimas de um cliente, a transação deve ser considerada “incomum” e o funcionário deve ser “questionado”.

A suspeita fica muito aquém das provas baseadas em evidências sólidas. No entanto, é mais do que a ausência de certeza de que alguém é inocente. A suspeita deve ser baseada em uma ocorrência, evento ou circunstância.

A chave para este processo é saber o suficiente sobre o cliente e o negócio do

annually, while medium risk clients will be reviewed every 2 years and low risk clients will be reviewed every 3 years.

In addition, periodic monitoring will apply outside of these periods in the event of:

- a) A material change in the ownership and / or management structure of the client;
- b) Reclassification of the jurisdiction where the customer is based;
- c) The identification or entry of a PEP in the business relationship;
- d) Inconsistencies between customer information and supporting verification evidence;
- e) Identification of adverse information from sources such as media reports or other relevant sources;
- f) Customer requesting a new or higher risk product;
- g) There is a suspicion of ML/TF/PF; or
- h) A match between a customer or the beneficial owners of a customer against a list of Targeted Financial Sanctions.

When the relevant customer due diligence information cannot be obtained or the updated information cannot be obtained, the section 'obligation where unable to comply with customer due diligence requirements' should be referred to.

10.3. Payments received by operation of law

Payments received by operation of Law: If a payment is required to be made to a person for whom a court is required to adjudicate payment; e.g. trustee in bankruptcy, a liquidator, a trustee for an insane person or a trustee of the estate of a

cliente para reconhecer que uma transação ou série de transações é incomum e/ou suspeita.

12.2. Sinais de Alerta Comuns da Lavagem de Dinheiro

Há uma série de características, que são uma característica comum da atividade de lavagem de dinheiro. Algumas delas são:

- relutância em fornecer informações básicas para verificar a identidade;
- vontade de celebrar um acordo em termos comercialmente desvantajosos;
- participar de uma transação ou série de transações que não façam sentido comercialmente;
- histórico de movimentação frequente entre prestadores de serviços financeiros;
- conta inativa que de repente se torna ativa;
- transações fora do caráter com o negócio esperado ou com o histórico do relacionamento;
- alterar os padrões de uso da conta;
- relutância em explicar claramente a origem dos fundos;
- transferências de/para partes não relacionadas para o titular da conta;
- várias transações semelhantes que poderiam ter sido combinadas de forma mais eficaz;
- transações que abrangem muitas jurisdições sem motivo óbvio;
- extrema urgência para finalizar negócios.

Além disso, as seguintes perguntas também podem ser levadas em consideração ao procurar identificar uma transação suspeita. Esta lista, novamente, não pretende ser exaustiva:

- a transação está de acordo com a atividade normal do cliente, os mercados em que o cliente está ativo e o próprio negócio do

deceased person, then Company staff are not required to carry out the full identification and verification procedures. In these cases, a detailed note should be made as to the circumstances and placed on the client's file.

10.4. Ongoing KYC Scrubbing

The Company carries out Internet based searches on a regular basis to determine if its clients and the ultimate beneficial owners of those clients are involved in any high risk activities.

Each name on the Company's system is scrubbed at the onboarding stage and also regularly thereafter.

The Company has considered the frequency at which these parties are 'scrubbed' and considers that, with regard to our client base, daily scrubbing for high risk customers and weekly scrubbing for lower risk customers are reasonable.

The AMLCO or his or her delegate reviews the results of these reports with a view to determining whether any action needs to be taken. This may include changing a client's risk rating, consideration of filing a SAR or other appropriate action.

11. ACCOUNT CLOSING PROCEDURES

A client relationship is terminated either because it has run its course or is requested by the customer. Where requested by the

cliente? (Ou seja, faz sentido?)

- a transação está de acordo com a prática normal no mercado a que se refere, ou seja, com referência ao mercado, tamanho e frequência;
- a transação deve ser liquidada da maneira normal?
- existem outras transações vinculadas à transação em questão que possam ser projetadas para disfarçar dinheiro e desviá-lo para outras formas ou para outros destinos ou beneficiários? e
- Você consegue entender os motivos da estruturação da transação, ou existe um método mais fácil, mais barato ou mais conveniente disponível?

12.3. Comunicação de transações ou atividades incomuns ou suspeitas ao MLRO

Se algum funcionário souber, suspeitar ou tiver motivos razoáveis para saber ou suspeitar que um cliente pode estar envolvido em atividades criminosas, ele deve relatar seu conhecimento ou suspeita imediatamente ao MLRO usando o formulário no Anexo C.

O MLRO acusará o recebimento de todos os relatórios e lembrará o funcionário em questão de não fazer nada que possa alertar o cliente de que um relatório foi feito. O MLRO também deve aconselhar o funcionário sobre como continuar lidando com o cliente, se for o caso.

Quando os funcionários continuarem a encontrar atividades suspeitas em uma conta que tenham relatado anteriormente ao MLRO, eles devem continuar a fazer relatórios ao MLRO em cada ocasião de suspeita, e o MLRO deve determinar se uma

client, it must be in writing and be authorised by the proper signatories.

Where the termination request is made following questions from the Company which have been raised about particular transactions, and reasonable answers have not been provided, the matter should be reported to the MLRO as being suspicious, unless there is some other mitigating factor which would adequately explain the situation.

12. RECOGNITION AND REPORTING OF SUSPICIOUS TRANSACTIONS

12.1. Recognition of unusual transactions which may be suspicious transactions

As the types of transactions which may be used by money launderers are almost unlimited, it is difficult to define a suspicious transaction. It is important to differentiate properly between the terms ‘unusual’ and ‘suspicious’.

Where a transaction is inconsistent in amount, origin, destination or type with a customer’s known, legitimate business or personal activities, the transaction must be considered ‘unusual’ and the staff member put “on enquiry”.

Suspicion falls far short of proof based on firm evidence. However, it is more than the absence of certainty that someone is innocent. Suspicion should be based on an occurrence, event or circumstance.

divulgação de acordo com a legislação é apropriada.

Solicitações DAML (Defesa Contra Lavagem de Dinheiro)

Quando uma transação solicitada por um cliente é suspeita ou quando há suspeitas ou motivos razoáveis para suspeitar de atividade criminosa em relação a um cliente, a transação solicitada não pode prosseguir até que a Sociedade receba o consentimento (real ou considerado) da Financial Reporting Authority. O MLRO deve buscar esse consentimento apresentando um SAR de defesa contra a lavagem de dinheiro (“DAML SAR”).

O SAR deve indicar claramente que é uma solicitação DAML. Os seguintes detalhes devem ser incluídos no SAR:

Indicação de Solicitação DAML:

- O declarante deve declarar explicitamente no SAR que uma Defesa Contra Lavagem de Dinheiro (DAML) está sendo solicitada.

Motivo da Suspeita:

- Forneça uma explicação detalhada de:
- Por que a solicitação DAML é necessária.
- A atividade ou transação específica para a qual o consentimento está sendo solicitado.

Documentação Comprobatória:

Inclua todos os documentos comprobatórios e provas relevantes para fundamentar o pedido DAML.

Cronogramas de Análise da FRA

O processo de análise da FRA é regido pelos seguintes cronogramas:

- a) Período de Notificação:
 - O Período de Notificação é de 7 dias úteis a partir do dia seguinte ao recebimento do SAR pela FRA.
 - Durante este período, a FRA avaliará a

The key to this process is to know enough about the customer and the customer's business to recognise that a transaction or series of transactions is unusual and/or suspicious.

12.2. Common Money Laundering Red Flags

There are a number of characteristics, which are a common feature of money laundering activity. Some of these are:

- a reluctance to provide basic information to verify identity;
- a willingness to enter into an agreement on commercially disadvantageous terms;
- engaging in a transaction or series of transaction which do not make commercial sense;
- a history of frequent movement between financial services providers;
- an inactive or dormant account that suddenly becomes active;
- transactions out of character with the business expected or with the history of the relationship;
- changing patterns of account usage;
- reluctance to clearly explain source of funds;
- transfers to/from unrelated parties to the account holder;
- multiple similar transactions that could have been more effectively combined;
- transactions spanning many jurisdictions with no obvious reason;
- extreme urgency to finalise deals.

In addition, the following questions might also be borne in mind when seeking to identify a suspicious transaction. This list, again, is not meant to be exhaustive:

solicitação DAML. Se nenhuma resposta for recebida até o final do Período de Notificação, o declarante é considerado como tendo recebido o consentimento.

- a) Período de Moratória:
Se a FRA se recusar a conceder a DAML, o Período de Moratória de 30 dias corridos começará.

Durante o Período de Moratória:

- O declarante não deve prosseguir com a atividade a menos que o consentimento explícito tenha sido concedido.
- Se a atividade for realizada durante esse período, existe o risco de se cometer um crime de lavagem de dinheiro.

Confidencialidade e “Tipping Off”

Todos os funcionários devem cumprir a proibição legal de “tipping off” sob a Lei de Produtos do Crime. É infração divulgar:

- a) Que um SAR foi arquivado.
b) Que consentimento está sendo solicitado ou foi concedido pela FRA.

O funcionário deve garantir total confidencialidade ao arquivar SARs DAML e lidar com assuntos relacionados. Violações de confidencialidade podem resultar em graves consequências legais e regulamentares.

Monitoramento e Supervisão

O Money Laundering Reporting Officer (MLRO) é responsável por:

- Revisar todos os SARs antes do envio para garantir a conformidade com os requisitos DAML.
- Manter um registro de todas as SARs, incluindo SARs DAML, incluindo datas de validade do Período de Aviso e quaisquer respostas da FRA.
- Garantir que nenhuma atividade envolvendo

- is the transaction in keeping with the customer's normal activity, the markets in which the customer is active and the customer's own business? (I.e. does it make sense?)
- is the transaction in keeping with normal practice in the market to which it relates, i.e. with reference to market, size and frequency;
- is the transaction to be settled in the normal manner?
- are there any other transactions linked to the transaction in question which could be designed to disguise money and divert it into other forms or to other destinations or beneficiaries? and
- Can you understand the reasons for the structuring of the transaction, or is there an easier, cheaper or more convenient method available?

12.3. Reporting of unusual or suspicious transactions or activity to the MLRO

If any member of staff knows, suspects, or has reasonable grounds for knowing or suspecting that a customer may be involved in criminal activity, they must report their knowledge or suspicion immediately to the MLRO using the form at Appendix C.

The MLRO will acknowledge receipt of all reports and remind the staff member concerned not to do anything which might tip the customer off that a report has been made. The MLRO should also advise the staff member how to continue dealing with the customer, if at all.

Where staff continue to encounter

a propriedade suspeita seja conduzida durante o Período de Moratória sem o devido consentimento.

12.5. Política e Procedimento de Denúncia

A Sociedade está comprometida com os mais altos padrões de qualidade, honestidade, abertura e responsabilidade.

Os funcionários geralmente são os primeiros a saber quando alguém dentro de uma organização está fazendo algo ilegal ou impróprio, mas podem se sentir preocupados em expressar suas preocupações. Esta política abrange a denúncia de quaisquer preocupações genuínas que os funcionários possam ter sobre suspeita de má conduta dentro da organização. Para que a independência seja mantida, o MLRO receberá e gerenciará quaisquer relatórios/divulgações.

No caso de o MLRO ser objeto do relatório de denúncia, o relatório deve ser feito diretamente a um membro do conselho de administração que não esteja relacionado ao incidente.

As divulgações devem ser feitas de boa-fé. Não é possível fornecer uma lista completa das atividades que constituem má conduta ou negligência, mas a Sociedade espera que o seguinte seja relatado:

- Infrações penais;
- Descumprimento de obrigações legais;
- Ações que coloquem em risco a saúde ou a segurança dos funcionários ou do público;
- Ações que causem danos ao meio ambiente;
- e
- Ações que se destinam a ocultar qualquer um dos itens acima.
- A Lei de Proteção ao Denunciante incentiva,

suspicious activities on an account which they have previously reported to the MLRO, they should continue to make reports to the MLRO on each occasion of suspicion, and the MLRO should determine whether a disclosure in accordance with the legislation is appropriate.

DAML (Defence Against Money Laundering) requests

When a transaction requested by a client is suspicious or where there are suspicions or reasonable grounds to suspect criminal activity in relation to a client, the requested transaction cannot proceed until the Company receives consent (whether actual or deemed) from the Financial Reporting Authority. The MLRO must seek this consent by filing a defence against money laundering SAR (“DAML SAR”).

The SAR must clearly indicate that it is a DAML request. The following details must be included in the SAR:

Indication of DAML Request:

- The filer must state explicitly in the SAR that a Defence Against Money Laundering (DAML) is being requested.

Reason for Suspicion:

- Provide a detailed explanation of:
- Why the DAML request is necessary.
- The specific activity or transaction for which consent is being sought.

Supporting Documentation:

- Include all relevant supporting documents and evidence to substantiate the DAML request.

ajuda e protege qualquer pessoa que opte por denunciar uma conduta imprópria dentro da Sociedade. Se uma pessoa levantar uma preocupação genuína sob esta política, ela não correrá o risco de perder sua posição (quando aplicável) ou sofrer qualquer forma de retribuição ou assédio como resultado. Desde que tal pessoa esteja agindo de boa-fé, não importa se ela está enganada. No entanto, as proteções previstas na lei não se estendem a qualquer pessoa que maliciosamente levante uma preocupação que saiba ser falsa.

Independentemente da garantia acima, entende-se que uma pessoa ainda pode querer levantar uma preocupação em confiança sob esta política. Se o MLRO for solicitado a manter a confiança da pessoa que está levantando a preocupação, o MLRO não a divulgará sem o consentimento dessa pessoa.

12.6. Investigação do MLRO de Relatórios de Transações Incomuns (ou SARs)

O MLRO não divulgará automaticamente um relatório à FRA, a menos que o MLRO saiba ou suspeite, ou haja motivos razoáveis para suspeitar, que a pessoa ou sociedade que é objeto de SAR recebida de um funcionário ou diretor está envolvida em atividade criminosa. Após o recebimento do SAR interno, o MLRO é obrigado a fazer sua própria determinação sobre se há motivos para relatar à FRA.

Todas as consultas internas feitas pelo MLRO em relação ao relatório, e a razão por trás da apresentação ou não do relatório, devem ser documentadas. Essas informações podem ser necessárias para complementar o relatório inicial ou como

FRA Review Timelines

The FRA's review process is governed by the following timelines:

- a) Notice Period:
- The Notice Period is 7 working days starting from the day after the SAR is received by the FRA.
 - During this period, the FRA will assess the DAML request. If no response is received by the end of the Notice Period, the filer is deemed to have received consent.

- a) Moratorium Period:
If the FRA refuses to grant the DAML then the Moratorium Period of 30 calendar days begins.

During the Moratorium Period:

- The filer must not proceed with the activity unless explicit consent has been granted.
- If the activity is carried out during this period, there is a risk of committing a money laundering offence.

Confidentiality and Tipping Off

All employees must comply with the legal prohibition against tipping off under the Proceeds of Crime Act. It is an offence to disclose:

- a) That a SAR has been filed.
b) That consent is being sought or has been granted by the FRA.

Staff must ensure complete confidentiality when filing DAML SARs and handling related matters. Breaches of confidentiality may result in severe legal and regulatory consequences.

Monitoring and Oversight

The Money Laundering Reporting Officer

evidência de boas práticas e melhores esforços se, em alguma data futura, houver uma investigação.

Assim que o MLRO receber um Formulário de Relatório de SARs Interno, ele deverá:

- 1) Assinar uma cópia do Formulário e devolvê-lo ao funcionário relevante para reter para seus próprios registros;
- 2) Arquivar o Formulário SAR Interno no local designado e é importante que uma cópia do SAR não seja colocada no arquivo do cliente;
- 3) Avaliar o relatório e as evidências comprobatórias e determinar o curso de ação necessário. O MLRO deve levar em conta a política e os procedimentos da Sociedade, os Regulamentos e outra legislação aplicável em sua determinação.
- 4) Se o MLRO considerar a atividade incomum como suspeita, ele fará um Relatório de Atividade Suspeita (SAR) à FRA e colocará uma cópia do relatório no arquivo de relatório externo.
- 5) Se o MLRO não considerar a atividade incomum como suspeita, a base para chegar a essa decisão deve ser registrada ou anexada ao relatório interno e uma cópia adicional do relatório colocada no arquivo de relatório interno.
- 6) Dependendo da natureza da atividade incomum ou suspeita, o MLRO deve decidir se recomenda que a Sociedade continue a relação comercial, submeta-a a um escrutínio particular ou realize uma investigação mais aprofundada. Ao considerar a questão da possível rescisão de um relacionamento com um cliente e a maneira pela qual a Sociedade continuará a lidar com um cliente, evitar o risco de "tipping off" é de suma importância.
- 7) Em ou cerca de 90 dias a partir do arquivamento de um SAR, o MLRO deve revisar o assunto com o objetivo de determinar se qualquer acompanhamento com a FRA ou qualquer outra ação é

(MLRO) is responsible for:

- Reviewing all SARs before submission to ensure compliance with DAML requirements.
- Maintaining a log of all SARs, including DAML SARs, including Notice Period expiry dates and any FRA responses.
- Ensuring no activity involving the suspected property is conducted during the Moratorium Period without proper consent.

12.5. Whistle Blowing Policy & Procedure

The Company is committed to the highest standards of quality, honesty, openness and accountability.

Personnel are often the first to know when someone within an organization is doing something illegal or improper but may feel worried about voicing their concerns. This policy covers the reporting of any genuine concerns personnel may have about suspected misconduct within the organization. In order that independence is maintained, the MLRO will receive and manage any reports/disclosures.

In the event that the MLRO is the subject of the whistle blowing report the report should be made directly to a member of the board of directors who is unrelated to the incident.

Disclosures must be made in good faith. It is not possible to give a complete list of the activities that constitute misconduct or malpractice, but the Company would

apropriada.

O MLRO pode considerar se deve ser procurado aconselhamento jurídico quanto a qualquer possível responsabilidade civil que possa surgir como resultado de qualquer curso de ação que seja tomado em relação aos fundos ou ativos relevantes detidos pela Sociedade. Em particular, o risco de a Sociedade ser tratada como ou se tornar um administrador construtivo de fundos ou ativos deve ser considerado com muito cuidado.

12.7. Relatar Suspeitas à Autoridade Relatora

Se o MLRO decidir que uma divulgação deve ser feita à FRA, o MLRO deverá apresentar um relatório no AMLive.

Se o MLRO considerar que uma denúncia deve ser feita com urgência (por exemplo, quando a conta já faz parte de uma investigação atual), a notificação inicial à Autoridade Relatora deve ser feita por telefone e deve ser seguida por escrito dentro de 1 dia útil após a denúncia inicial. No máximo, os relatórios não urgentes devem ser feitos dentro de uma semana e, idealmente, dentro de 3 dias úteis.

Uma vez que um relatório tenha sido feito à Autoridade Relatora, o MLRO deve agir de acordo com quaisquer instruções dadas pela Autoridade Relatora. O MLRO deve considerar se é apropriado obter aconselhamento jurídico.

12.8. Lidar com o Cliente

Após a divulgação, interna ou externamente, o contato com o cliente deve ser cuidadosamente gerenciado através do MLRO. O MLRO, se necessário, entrará em

expect the following to be reported:

- Criminal offences;
- Failure to comply with legal obligations;
- Actions which endanger the health or safety of Personnel or the public;
- Actions which cause damage to the environment; and
- Actions which are intended to conceal any of the above.
- The Whistle Blower Protection Law encourages, helps and protects any person who choose to report improper conduct within the Company. If a person raises a genuine concern under this policy, he or she will not be at risk of losing his position (where applicable) or suffering any form of retribution or harassment as a result. Provided that such person is acting in good faith, it does not matter if he or she is mistaken. However, the protections under the law do not extend to anyone who maliciously raises a concern that they know is untrue.

Regardless of the above assurance, it is understood that a person may still want to raise a concern in confidence under this policy. If the MLRO is asked to keep the confidence of the person raising the concern, the MLRO will not disclose it without that person's consent.

12.6. MLRO's Investigation of Unusual Transaction Reports (or SARs)

The MLRO will not automatically disclose a report to the FRA unless the MLRO knows or suspects, or there are reasonable grounds for suspecting, that the person or company that is the subject of SAR received from a staff member or director is involved in criminal activity. Following receipt of the internal SAR, the MLRO is

contato com a FRA para determinar quais, se houver, ações a serem tomadas. Em nenhum caso um cliente deve ser informado de que a Sociedade é de alguma forma suspeita ou que uma divulgação foi feita. Quaisquer discussões que devam ser realizadas com o cliente devem se referir apenas a questões relevantes para o funcionamento normal da conta do cliente ou do relacionamento comercial com a Sociedade.

Pode ser que, se uma divulgação tiver sido feita à FRA, a FRA dará instruções à Sociedade para continuar com uma determinada transação ou série de transações, de modo a não alertar o cliente ou terceiros sobre uma investigação existente ou proposta. Nessas circunstâncias, tal solicitação deve ser confirmada à Sociedade pela FRA por escrito.

Tendo em vista o risco de “tipping off”, o cliente não deve ser informado de qualquer ação tomada.

12.9. Lidar com Ordens Judiciais ou Pedidos da Autoridade Relatora

Quando um inquérito está sob investigação ativa, o oficial de investigação pode entrar em contato com o MLRO para garantir que eles tenham todas as informações relevantes ou para buscar documentação e informações que suportem a divulgação original. Isso também pode incluir a busca de informações suplementares da Sociedade por meio de uma Ordem Judicial.

Em todos esses casos, o MLRO deve considerar obter aconselhamento jurídico imediatamente antes do cumprimento da Ordem Judicial em questão.

12.10. Registro de Transações Suspeitas

required to make his/her own determination as to whether there are grounds to report to the FRA

All internal enquiries made by the MLRO in relation to the report, and the reason behind whether or not to submit the report, should be documented. This information may be required to supplement the initial report or as evidence of good practice and best endeavours if, at some future date, there is an investigation.

Once the MLRO receives an Internal SARs Report Form he/she shall:

- 1) Countersign a copy of the Form and return it to the relevant member of staff to retain for their own records;
- 2) File the Internal SAR Form in the designated place and it is important that a copy of the SAR not be placed in the customer file;
- 3) Assess the report and supporting evidence and determine the requisite course of action. The MLRO shall have regard to the Company policy and procedures, the Regulations, and other applicable legislation in its determination.
- 4) If the MLRO regards the unusual activity as suspicious then it will make a Suspicious Activity Report (SAR) to the FRA and place a copy of the report in the external report file.
- 5) If the MLRO does not regard the unusual activity as suspicious then the basis for reaching that decision must be recorded on or attached to the internal report and a further copy of the report placed in the internal report file.
- 6) Depending on the nature of the unusual or suspicious activity, the MLRO must decide whether to recommend that the Company

O MLRO deve manter um registro separado de todos os relatórios feitos a ele pelos funcionários e de todas as divulgações feitas à Autoridade Relatora. Além de uma cópia de cada Formulário de Relatório Interno e divulgação feita à Autoridade Relatora, os registros devem ser mantidos separados de todos os outros registros e mantidos por pelo menos 5 anos e conter os seguintes detalhes:

Registro de relatório interno:

- Data do relatório;
- A pessoa que fez o relatório;
- A(s) pessoa(s) a quem o relatório foi encaminhado;
- Nome do objeto do relatório (incluindo o número da conta, se houver);

As razões do MLRO para decidir não fazer uma divulgação à Autoridade Relatora estarão contidas em um memorando do MLRO, que será arquivado no arquivo de relatório interno.

Registro de relatório externo:

- Data do relatório;
- A pessoa que fez o relatório;
- A(s) pessoa(s) a quem o relatório foi encaminhado;
- Nome do objeto do relatório (incluindo o número da conta, se houver); e
A resposta da autoridade relatora

As razões do MLRO em decidir fazer uma divulgação à Autoridade relatora estarão contidas em um memorando do MLRO e/ou no próprio relatório, que será arquivado no arquivo de relatório externo.

13. MANUTENÇÃO DE REGISTROS

continue the business relationship, subject it to particular scrutiny or undertake further investigation. When considering the question of the possible termination of a client relationship and the way, in which the Company will continue to deal with a client, avoiding the risk of tipping off is of paramount importance.

- 7) On or about 90 days from the filing of a SAR, the MLRO shall review the matter with a view to determining if any follow up with the FRA or any other action is appropriate.

The MLRO may consider whether legal advice should be sought as to any possible civil liability which may arise as a result of whatever course of action is taken in relation to relevant funds or assets held by the Company. In particular the risk of the Company being treated as or becoming a constructive trustee of funds or assets must be considered with great care.

12.7. Reporting Suspicions to the Reporting Authority

If the MLRO decides that a disclosure should be made to the FRA, the MLRO shall file a report in AMLive.

If the MLRO considers that a report should be made urgently (e.g. where the account is already part of a current investigation), initial notification to the Reporting Authority should be made by telephone and must be followed in writing within 1 business day of the initial report. At a maximum, non-urgent reports should be made within one week, and ideally within 3 business days.

Once a report has been made to the

13.1. Requisitos estatutários

A Sociedade é obrigada a manter registos relativos à identificação e transações de clientes para uso como evidência em qualquer investigação sobre lavagem de dinheiro e para seus próprios fins internos. Os registos elaborados e mantidos sobre as relações e transações com clientes da Sociedade devem ser suficientes para possibilitar:

- que terceiros competentes avaliem a observância pela Sociedade dos procedimentos e políticas de lavagem de dinheiro;
- a reconstrução de quaisquer transações realizadas por ou através da Sociedade;
- A Sociedade deve satisfazer, dentro de um prazo razoável, quaisquer consultas ou ordens judiciais das autoridades competentes para divulgar informações.

A política da Sociedade é manter registos relevantes por um período de pelo menos 5 anos após o término do relacionamento com o cliente.

Quando houver uma denúncia de atividade suspeita ou quando a Sociedade tiver conhecimento de uma investigação contínua sobre lavagem de dinheiro relacionada a um cliente ou transação, os registos relacionados ao cliente ou transação serão retidos até que seja recebida a confirmação de que o assunto foi concluído.

13.2. Destruição de Registros

Antes da destruição de quaisquer registos de clientes, todos os funcionários devem consultar o MLRO. A destruição de registos é estritamente proibida, a menos que seja obtida autorização por escrito do MLRO,

Reporting Authority the MLRO should act in accordance with any directions given by the Reporting Authority. The MLRO should consider whether it is appropriate to obtain legal advice.

12.8. Dealing with the Client

Following disclosure either internally or externally, contact with the customer must be carefully managed through the MLRO. The MLRO will, if necessary, liaise with the FRA to determine what, if any, action to take. On no account must a customer ever be advised that the Company is in any way suspicious or that a disclosure has been made. Any discussions which have to be held with the customer should only refer to questions relevant for the normal running of the customer's account or business relationship with the Company.

It may be that if a disclosure has been made to the FRA, the FRA will give directions to the Company to continue with a particular transaction or series of transactions so as not to alert the client or third party to an existing or proposed investigation. In these circumstances, such a request should be confirmed to the Company by the FRA in writing.

In view of the risk of tipping off, the client must not be informed of any action taken.

12.9. Dealing with Court Orders or Requests from the Reporting Authority

especificando o nome do cliente, a natureza dos registos a serem destruídos e as datas relevantes (por exemplo, data de encerramento e data autorizada de destruição).

O MLRO realizará uma revisão para determinar se alguma investigação de lavagem de dinheiro em andamento ou passada está associada ao cliente. A aprovação para destruição de registos será concedida se nenhum SAR for arquivado e nenhuma investigação de lavagem de dinheiro tiver ocorrido nos últimos cinco anos.

Nos casos em que um SAR foi arquivado para o cliente e a destruição do registo é solicitada, o MLRO entrará em contato com a FRA para confirmar se os registos ainda são necessários.

Se houver uma investigação de lavagem de dinheiro em andamento ou a FRA não conceder aprovação para destruição de registos, o MLRO garantirá o armazenamento seguro e confidencial de todos os registos relevantes do cliente, segregando-os de outros registos do cliente.

É imperativo documentar todas as ações relativas à destruição de registos, incluindo verificações e autoridades de aprovação. Todas as confirmações da FRA devem ser feitas por escrito e armazenadas no arquivo de relatório SAR.

14. EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

Requisitos estatutários

A Sociedade é obrigada a treinar todos os funcionários relevantes em relação a:

When an enquiry is under active investigation, the investigating officer may contact the MLRO to ensure that they have all the relevant information or to seek documentation and information which supports the original disclosure. This may also include seeking supplementary information from the Company by way of a Court Order.

In all such cases the MLRO should consider taking legal advice immediately prior to compliance with the Court Order concerned.

12.10. Suspicious Transaction Register

The MLRO must keep a separate register of all reports made to it by staff and of all disclosures made to the Reporting Authority. As well as a copy of each Internal Report Form and disclosure made to the Reporting Authority, the registers must be kept separate from all other records and be maintained for at least 5 years and contain the following details:

Internal report register:

- Date of the report;
- The person who made the report;
- The person(s) to whom the report was forwarded;
- Name of subject of report (including account number, if any);

The reasons of the MLRO for deciding not to make a disclosure to the Reporting Authority will be contained in a memorandum by the MLRO, which will be

- seus próprios procedimentos e políticas implementados para prevenir a lavagem de dinheiro, incluindo aqueles para identificação, manutenção de registros e relatórios internos;
- os requisitos legais contidos na legislação e regulamentação de lavagem de dinheiro; e
- o reconhecimento e o tratamento de transações suspeitas.
- A abordagem baseada em risco da Sociedade.

Em relação ao acima exposto, o treinamento se concentrará particularmente em (1) identificação de lavagem de dinheiro; e (2) sistemas de relatórios internos da Sociedade em relação a transações suspeitas. E (3) ficar a par das novas tecnologias, serviços que podem ser abusados por criminosos e as mais recentes tipologias de lavagem de dinheiro. A responsabilidade de garantir que tal treinamento ocorra é do Conselho de Administração. No entanto, a responsabilidade de organizar e coordenar a formação relevante foi delegada no AMLCO.

Uma cópia deste Manual será fornecida a todos os funcionários e gerentes existentes da Sociedade e a novos funcionários na chegada. O AMLCO exige que os funcionários indiquem anualmente que leram este Manual.

O nível de treinamento em relação ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo será proporcional ao nível de antiguidade do funcionário e sua posição dentro da Sociedade. O AMLCO, MLRO e DMLRO devem garantir que eles realizem o treinamento adequado para garantir que eles possam desempenhar suas funções

filed on the internal report file.

External report register:

- Date of the report;
- The person who made the report;
- The person(s) to whom the report was forwarded;
- Name of subject of report (including account number, if any); and
The reporting Authority response

The reasons of the MLRO in deciding to make a disclosure to the reporting Authority will be contained in a memorandum by the MLRO and/or in the report itself, which will be filed on the external report file.

13. RECORD KEEPING

13.1. Statutory requirements

The Company is required to retain records concerning customer identification and transactions for use as evidence in any investigation into money laundering and for its own internal purposes. The records prepared and maintained on the Company's customer relationships and transactions must be sufficient to enable:

- competent third parties to assess the Company's observance of money laundering policies and procedures;
- any transactions carried out by or through the Company to be reconstructed;
- The Company to satisfy, within a reasonable time, any enquiries or court orders from the appropriate authorities to disclose information.

The policy of the Company is to retain

designadas. A alta administração e os diretores não executivos devem realizar um treinamento que ressalte suas responsabilidades em relação à PLD/CFT.

14.2. Frequência e Conteúdo do Treinamento

Independentemente da senioridade, todos os novos funcionários que lidarem com clientes ou suas transações receberão uma introdução geral sobre os antecedentes de lavagem de dinheiro e os procedimentos para relatar atividades suspeitas ao MLRO. Isso deve ser feito antes de se envolver ativamente nas operações do dia a dia.

Os novos funcionários também devem receber uma indicação clara da importância dada às questões de lavagem de dinheiro pela Sociedade, da exigência legal de relatar e de suas obrigações legais pessoais a esse respeito. Os novos funcionários receberão esse treinamento dentro de 60 dias após o início do emprego.

Todos os funcionários receberão uma sessão de treinamento sobre o conteúdo deste Manual, juntamente com treinamento de atualização sobre a legislação e conscientização geral sobre lavagem de dinheiro, pelo menos anualmente. Isso será organizado pelo AMLCO.

14.3. Registros de Treinamento

Para cumprir o Regulamento relativo ao treinamento de funcionários, o AMLCO manterá um registo de treinamento, que incluirá:

- um nível razoável de detalhes sobre o

relevant records for a period of at least 5 years after the relationship with the customer has ended.

Where there has been a report of suspicious activity or where the Company is aware of a continuing investigation into money laundering relating to a client or a transaction, records relating to the client or transaction will be retained until confirmation is received that the matter has been concluded.

13.2. Destruction of Records

Prior to the destruction of any client records, all staff must consult with the MLRO. Destruction of records is strictly prohibited unless written authorization is obtained from the MLRO, specifying the client's name, the nature of records to be destroyed, and relevant dates (e.g., closure date and authorized date of destruction).

The MLRO will conduct a review to determine if any ongoing or past money laundering investigations are associated with the client. Approval for record destruction will be granted if no SAR was filed and no money laundering investigations have occurred within the past five years.

In cases where a SAR was filed for the client, and record destruction is requested, the MLRO will contact the FRA to confirm if the records are still needed.

If an ongoing money laundering investigation exists or the FRA does not

conteúdo dos programas de treinamento fornecidos;

- se o treinamento foi ministrado interna ou externamente;
- os nomes dos funcionários que receberam o treinamento;
- a data em que o treinamento foi ministrado;
- os resultados de quaisquer testes realizados para avaliar a compreensão dos funcionários sobre os requisitos de lavagem de dinheiro; e
- um amplo plano de treinamento.

15 ABORDAGEM E METODOLOGIA BASEADA EM RISCO

15.1. Avaliação de Risco em Toda a Sociedade

A Sociedade conduziu e documentou uma avaliação de risco de negócios (“BRA”) com base em seu escopo de negócios. Quaisquer áreas de alto risco identificadas serão objeto de controles para mitigação desses riscos, cujos controles serão documentados e aprovados pelo Conselho de Administração e sua implementação monitorada quanto à eficácia e ajustada conforme necessário.

Como parte do processo de BRA, a Sociedade deve:

- 1) Identificar os riscos de LD/FT/PF relevantes para as atividades comerciais da Sociedade;
- 2) Avaliar os riscos de LD/FT/PF em relação a:
 - a) Clientes (incluindo beneficiários efetivos ou outras partes identificadas como o requerente para negócios);
 - b) País ou área geográfica em que as pessoas sob (a) acima residem ou operam, bem como em qualquer local onde a Sociedade opere agora ou no futuro;
 - c) Produtos, serviços e transações que a Sociedade oferece; e
 - d) Canais de entrega (ou seja, se a Sociedade lida com o cliente pessoalmente, e-mails, telefone ou através de intermediários etc.)

grant approval for record destruction, the MLRO will ensure secure and confidential storage of all relevant client records, segregating them from other client records.

It is imperative to document all actions concerning record destruction, including checks and approval authorities. All confirmations from the FRA should be in writing and stored in the SAR reporting file.

14. EDUCATION AND TRAINING

Statutory requirements

The Company is required to train all relevant staff in relation to:

- its own policies and procedures put in place to prevent money laundering, including those for identification, record keeping and internal reporting;
- the legal requirements contained in the money laundering legislation and regulations; and
- the recognition and the handling of suspicious transactions.
- The risk-based approach of the Company.

In relation to the above, training particularly will focus upon (1) identification of money laundering; and (2) the Company's internal reporting systems in respect of suspicious transactions. And (3) staying abreast of new technologies, services which may be abused by criminals and the latest money laundering typologies.

- e) Risco Financeiro
- f) Risco Regulatório e de Compliance
- g) Risco de Tecnologia da Informação (“TI”)
- h) Risco Legal
- i) Risco Operacional
- j) Risco Reputacional
- k) Risco Estratégico

- 3) Projetar e implementar políticas, controles e procedimentos aprovados pelo Conselho de Administração para gerenciar e mitigar os riscos de LD/FT/PF identificados pela Sociedade em suas avaliações de risco iniciais e contínuas;
- 4) Avaliar os controles mitigadores e ajustar conforme necessário;
- 5) Monitorar a implementação dos sistemas em (3) acima e melhorar os sistemas quando necessário;
- 6) Dispor de mecanismos adequados para fornecer informações de avaliação de risco às autoridades competentes, como a FRA e a CIMA.

A BRA terá em conta a Avaliação Nacional de Risco das Ilhas Cayman, bem como qualquer avaliação de risco publicada pela Cayman Islands Monetary Authority.

A BRA será revisada pelo menos anualmente e será aprovada pelo Conselho de Administração.

A Sociedade documentará o RBA e manterá as avaliações de risco e os procedimentos relacionados atualizados.

Mais detalhes sobre a metodologia de avaliação de risco, incluindo a estrutura de pontuação de risco, estão estabelecidos na política de risco da Sociedade.

15.2. Estrutura de Pontuação de Risco

The responsibility for ensuring such training takes place lies with the Board of Directors. However, the responsibility for organising and co-ordinating relevant training has been delegated to the AMLCO.

A copy of this Manual will be provided to all existing staff and management of the Company and to new staff on arrival. The AMLCO requires that staff should indicate annually that they have read this Manual.

The level of training in relation to anti-money laundering and countering terrorist financing will be commensurate with the level of seniority of the employee and their position within the Company. The AMLCO, MLRO and DMLRO must ensure that they undertake appropriate training to ensure that they can perform their appointed roles. Senior management and non-executive Directors must undertake training which underscores their responsibilities in relation to AML/CFT.

14.2. Training Frequency and Content

Irrespective of seniority, all new employees who will be dealing with customers or their transactions will be given a general introduction regarding the background to money laundering, and the procedures for reporting suspicious activities to the MLRO. This should be done prior to becoming actively involved in day to day operations.

New employees should also receive a clear

A Sociedade aplica a seguinte estrutura de pontuação de risco para avaliar a exposição aos riscos. Os riscos inerentes (antes de qualquer mitigação) são classificados usando a seguinte escala com base na gravidade do risco e na probabilidade do risco.

Tabela 1: Sistema de pontuação de risco para categorias individuais

| Gravidade do Risco | Probabilidade do Risco |
|--------------------|------------------------|
| Insignificante – 1 | Muito provável – 5 |
| Pequena – 2 | Provável – 4 |
| Moderada – 3 | Possível – 3 |
| Crítica – 4 | Improvável – 2 |
| Grave – 5 | Rara – 1 |

Uma revisão do manual de PLD/CFT existente da Sociedade e das políticas de governança corporativa são então realizadas para determinar o nível de mitigações em vigor contra os riscos inerentes de PLD/CFT/FP e riscos de negócios mais amplos. Estes são classificados em uma escala de cinco pontos de Baixo (Pontuação 1) a Alto (Pontuação 5), com a pontuação média tirada de cada uma das oito principais categorias de risco arredondando para o número inteiro mais próximo para determinar a classificação geral por categoria.

O Risco Total do Negócio é avaliado sobre a soma ponderada das pontuações individuais da categoria, com pesos acordados pelo Conselho de Administração, conforme tabela abaixo.

Consulte a Avaliação de Risco de Negócios para ver o detalhamento completo da pontuação para cada categoria.

indication of the importance placed on money laundering issues by the Company, of the legal requirement to report, and of their personal legal obligations in this regard. New employees will receive such training within 60 days of commencement of employment.

All staff will receive a training session on the content of this Manual, together with refresher training on the legislation and general money laundering awareness, at least annually. This will be organised by the AMLCO.

14.3. Training Records

In order to comply with the Regulations concerning staff training, the AMLCO will maintain a log of training, which will include:

- a reasonable level of detail regarding the content of the training programmes provided;
- whether the training was provided internally or externally;
- the names of staff who have received the training;
- the date on which the training was delivered;
- the results of any testing carried out to measure staff understanding of the money laundering requirements; and
- a broad training plan.

15 RISK BASED APPROACH AND METHODOLOGY

15.1. The Company Wide Risk Assessment

Tabela 2: Ponderação de Risco Aprovada pelo Conselho

| Categoria de Risco | Ponderação de Risco |
|---------------------------------|----------------------------|
| PLD/CFT/CPF | 30,0% |
| Financeiro | 6,7% |
| Regulatório e Compliance | 30,0% |
| Tecnologia da Informação | 6,7% |
| Jurídico | 6,7% |
| Operacional | 6,7% |
| Reputacional | 6,7% |
| Estratégico | 6,7% |

15.2.1 Determinação da Classificação Geral de Risco.

| Classificação de Risco | Faixa de Risco |
|-------------------------------|-----------------------|
| Baixo | 0-1 |
| Baixo-Médio | 1,01-2 |
| Média | 2,01-3 |
| Médio-Alto | 3,01-4 |
| Alta | 4,01-5 |

A soma das pontuações ponderadas para cada categoria de risco fornece a classificação geral de risco para um cliente. As faixas de risco são definidas abaixo:

Em relação a novos produtos e práticas de negócios, novos mecanismos de entrega e tecnologias novas ou em desenvolvimento, a Sociedade deve realizar uma avaliação de risco antes do lançamento ou uso destes e deve tomar as medidas apropriadas para gerenciar e mitigar os riscos.

The Company has conducted and documented a business risk assessment (“BRA”) based on its scope of business. Any high risk areas identified will be the subject of controls to mitigate those risks, which controls will be documented and approved by the Board of Directors and their implementation monitored for effectiveness and adjusted as may be necessary.

As part of the BRA process, the Company shall:

- 1) Identify ML/TF/PF risks relevant to the Company’s business activities;
- 2) Assess ML/TF/PF risks in relation to:
 - a) Customers (including beneficial owners or other parties identified as the applicant for business);
 - b) Country or geographic area in which persons under (a) above reside or operate as well as in any location where the Company operates now or in the future;
 - c) Products, services and transactions that the Company offers; and
 - d) Delivery channels (i.e. whether the Company deals with the client via face to face, emails, phone or via intermediaries etc)
 - e) Financial Risk
 - f) Regulatory & Compliance Risk
 - g) Information Technology (“IT”) Risk
 - h) Legal Risk
 - i) Operational Risk
 - j) Reputational Risk
 - k) Strategic Risk
- 3) Design and implement policies, controls and procedures that are approved by the Board of Directors to manage and mitigate the ML/TF/PF risks that are identified by the Company in its initial and on-going risk

16. RISCO DO PAÍS

Certos países estão associados a crimes como tráfico de drogas, fraude e corrupção e, conseqüentemente, representam um risco potencial maior para a Sociedade.

Ao avaliar o risco de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo em um determinado país ou área geográfica e a extensão das medidas que devem ser tomadas para gerenciar e mitigar esse risco, a Sociedade leva em consideração fontes confiáveis relacionadas a — (a) lavagem de dinheiro; (b) financiamento do terrorismo; (c) financiamento da proliferação; (d) corrupção; e (e) qualquer outra atividade criminosa.

A Sociedade não avaliará um país ou área geográfica como tendo um baixo risco de PD, FT ou FP quando qualquer um dos seguintes fatores estiver presente:

- a) o país ou área geográfica foi identificado por fontes confiáveis como não possuindo sistemas eficazes para combater a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e o financiamento da proliferação;
- b) o país ou área geográfica foi identificado por fontes confiáveis como tendo níveis significativos de corrupção, terrorismo e lavagem de dinheiro;
- c) o país ou área geográfica está sujeito a sanções relacionadas ao seu risco de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo ou financiamento da proliferação — (i) pelo Reino Unido ou (ii) pelas Nações Unidas;
- d) o país ou área geográfica foi identificado pelo Grupo de Ação Financeira como um país ou área geográfica ao qual devem ser aplicadas contramedidas ou medidas EDD proporcionais aos riscos decorrentes do país ou área geográfica; e

assessments;

- 4) Evaluate mitigating controls and adjust as necessary;
- 5) Monitor the implementation of systems in (3) above and improve systems where necessary;
- 6) Have appropriate mechanisms to provide risk assessment information to competent authorities such as the FRA and CIMA.

The BRA will have regard to the Cayman Islands National Risk Assessment as well as any risk assessment published by the Cayman Islands Monetary Authority.

The BRA will be reviewed at least annually and will be approved by the Board of Directors.

The Company will document the RBA and keep risk assessments and related procedures current.

Further details regarding the risk assessment methodology, including the risk scoring framework, are set out in the Company's risk policy.

15.2. Risk Scoring Framework

The Company applies the following risk scoring framework to evaluate exposure to the risks. Inherent risks (before any mitigation) are rated using the following scale based on the risk severity and risk likelihood.

Table 1: Risk scoring system for individual

- e) o país ou área geográfica está sujeito a uma Ordem feita sob a Lei de Produtos do Crime.

A metodologia e a lista de países de alto risco encontram-se no Anexo H.

A classificação de risco-país será revisada anualmente ou à medida que os países com os quais a Sociedade frequentemente realiza negócios forem adicionados ou removidos das listas. Além disso, a Sociedade aplicará tais contramedidas proporcionais ao risco, conforme especificado pela CIMA de tempos em tempos.

17. DESVIO DE POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS

Qualquer desvio das disposições deste manual está sujeito à aprovação do AMLCO.

18 APPROVALS (APROVAÇÕES)

This document has been approved and will enter into force on the date of its publication on the Intranet. The original copy will be available in the Operational Risk, Internal Controls and Regulatory Compliance area.

Name of the person in charge:

Este documento foi aprovado e entrará em vigor na data de sua publicação na Intranet. A cópia original estará disponível na área de Risco Operacional, Controles Internos e Compliance Regulatório.

Nome do responsável:

Edilson Ciro Romor Guidini

categories

Director (Director)

| Risk Severity | Risk Likelihood |
|-----------------------|------------------------|
| Negligible - 1 | Very Likely - 5 |
| Minor - 2 | Likely - 4 |
| Moderate - 3 | Possible - 3 |
| Critical - 4 | Unlikely - 2 |
| Severe - 5 | Rare - 1 |

FIM DO MANUAL

A review of the Company's existing AML/CFT manual and corporate governance policies are then carried out to determine the level of mitigations in place against inherent AML/CFT/PF and wider business risks. These are rated on a five-point scale from Low (Scored 1) to High (Scored 5), with the average score taken from each of the eight key risk categories rounding to the nearest whole number to determine to overall rating per category.

The Total Business Risk is assessed on the weighted sum of the individual category scores, with weights agreed by the Board of Directors, as per the table below.

See Business Risk Assessment for full breakdown of scoring for each category.

Table 2: Board-approved Risk Weighting

| Risk Category | Risk Weighting |
|-----------------------------|-----------------------|
| AML/CFT/CPF | 30.0% |
| Financial | 6.7% |
| Reg & Compliance | 30.0% |

| | |
|-------------------------------|------|
| Information Technology | 6.7% |
| Legal | 6.7% |
| Operational | 6.7% |
| Reputational | 6.7% |
| Strategic | 6.7% |

15.2.1 Overall Risk Rating Determination.

| Risk Rating | Risk Band |
|--------------------|------------------|
| Low | 0-1 |
| Low-Medium | 1.01-2 |
| Medium | 2.01-3 |
| Medium-High | 3.01-4 |
| High | 4.01-5 |

The sum of weighted scores for each risk category provide the overall risk rating for a client. The risk bands are set out below:

In relation to new products and business practices, new delivery mechanisms and new or developing technologies, the Company shall undertake an assessment of risk prior to the launch or use of these and shall take appropriate measures to manage and mitigate the risks.

16. COUNTRY RISK

Certain countries are associated with crimes such as drug trafficking, fraud and corruption and consequently pose a higher potential risk to the Company.

When assessing the risk of money laundering or terrorist financing in a particular country or geographic area and the extent of the measures which should be taken to manage and mitigate that risk, the Company takes account of credible sources related to — (a) money laundering; (b) terrorist financing; (c) proliferation financing; (d) corruption; and (e) any other criminal activity.

The Company will not assess a country or geographic area as having a low risk of ML, TF or PF where any of the following factors are present:

- a) the country or geographic area has been identified by credible sources⁴ as not having effective systems to counter money laundering, terrorist financing and proliferation financing;
- b) the country or geographic area has been identified by credible sources as having significant levels of corruption, terrorism and money laundering;
- c) the country or geographic area is subject to sanctions related to its risk of money laundering, terrorist financing or proliferation financing by — (i) the United Kingdom or (ii) the United Nations;
- d) the country or geographic area has been identified by the Financial Action Task Force as a country or geographic area to which counter-measures or EDD measures proportionate to the risks arising from the country or geographic area should be applied; and
- e) the country or geographic area is subject to an Order made under the Proceeds of Crime Act.

The methodology and list of high risk countries is found in Appendix H.

The country risk rating will be reviewed annually or as countries with whom the Company frequently conducts business are added or removed from the lists. Additionally, the Company will apply such countermeasures proportionate to the risk as specified by CIMA from time to time.

17. DEPARTURE FROM POLICIES AND PROCEDURES

Any departure from the provisions of this manual is subject to approval by the AMLCO.

18 APPROVALS (APROVAÇÕES)

This document has been approved and will enter into force on the date of its publication on the Intranet. The original copy will be available in the Operational Risk, Internal Controls and Regulatory Compliance area.

Name of the person in charge:

Este documento foi aprovado e entrará em vigor na data de sua publicação na Intranet. A cópia original estará disponível na área de Risco Operacional, Controles Internos e Compliance Regulatório.

Nome do responsável:

Edilson Ciro Romor Guidini
Diretor (Director)

END OF MANUAL

APPENDIX A.1 - Link to AML Guidance Notes

https://www.cima.ky/upimages/commonfiles/GuidanceNotesonthePreventionandDetectionofMoneyLaundering,TerroristFinancingandProliferationFinancingintheCaymanIslands-5JUNE2020_1591983049.pdf

APPENDIX A.2 - Group Introducer Certificate
Group Introducer Certificate

This form is an attestation which verifies the identity of a prospective customer. These attestations should come from within the Company Group.

I certify that _____, a prospective customer of the Company has provided all relevant identification in accordance with money laundering and customer identification requirements. I confirm that documentation to comply with “Know Your Customer” requirements is in my possession and will be provided to the Company on request.

Signed:

Date: _____

OURIBANK S.A. BANCO MULTIPLO Acknowledgement

I acknowledge that _____ is part of OURIBANK S.A. BANCO MULTIPLO and that I have examined the documentation and information received for this customer and deem it sufficient to initiate the review process in accordance with the

ANEXO A.1 – Link para as Notas de Orientação de PLD

https://www.cima.ky/upimages/commonfiles/GuidanceNotesonthePreventionandDetectionofMoneyLaundering,TerroristFinancingandProliferationFinancingintheCaymanIslands-5JUNE2020_1591983049.pdf

ANEXO A.2 – Certificado de Introdutor de Grupo
Certificado de Introdutor de Grupo

Este formulário é um atestado que verifica a identidade de um cliente em potencial. Esses atestados devem vir de dentro do Grupo da Sociedade.

Certifico que _____, um cliente em potencial da Sociedade forneceu toda a identificação relevante de acordo com os requisitos de lavagem de dinheiro e identificação do cliente. Confirmando que a documentação para cumprir os requisitos “Know Your Customer” está em minha posse e será fornecida à Sociedade mediante solicitação.

Assinado:

Data: _____

Reconhecimento do OURIBANK S.A. BANCO MULTIPLO

Reconheço que _____ faz parte do OURIBANK S.A. BANCO MULTIPLO e que examinei a documentação e as informações recebidas para este cliente e as considero suficientes para iniciar o processo de revisão de acordo com os procedimentos e

Bank's Policies and Procedures regarding the acceptance of new business.

políticas do Banco em relação à aceitação de novos negócios.

Signed: _____

Assinado: _____

Date: _____

Data: _____

APPENDIX B – FRA Compliance Reporting Form

ANEXO B – Formulário de Relatório de Compliance da FRA

FINANCIAL REPORTING AUTHORITY
(CAYFIN)

FINANCIAL REPORTING AUTHORITY
(CAYFIN)



Delivery Address:
133 Elgin Ave, 4th Floor
Government Administrative Building
Grand Cayman
Cayman Islands
Tel No. (345) 945-6267
Fax No. (345) 945-6268
E-mail: financialsanctions@gov.ky

Delivery Address:
133 Elgin Ave, 4th Floor
Government Administrative Building
Grand Cayman
Cayman Islands
Tel No. (345) 945-6267
Fax No. (345) 945-6268
E-mail: financialsanctions@gov.ky

Mailing Address:
P.O. Box 1054
Grand Cayman KY1-1102
Cayman Islands

Mailing Address:
P.O. Box 1054
Grand Cayman KY1-1102
Cayman Islands

COMPLIANCE REPORTING FORM

FORMULÁRIO DE RELATÓRIO DE COMPLIANCE

This form should be used to report all compliance-related information to the Financial Reporting Authority (FRA) including information regarding suspected designated persons (Part B); assets you have frozen (Part C); and suspected breaches of financial

Este formulário deve ser usado para relatar todas as informações relacionadas ao compliance com a Financial Reporting Authority. (FRA), incluindo informações sobre suspeitas de pessoas designadas (Parte B); ativos que você congelou (Parte C); e suspeitas

sanctions (Part D).

Please note that the information you provide may be shared for the purpose of facilitating or ensuring compliance with financial sanctions regulations, in accordance with the FRA's information sharing powers.

Annexes B and C to this form provide key terms and information to assist you in completing your report.

Your financial sanctions reporting and compliance obligations are described in FRA's Industry Guidance. You should consult this guidance prior to completing this form. You should note that for some businesses there is a legal obligation to report, and that not doing so is a criminal offence:

Please ensure that when you complete this form, you believe that the facts and information provided in this form are accurate and true to the best of your knowledge.

You should note that a criminal offence may be committed if you contravene any of the prohibitions in respect of the financial sanctions regime(s) detailed in part 12 below, or you intentionally participate in activities knowing that the object or effect of them is to circumvent any of those prohibitions or enables or facilitates the contravention of any of those prohibitions.

Please email completed forms, including any associated documents, to financialsanctions@gov.ky with "SUSPECTED DESIGNATED PERSON", "FROZEN ASSETS", or "SUSPECTED BREACH" as applicable in the subject line.

de violações de sanções financeiras (Parte D).

Observe que as informações que você fornece podem ser compartilhadas com a finalidade de facilitar ou garantir a conformidade com os regulamentos de sanções financeiras, de acordo com os poderes de compartilhamento de informações da FRA.

Os Anexos B e C deste formulário fornecem os principais termos e informações para ajudá-lo a preencher seu relatório.

Seus relatórios de sanções financeiras e obrigações de compliance estão descritos na Orientação do Setor da FRA. Você deve consultar esta orientação antes de preencher este formulário. Você deve observar que, para algumas sociedades, há uma obrigação legal de denunciar e que não fazê-lo é uma infração penal:

Certifique-se de que, ao preencher este formulário, acredita que os fatos e informações fornecidos neste formulário são precisos e verdadeiros, tanto quanto é do seu conhecimento.

Você deve observar que uma infração penal pode ser cometida se você violar qualquer uma das proibições em relação ao(s) regime(s) de sanções financeiras detalhado(s) na parte 12 abaixo, ou se você participar intencionalmente de atividades sabendo que o objeto ou efeito delas é contornar qualquer uma dessas proibições ou permitir ou facilitar a violação de qualquer uma dessas proibições.

Envie por e-mail formulários preenchidos, incluindo quaisquer documentos associados, para financialsanctions@gov.ky com "SUSPEITA DE PESSOA DESIGNADA", "ATIVOS CONGELADOS" ou "SUSPEITA DE VIOLAÇÃO", conforme aplicável na linha de assunto.

Alternatively, completed forms can be posted to:

The Sanctions Coordinator
Financial Reporting Authority
P.O. BOX 1054
Grand Cayman KY1-1102
Cayman Islands

If you are unsure of your compliance or reporting obligations under financial sanctions, you should seek independent legal advice.

PART A: GENERAL INFORMATION

Please complete this part of the form and indicate what you are reporting on.

Como alternativa, os formulários preenchidos podem ser postados em:

O Coordenador de Sanções
Financial Reporting Authority
P.O. BOX 1054
Grand Cayman KY1-1102
Ilhas Cayman

Se você não tiver certeza de suas obrigações de compliance ou relatório sob sanções financeiras, você deve procurar aconselhamento jurídico independente.

PARTE A: INFORMAÇÕES GERAIS

Preencha esta parte do formulário e indique o que você está relatando.

| 1. Person submitting this report | |
|---|--|
| a. Name (Including title) | |
| b. Job title | |
| c. Company / organisation | |
| d. Address | |
| e. Contact number(s) | |
| f. Email address | |

| 1. Pessoa que envia este relatório | |
|---|--|
| b. Nome (incluindo cargo) | |
| c. Cargo | |
| d. Sociedade / organização | |
| e. Endereço | |
| f. Número(s) de contato | |
| g. Endereço de e-mail | |

| 2. Date submitted |
|--------------------------|
| (dd/mm/yyyy) |

2. Data de envio

(dd/mm/aaaa)

3. Are you submitting this form on behalf of a third party? Tick box

Yes

No

If yes, please provide the third party's contact details, including their Group ID if they are a designated person.

3. Você está enviando este formulário em nome de terceiros? Caixa de marcação

Sim

Não

Em caso afirmativo, forneça os detalhes de contato do terceiro, incluindo o ID do Grupo, se for uma pessoa designada.

4. What are you reporting? Tick all applicable

Suspected designated person *[please complete Part B of this form]*

Frozen assets *[please complete Part C of this form]*

Suspected breach *[please complete Part D of this form]*

4. O que você está denunciando? Marque todos os aplicáveis

Pessoa designada suspeita *[preencha a Parte B deste formulário]*

Ativos congelados *[preencha a parte C deste formulário]*

Suspeita de violação *[preencha a Parte D deste formulário]*

PART B: REPORTING A SUSPECTED DESIGNATED PERSON

This part should be used to report your knowledge or suspicion that an individual,

PARTE B: DENUNCIAR UMA PESSOA DESIGNADA SUSPEITA

Esta parte deve ser usada para relatar seu conhecimento ou suspeita de que um

business or organisation is a designated person and therefore subject to financial sanctions. Please complete a separate form for each designated person on whom you are reporting. Your report should include information by which a designated person can be identified. For example, aliases or alternative identities that could be used to evade sanctions.

If you are also reporting that you have frozen the assets of a designated person, please complete Part C of this form. If you are also reporting a suspected breach of financial sanctions, please complete Part D of this form.

indivíduo, sociedade ou organização é uma pessoa designada e, portanto, sujeita a sanções financeiras. Preencha um formulário separado para cada pessoa designada a quem você está reportando.

Seu relatório deve incluir informações pelas quais uma pessoa designada possa ser identificada. Por exemplo, pseudônimos ou identidades alternativas que poderiam ser usados para evitar sanções.

Se você também está relatando que congelou os ativos de uma pessoa designada, preencha a Parte C deste formulário. Se você também estiver relatando uma suspeita de violação de sanções financeiras, preencha a Parte D deste formulário.

| 5. Suspected designated person (including persons owned or controlled by them) | |
|---|--|
| a. Group ID from the consolidated list | |
| b. Name of the designated person as given on the consolidated list | |
| c. Name of the person/entity if owned/controlled by a designated person | |

| 5. Suspeita de pessoa designada (incluindo pessoas de sua propriedade ou controladas por elas) | |
|---|--|
| b. ID do grupo da lista consolidada | |
| c. Nome da pessoa designada conforme indicado na lista consolidada | |
| d. Nome da pessoa/entidade, se detida/controlada por uma pessoa designada | |

6. Information on which your knowledge or suspicion is based

| | |
|---|---|
| <p>a. What has caused you to know or suspect that the person you are reporting on is a designated person (or is owned/controlled by one)?</p> | <p><i>Please provide as much detail as possible, including your relationship with the person, what information you hold and how it came to you.</i></p> |
| <p>b. Please provide any information not already on the consolidated list by which the designated person can be identified</p> | <p><i>e.g. new aliases, dates of birth, addresses, passport numbers, additional trading names, etc.</i></p> |

6. Informações nas quais se baseia o seu conhecimento ou suspeita

| | |
|---|--|
| <p>b. O que fez com que você soubesse ou suspeitasse que a pessoa sobre a qual você está denunciando é uma pessoa designada (ou é de propriedade/controlada por uma)?</p> | <p><i>Forneça o máximo de detalhes possível, incluindo seu relacionamento com a pessoa, quais informações você possui e como elas chegaram até você.</i></p> |
| <p>c. Forneça qualquer informação que ainda não esteja na lista consolidada pela qual a pessoa designada possa ser identificada</p> | <p><i>por exemplo, novos pseudônimos, datas de nascimento, endereços, números de passaporte, nomes comerciais adicionais etc.</i></p> |

PART C: INFORMATION ON FROZEN ASSETS

This part should be used to report that you have frozen the assets of a designated person. Please complete a separate form for each designated person whose assets you have frozen.

If you know or suspect that a person is a designated person, please complete Part B of

PARTE C: INFORMAÇÕES SOBRE ATIVOS CONGELADOS

Esta parte deve ser usada para relatar que você congelou os ativos de uma pessoa designada. Preencha um formulário separado para cada pessoa designada cujos ativos você congelou.

Se você souber ou suspeitar que uma pessoa é uma pessoa designada, preencha a Parte B deste formulário. Se você também estiver

this form. If you are also reporting a breach of financial sanctions, please complete Part D of this form.

denunciando uma violação de sanções financeiras, preencha a Parte D deste formulário.

7. Designated person (DP)

| | |
|---|--|
| a. Group ID from the consolidated list | |
| b. Name of the designated person as given on the consolidated list | |
| c. Name of the person/entity if owned/controlled by a designated person | |

7. Pessoa designada (DP)

| | |
|---|--|
| b. ID do grupo da lista consolidada | |
| c. Nome da pessoa designada conforme indicado na lista consolidada | |
| d. Nome da pessoa/entidade, se detida/controlada por uma pessoa designada | |

7. Please provide information on **all** funds and economic resources you have frozen (For definitions and guidance on what to include please see Annexes B & C.)

7. Forneça informações sobre **todos** os fundos e recursos econômicos que você congelou (Para definições e orientações sobre o que incluir, consulte os Anexos B e C.)

Part D: INFORMATION ABOUT A SUSPECTED BREACH

This part should be used to report any suspected or known breach of financial sanctions. Please complete one form for each overarching activity. Multiple transactions/transfers relating to an overarching activity may be listed in one form.

Your report should include all known details in relation to the suspected breach activity. Additional supporting material should be attached to your submission and noted in section 22. Where information is not known or not applicable, please state.

Parte D: INFORMAÇÕES SOBRE UMA SUSPEITA DE VIOLAÇÃO

Esta parte deve ser usada para relatar qualquer violação suspeita ou conhecida de sanções financeiras. Preencha um formulário para cada atividade abrangente. Várias transações/transferências relacionadas a uma atividade abrangente podem ser listadas em um formulário.

Seu relatório deve incluir todos os detalhes conhecidos em relação à atividade suspeita de violação. Material comprobatório adicional deve ser anexo ao seu envio e anotado na seção 22. Quando as informações não forem conhecidas ou não forem aplicáveis, indique.

9. Who do you suspect has committed, or has attempted to commit, the suspected breach? Please provide details

9. Quem você suspeita que cometeu, ou tentou cometer, a violação suspeita? Forneça detalhes

10. Summary of facts

Including the date(s) the suspected breach (or breaches) was discovered, how it was

discovered, and the series of actions that led to a suspected breach taking place (where known).

10. Resumo dos fatos

Incluindo a(s) data(s) em que a suspeita de violação (ou violações) foi descoberta, como foi descoberta e a série de ações que levaram à ocorrência da suspeita de violação (quando conhecida).

11. Does this information relate to a suspected completed, or suspected attempted, breach? Tick box

Completed

Attempted (*including blocked or rejected activity*)

11. Essas informações estão relacionadas a uma suspeita de violação concluída ou suspeita de tentativa de violação? Caixa de marcação

Concluído

Tentativa (*incluindo atividade bloqueada ou rejeitada*)

12. Financial sanctions regime(s) under which the suspected breach has occurred

The list of all financial sanctions regimes in effect in the UK can be found on OFSI's on GOV.UK:

<https://www.gov.uk/government/collections/financial-sanctions-regime-specific-consolidated-lists-and-releases>

Additionally, the list of all financial sanctions regimes in effect in the Cayman Islands can be found on the FRA website:

<http://fra.gov.kv/contents/page/1>

| | |
|--|--|
| a. Financial regime(s) sanctions | |
| b. Act/Regulation(s) (if known) | |
| c. Relevant article(s), regulation(s) suspected of having been breached (if known) | |

12. Regime(s) de sanções financeiras ao abrigo do(s) qual(is) ocorreu a alegada violação

A lista de todos os regimes de sanções financeiras em vigor no Reino Unido pode ser encontrada na OFSI em GOV.UK:

<https://www.gov.uk/government/collections/financial-sanctions-regime-specific-consolidated-lists-and-releases>

Além disso, a lista de todos os regimes de sanções financeiras em vigor nas Ilhas Cayman pode ser encontrada no site da FRA:

<http://fra.gov.kv/contents/page/1>

| | |
|---|--|
| b. Regime(s) de sanções financeiras | |
| c. Lei(s)/Regulamento(s) (se conhecidos) | |
| d. Seção(ões), artigo(s) ou regulamento(s) relevantes que se suspeita terem sido violados (se conhecidos) | |

DETAILS OF SUSPECTED BREACH

See Annex B for a description of what can constitute funds, economic resources, and financial services.

13. **What does the suspected breach involve:** Tick all applicable

DETAILS OF SUSPECTED BREACH

See Annex B for a description of what can constitute funds, economic resources, and financial services.

13. **What does the suspected breach involve:** Tick all applicable

Funds

| | |
|---|--|
| Describe, in full, the type(s) of funds | |
|---|--|

| | |
|--|--|
| involved. | |
| Economic resource(s) | |
| Describe, in full, the economic resource(s) involved. | |
| Financial Services | |
| Describe, in full, what the financial services are, including how and when they were provided. | |
| Licence conditions | |
| Give the licence condition(s) and describe, in full, how you suspect it has been breached. Please include the licence no. | |
| Reporting obligations | |
| Give the reporting obligation and describe, in full, how you suspect it has been breached. Please include the licence no. where relevant. | |
| 14. Total value of the suspected breach (actual or estimated) | |
| Please provide this information in the currency that was used at the time of the transfer (or provide an estimated value in KYD if unknown). | |
| | |

| | |
|--|--|
| Fundos | |
| Descrever, na íntegra, o(s) tipo(s) de recursos envolvidos. | |
| Recurso(s) econômico(s) | |
| Descrever, na íntegra, o(s) recurso(s) econômico(s) envolvido(s) | |
| Serviços Financeiros | |

Descrever, na íntegra, quais são os serviços financeiros, incluindo como e quando foram prestados.

Condições da licença

Forneça a(s) condição(ões) da licença e descreva, na íntegra, como suspeita que foi violada. Inclua o número da licença.

Obrigações de relatório

Forneça a obrigação de denúncia e descreva, na íntegra, como você suspeita que ela foi violada. Inclua o número da licença, quando relevante.

14. Valor total da suspeita de violação (real ou estimada)

Forneça essas informações na moeda que foi usada no momento da transferência (ou forneça um valor estimado em KYD, se desconhecido).

15. Method(s) of payment and/or transfer

e.g. bank transfer, cash, cheque, money order, internet/electronic, or physical asset transfer – road, rail, air, sea, etc.

15. Forma(s) de pagamento e/ou transferência

por exemplo, transferência bancária, numerário, cheque, ordem de pagamento, internet/eletrônico ou transferência física de ativos – rodoviário, ferroviário, aéreo, marítimo etc.

| |
|--|
| |
|--|

16. Remitter/sender information

Please provide full information on the remitter/sender of the funds and/or economic resources, including: dates, goods involved, amount(s), currencies, account names, account numbers and sort codes, bank details, and nationalities of payers, dates of birth, where known.

If more space is required, please complete Annex 1 (A1), or attach supporting documents with your submission.

16. Informações do remetente

Forneça informações completas sobre o remetente dos fundos e/ou recursos econômicos, incluindo: datas, mercadorias envolvidas, valor(es), moedas, nomes de contas, números de contas e códigos de classificação, dados bancários e nacionalidades dos pagadores, datas de nascimento, quando conhecidas.

Se for necessário mais espaço, preencha o Anexo 1 (A1) ou anexe documentos comprobatórios ao seu envio.

17. Intermediary information

Please provide any information you have on

intermediaries involved in the activity, including: role in transfer, name(s), date of birth, company registration information, country of operation/nationality, address/location, account name, account number and sort code and bank details, where known.

If more space is required, please complete Annex 1 (A2), or attach supporting documents with your submission.

17. Informações intermediárias

Forneça qualquer informação que você tenha sobre intermediários envolvidos na atividade, incluindo: função na transferência, nome(s), data de nascimento, informações de registro da sociedade, país de operação/nacionalidade, endereço/localização, nome da conta, número da conta e código de classificação e dados bancários, quando conhecidos.

Se for necessário mais espaço, preencha o Anexo 1 (A2) ou anexe documentos comprobatórios ao seu envio.

18. Ultimate beneficiary information

Please provide information on the ultimate beneficiaries of the funds and/or economic resources, including: name, account name, account number and sort code, bank details, residential/company address, date of birth and nationality, where known.

If more space is required, please complete Annex 1 (A3) or attach supporting document(s) with your submission.

18. Informações sobre o beneficiário final

Forneça informações sobre os beneficiários finais dos fundos e/ou recursos econômicos, incluindo: nome, nome da conta, número da conta e código de classificação, dados bancários, endereço residencial/da sociedade, data de nascimento e nacionalidade, quando conhecidos.

Se for necessário mais espaço, preencha o Anexo 1 (A3) ou anexe documentos comprobatórios ao seu envio.

19. Please list all external parties who have been made aware that this information is being passed to FRA, including any designated persons**19. Liste todas as partes externas que foram informadas de que essas informações estão sendo passadas para a FRA, incluindo quaisquer pessoas designadas****20. Has this matter been reported to any other authority?**

If so, please provide their contact details.

20. Este assunto foi relatado a alguma outra autoridade?

Em caso afirmativo, forneça os detalhes de contato.

| |
|--|
| |
|--|

21. Other relevant information

Please provide any other information you think will help us understand what has happened

| |
|--|
| |
|--|

21. Outras informações relevantes

Forneça qualquer outra informação que você acha que nos ajudará a entender o que aconteceu

| |
|--|
| |
|--|

22. Are you providing any supporting documents?

Please include any documents that support the information provided, such as bank statements, transaction reports, copies of licences, paperwork, contracts, etc. including those from other jurisdictions.

Yes

No

Please list the supporting documents you are providing.

| |
|--|
| |
|--|

22. Você está fornecendo algum documento comprobatório?

Inclua quaisquer documentos que suportem as informações fornecidas, como extratos bancários, relatórios de transações, cópias de licenças, documentos, contratos, etc., incluindo os de outras jurisdições.

Sim

Não

Liste os documentos comprobatórios que

| |
|--|
| |
|--|

you are providing.

Compliance Reporting Annex A

Additional remittances (for Section 15 Remitting information)

A1. Additional remittance information

Relatório de Compliance Anexo A

Remessas adicionais (para informações de remessa da Seção 15)

A1. Informações adicionais de remessa

Additional intermediaries involved (for Section 16 Intermediary information)

A2. Additional intermediaries

Intermediários adicionais envolvidos (para informações do Intermediário da Seção 16)

A2. Intermediários adicionais

Additional beneficiaries involved (for Section 17 Ultimate beneficiary(ies) information)

A3. Additional beneficiaries

Beneficiários adicionais envolvidos (para informações do(s) beneficiário(s) final(is) da Seção 17)

A3. Beneficiários adicionais

Compliance Reporting Form Annex B

This Annex describes some of the common terms used in financial sanctions legislation.

Designated Persons

A designated person is an individual, entity or body, listed under EU or UK legislation as being subject to financial sanctions.

The list of designated persons can be found on Office of Financial Sanctions Implementation (OFSI) consolidated list of asset freeze targets here:

<https://www.gov.uk/government/publications/financial-sanctions-consolidated-list-of-targets>

Note that the financial sanctions also apply to persons and entities that are **owned or controlled**, directly or indirectly, by a designated person. Those persons or entities may not be designated in their own right, so

Formulário de Relatório de Compliance Anexo B

Este Anexo descreve alguns dos termos comuns usados na legislação de sanções financeiras.

Pessoas Designadas

Uma pessoa designada é um indivíduo, entidade ou órgão, listado sob a legislação da UE ou do Reino Unido como estando sujeito a sanções financeiras.

A lista de pessoas designadas pode ser encontrada na lista consolidada de metas de congelamento de ativos do Office of Financial Sanctions Implementation (OFSI) aqui:

<https://www.gov.uk/government/publications/financial-sanctions-consolidated-list-of-targets>

Observe que as sanções financeiras também se aplicam a pessoas e entidades que são **devidas ou controladas**, direta ou indiretamente, por uma pessoa designada. Essas pessoas ou entidades podem não ser designadas por direito

their name may not appear on the consolidated list. However, those persons or entities are similarly the subject of the financial sanctions. For more information on ownership and control see the FRA's Industry Guidance on Financial Sanctions.

Funds

Funds means financial assets and benefits of every kind, including but not limited to:

- Cash, cheques, claims on money, drafts, money orders and other payment instruments;
- Deposits with financial institutions or other entities, balances on accounts, debts and debt obligations;
- Loans and mortgages;
- Publicly and privately traded securities and debt instruments, including stocks and shares, certificates representing securities, bonds, notes, warrants, debentures and derivatives contracts;
- Interest, dividends or other income on or value accruing from or generated by assets;
- Credit, right of set-off, guarantees, performance bonds or other financial commitments;
- Letters of credit, bills of lading, bills of sale;
- Documents evidencing an interest in funds or financial resources;
- Any other instrument of export-financing.

Economic Resources

Economic resources mean assets of every kind, whether tangible or intangible, movable or immovable, (such as goods, property, or rights) which are not funds themselves but which can be used to obtain funds, goods or services.

Group ID

próprio, portanto, seu nome pode não aparecer na lista consolidada. No entanto, essas pessoas ou entidades são igualmente objeto das sanções financeiras. Para obter mais informações sobre propriedade e controle, consulte as Orientações da Indústria sobre Sanções Financeiras da FRA.

Fundos

Fundos significa ativos financeiros e benefícios de todos os tipos, incluindo, mas não se limitando a:

- Numerário, cheques, direitos sobre dinheiro, saques, ordens de pagamento e outros instrumentos de pagamento;
- Depósitos em instituições financeiras ou outras entidades, saldos de contas, dívidas e obrigações de dívida;
- Empréstimos e hipotecas;
- Valores mobiliários e instrumentos de dívida negociados pública e privadamente, incluindo ações e quotas, certificados representativos de valores mobiliários, títulos, notas, bônus de subscrição, debêntures e contratos de derivativos;
- Juros, dividendos ou outros rendimentos sobre ou valor acumulado ou gerado por ativos;
- Crédito, direito de compensação, garantias, seguro-garantia ou outros compromissos financeiros;
- Cartas de crédito, conhecimentos de embarque, notas fiscais;
- Documentos comprovativos de interesse em fundos ou recursos financeiros;
- Qualquer outro instrumento de financiamento à exportação.

Recursos Econômicos

Recursos econômicos significam ativos de qualquer tipo, tangíveis ou intangíveis, móveis ou imóveis (como bens, propriedades ou direitos) que não são fundos em si, mas que podem ser usados para obter fundos, bens ou serviços.

ID do Grupo

All reports to the FRA involving a designated person should include their 'Group ID' reference number. The Group ID is a unique identifier for a designated person which can be found in their entry on the consolidated list.

<https://www.gov.uk/government/publication/s/financial-sanctions-consolidated-list-of-targets>

Financial Services

Financial services mean any service of a financial nature, including, but not limited to:

- Insurance-related services consisting of:
 - Direct life assurance;
 - Direct insurance other than life assurance;
 - Reinsurance and retrocession;
 - Insurance intermediation, such as brokerage and agency;
 - Services auxiliary to insurance, such as consultancy, actuarial, risk assessment and claim settlement services.
- Banking and other financial services consisting of:
 - accepting deposits and other repayable funds;
 - lending (including consumer credit, mortgage credit, factoring and financing of commercial transactions);
 - financial leasing;
 - payment and money transmission services (including credit, charge and debit cards, travellers' cheques and bankers' drafts);
 - providing guarantees or commitments;
 - financial trading (as defined below);
 - participating in issues of any kind of securities (including underwriting and placement as an agent, whether publicly or privately) and providing services related to such issues;
 - money brokering;
 - asset management, such as cash or portfolio management, all forms of collective investment

Todos os relatórios para a FRA envolvendo uma pessoa designada devem incluir seu número de referência "ID do Grupo". O ID do Grupo é um identificador exclusivo para uma pessoa designada que pode ser encontrado em sua entrada na lista consolidada.

<https://www.gov.uk/government/publication/s/financial-sanctions-consolidated-list-of-targets>

Serviços Financeiros

Serviços financeiros significa qualquer serviço de natureza financeira, incluindo, sem limitação:

- Serviços relacionados a seguros que consistem em:
 - Seguro direto de vida;
 - Seguro direto que não seja seguro de vida;
 - Resseguro e retrocessão;
 - Intermediação de seguros, como corretagem e agenciamento;
 - Serviços auxiliares de seguros, tais como serviços de consultoria, atuariais, de avaliação de riscos e de regularização de sinistros.
- Serviços bancários e outros serviços financeiros que consistem em:
 - aceitar depósitos e outros fundos reembolsáveis;
 - empréstimos (incluindo crédito ao consumo, crédito hipotecário, factoring e financiamento de transações comerciais);
 - arrendamento mercantil financeiro;
 - serviços de pagamento e transmissão de dinheiro (incluindo cartões de crédito, cobrança e débito, cheques de viagem e saques bancários);
 - prestação de garantias ou compromissos;
 - negociação financeira (conforme definido abaixo);
 - participar de emissões de qualquer tipo de valores mobiliários (incluindo subscrição e colocação como agente, seja pública ou privada) e prestar serviços relacionados a tais emissões;
 - corretagem de dinheiro;

- management, pension fund management, custodial, depository and trust services;
- settlement and clearing services for financial assets (including securities, derivative products and other negotiable instruments);
- providing or transferring financial information, and financial data processing or related software (but only by suppliers of other financial services);
- providing advisory and other auxiliary financial services in respect of any activity listed in sub-paragraphs (i) to (xi) (including credit reference and analysis, investment and portfolio research and advice, advice on acquisitions and on corporate restructuring and strategy).
- “Financial trading” means trading for own account or for account of customers, whether on an investment exchange, in an over-the-counter market or otherwise, in:
 - money market instruments (including cheques, bills and certificates of deposit);
 - foreign exchange;
 - derivative products (including futures and options);
 - exchange rate and interest rate instruments (including products such as swaps and forward rate agreements);
 - transferable securities;
 - other negotiable instruments and financial assets (including bullion).
- gestão de ativos, tais como gestão de numerário ou de portfólio, todas as formas de gestão de investimento coletivo, gestão de fundos de pensão, serviços de custódia, depositários e de trust;
- serviços de liquidação e compensação de ativos financeiros (incluindo valores mobiliários, produtos derivativos e outros instrumentos negociáveis);
- fornecer ou transferir informações financeiras e processamento de dados financeiros ou software relacionado (mas apenas por fornecedores de outros serviços financeiros);
- prestação de serviços de consultoria e outros serviços financeiros auxiliares em relação a qualquer atividade listada nos subparágrafos (i) a (xi) (incluindo referência e análise de crédito, pesquisa e consultoria de investimento e portfólio, consultoria sobre aquisições e sobre reestruturação e estratégia corporativa).
- “Negociação financeira” significa negociação por conta própria ou por conta de clientes, seja em uma bolsa de investimentos, em um mercado de balcão ou de outra forma, em:
 - instrumentos do mercado monetário (incluindo cheques, letras e certificados de depósito);
 - câmbio;
 - produtos derivativos (incluindo futuros e opções);
 - instrumentos de taxa de câmbio e taxa de juros (incluindo produtos como swaps e contratos de taxa a termo);
 - valores mobiliários;
 - outros instrumentos negociáveis e ativos financeiros (incluindo lingotes).

Compliance Reporting Form Annex C

Frozen accounts

All reports of frozen accounts should include the following information:

- Name of financial institution holding the

Formulário de Relatório de Compliance Anexo C

Contas congeladas

Todos os relatórios de contas congeladas devem incluir as seguintes informações:

- Nome da instituição financeira que detém a conta

account

- Account name
- Details of the account holder
- Date account frozen
- Type of account
- Account number
- Sort code (where relevant)
- Credit balance
- Debit balance
- Currency
- Date account opened
- Any other relevant information relevant to the freezing of the account

Frozen payments / transactions

All reports of frozen payments or transactions should include the following information:

- Details of the institution/person who has frozen the transaction
- Details of their role in the transaction
- Date of transaction (Inc. amount and currency)
- Date transaction frozen
- All relevant account details (originator, intermediaries, beneficiary)
- Details of the originator of the transaction (name, address, etc.)
- Details of the originating financial institution (name, address, etc.)
- Details of any intermediary financial institutions (name, address, etc.)

- Details of the beneficiary of the transaction (name, address, etc.)
- Details of the beneficiary financial institution (name, address, etc.)
- Any additional information found in the originator-to-beneficiary or bank-to-bank information

- Any other additional information relevant to the freezing of the transaction, including the payment instruction where available

- Nome da conta
- Detalhes do titular da conta
- Data de congelamento da conta
- Tipo de conta
- Número da conta
- Código de classificação (quando relevante)
- Saldo credor
- Saldo devedor
- Moeda
- Data de abertura da conta
- Quaisquer outras informações relevantes para o congelamento da conta

Pagamentos / transações congelados

Todos os relatórios de pagamentos ou transações congelados devem incluir as seguintes informações:

- Detalhes da instituição/pessoa que congelou a transação
- Detalhes da sua função na transação
- Data da transação (incluindo valor e moeda)

- Data de congelamento da transação
- Todos os detalhes relevantes da conta (originador, intermediários, beneficiário)
- Detalhes do originador da transação (nome, endereço etc.)
- Detalhes da instituição financeira de origem (nome, endereço etc.)
- Detalhes de quaisquer instituições financeiras intermediárias (nome, endereço etc.)
- Detalhes do beneficiário da transação (nome, endereço etc.)
- Dados da instituição financeira beneficiária (nome, endereço etc.)
- Quaisquer informações adicionais encontradas nas informações do originador para o beneficiário ou do banco para o banco
- Quaisquer outras informações adicionais relevantes para o congelamento da transação, incluindo a instrução de pagamento, quando disponível

APPENDIX C – Internal SARs Form

| | |
|---|--|
| OURIBANK S.A. BANCO MULTIPLO Internal Reporting Form | |
| | |
| Date report is filed: | |
| Name of customer: | |
| Date(s) of transaction: | |
| Date of customer's birth: | |
| Nationality: | |
| Passport number: | |
| Identification and references: | |
| Customer's address: | |
| Details/Nature of transactions arousing suspicion: | |
| As relevant: | |
| Date of receipt | |
| Amount (currency) | |
| Sources of funds | |
| | |
| Other relevant information (including second party if any): | |
| | |
| Staff member reporting: | |
| Money Laundering Reporting Officer: | |
| | |

ANEXO C – Formulário SARs Interno

| | |
|---------------------|--|
| OURIBANK S.A. BANCO | |
|---------------------|--|

| | |
|---|--|
| MULTIPLO Formulário de Relatório Interno | |
| | |
| Data em que o relatório é arquivado: | |
| Nome do cliente: | |
| Data(s) da transação: | |
| Data de nascimento do cliente: | |
| Nacionalidade: | |
| Número do passaporte: | |
| Identificação e referências: | |
| Endereço do cliente: | |
| Detalhes/Natureza das transações que levantam suspeitas: | |
| Conforme relevante: | |
| Data de recebimento | |
| Valor (moeda) | |
| Fontes de recursos | |
| | |
| Outras informações relevantes (incluindo a segunda parte, se houver): | |
| | |
| Relato de funcionário: | |
| Responsável pelo Relatório de Lavagem de Dinheiro: | |
| | |

(The Reporting Officer should briefly set out the reason for regarding the transactions to be reported as suspicious or, if he decides against reporting, his reasons for that decision.)

APPENDIX D – FRA SAR Form

(O Reporting Officer deve expor brevemente o motivo para considerar as transações a serem relatadas como suspeitas ou, se ele decidir não relatar, suas razões para essa decisão.)

ANEXO D – Formulário SAR FRA

CONFIDENTIAL
FINANCIAL REPORTING AUTHORITY

CONFIDENTIAL
FINANCIAL REPORTING AUTHORITY

Delivery Address:

133 Elgin Avenue
 4th Floor, Government Administration Building
 George Town, Grand Cayman
 Cayman Islands
 Tel No. (345) 945-6267
 Fax No. (345) 945-6268



Mailing Address:

P.O. Box 1054
 Grand Cayman KY1 - 1102
 Cayman Islands

SUSPICIOUS ACTIVITY REPORT

Note: This form should preferably be typed using arial 12 point font.

Observação: Este formulário deve ser preferencialmente digitado usando fonte arial tamanho 12.

Date of this Report:

Date of Original Report (if applicable):
 FRA Case No. (if known):

Data deste Relatório:

Data do Relatório Original (se aplicável):
 Nº do Processo FRA (se conhecido):

1. REPORTING ENTITY DETAILS:

Name of Reporting Entity:

Reference of Reporting Entity:

Address of Reporting Entity:

Name of Money Laundering Reporting Officer:

Note: The name of an individual who is authorized to discuss the contents of this report must be provided.

Phone number:

Fax number:

Direct private fax: yes no

Do you wish to be contacted prior to faxes being sent to this number: yes no

Type of Reporting Entity:

Purpose of Entity:

Registered Office Address (or address of Trustee or General Partner etc.):

Business Address (if different from registered office address):

NOTE: Please include relevant information for entity type (i.e. settlor and beneficiary information for a trust). For each of the following which is a following which is a natural person please provide the information noted in Section 2.

Shareholder(s):
Name(s):

Director(s):
Name(s):

Ultimate Beneficial Owner (s) if different from above:
Name(s):

Account number(s) if applicable:

Other signatories on the account: (Please include relevant KYC details):

Other Information:

4. OTHER FINANCIAL SERVICE PROVIDERS INVOLVED IN ACTIVITY:

Name(s): Address(es):

Account number(s) if applicable:

Other Information:

5. REASON FOR SUSPICION

Note: Please include relevant details including date business relationship established/declined, source of funds, value of assets currently held if any and nature of the suspicion. Attach additional sheets as necessary.

Signature of Money Laundering Reporting Officer

1. DETALHES DA ENTIDADE RELATORA:

| | | |
|---|----------------------------------|--------------------|
| Nome da Entidade Relatora: | Referência da Entidade Relatora: | |
| Endereço da Entidade Relatora: | | |
| Nome do Money Laundering Reporting Officer: | | |
| <i>Observação: O nome de um indivíduo autorizado a discutir o conteúdo deste relatório deve ser fornecido.</i> | | |
| Número de telefone: | | |
| Número de fax: | Fax privado direto: sim não | |
| Deseja ser contactado antes de os faxes serem enviados para este número: sim não | | |
| Tipo de Entidade Relatora: (ou seja, banco, sociedade fiduciária, administrador de fundos mútuos, gerente de seguros, agente imobiliário etc.) | | |
| Natureza do(s) serviço(s) prestado(s) à pessoa física e/ou jurídica objeto deste relatório: | | |
| 2. OBJETO(S) DO RELATÓRIO (Pessoas Físicas): Observação: Anexe folhas adicionais conforme necessário. | | |
| Sobrenome: | Nome: | Sexo: |
| Data de nascimento: | Naturalidade: | Nacionalidade: |
| Profissão/Profissão: | | |
| Endereço(s): | | |
| Caixa Postal: | Nº e Nome da Rua: | Cidade/Município |
| Estado/Província | País | CEP/Código Postal: |
| Telefone: | Nº de Fax: | E-mail: |
| Tipo de Documento de Identificação: (ou seja, passaporte, carteira de motorista etc.) | | |
| Número do Documento de Identificação: | | |
| Data de Emissão: | | |
| Local de Emissão: | | |
| Número(s) da(s) conta(s), se aplicável | | |

Outros signatários na conta. (Inclua os detalhes relevantes do KYC):

Outras informações:

3. OBJETO(S) DO RELATÓRIO (Pessoas Jurídicas)

Observação: Anexe folhas adicionais conforme necessário.

Tipo de Entidade (sociedade, trust, parceria, caridade, outros):

Nome da Entidade:

Jurisdição de Constituição/Registro:

Data de Constituição/Registro:

Objetivo da Entidade:

Endereço da Sede Social (ou endereço do Administrador ou Sócio Administrador etc.):

Endereço Comercial (se diferente do endereço da sede):

OBSERVAÇÃO: Inclua informações relevantes para o tipo de entidade (ou seja, informações do instituidor e do beneficiário de um trust). Para cada um dos itens a seguir, que é uma pessoa física, forneça as informações mencionadas na Seção 2.

Acionista(s):

Nome(s):

Conselheiro(s):

Nome(s):

Beneficiário(s) final(is), se diferente(s) do(s) acima:

Nome(s):

Número(s) da(s) conta(s), se aplicável

Outros signatários na conta: (Inclua os detalhes relevantes do KYC):

Outras informações:

4. OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS FINANCEIROS ENVOLVIDOS NA ATIVIDADE:

Nome(s):

Endereço(s):

Número(s) da(s) conta(s), se aplicável

Outras informações:

5. MOTIVO DA SUSPEITA

Observação: Inclua detalhes relevantes, incluindo a data em que a relação comercial foi estabelecida/recusada, a origem dos fundos, o valor dos ativos atualmente detidos, se houver, e a natureza da suspeita. Anexe folhas adicionais conforme necessário.

Assinatura do Money Laundering Reporting Officer

APPENDIX E - Updates to this Manual / APÊNDICE E - Atualizações deste Manual

| Update No. | Date | Section | Page | Updated By | Update Approved By: |
|-------------------|-------------|-----------------------------|-----------------------------|-------------------|----------------------------|
| 1 | 24/12/2025 | All New AML Manual designed | All New AML Manual designed | | |
| | | | | | |

ANEXO E – Atualizações deste Manual

| Nº da Atualização | Data | Seção | Página | Atualizado por | Atualização aprovada por: |
|--------------------------|-------------|------------------------------------|------------------------------------|-----------------------|----------------------------------|
| 1 | 24/12/2025 | Todos Novo Manual de PLD projetado | Todos Novo Manual de PLD projetado | | |
| | | | | | |

**ANEXO F –
Laundering Officers**

Anti-Money

O Anti-Money Laundering Compliance Officer (“AMLCO”) e o Money Laundering Reporting

**APPENDIX F –
Laundering Officers**

The Anti-Money Laundering Compliance Officer (“AMLCO”) and The Money

Officer (“MLRO”) do OURIBANK S.A.
BANCO MULTIPLO é:

Edilson Guidini

E-mail: edilson.guidini@ouribank.com
Telephone: +55 11 4081 4444
do OURIBANK S.A. BANCO
MULTIPLO é:

Na sua ausência, deve ser feita referência ao
DMLRO:

Roberto Junior

E-mail: Roberto.junior@ouribank.com
Telephone: +55 11 4081 4444

Laundering Reporting Officer (“MLRO”) of OURIBANK S.A. BANCO MULTIPLO is:

Edilson Guidini

Email: edilson.guidini@ouribank.com
Telephone: +55 11 4081 4444
of OURIBANK S.A. BANCO
MULTIPLO is:

In their absence, reference should be made to the Deputy MLRO:

Roberto Junior

Email: Roberto.junior@ouribank.com
Telephone: +55 11 4081 4444

ANEXO G – Registro de Negócios Recusados

REGISTRO DE NEGÓCIOS RECUSADOS

Atualizado em [Data]

APPENDIX G – Declined Business Log

DECLINED BUSINESS LOG

Updated on [Date]

| <u>Date of Decline</u> | <u>Reported By</u> | <u>Reasons for Decline</u> | <u>Reported to</u> | <u>Actions Taken</u> |
|------------------------|--------------------|----------------------------|--------------------|----------------------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

| <u>Data de Recusa</u> | <u>Relatado por</u> | <u>Razões para Recusa</u> | <u>Reportado a</u> | <u>Ações Tomadas</u> |
|-----------------------|---------------------|---------------------------|--------------------|----------------------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Approved by:

Aprovado por:

Name:

Nome:

Date:

a:

Date:

APPENDIX H – High Risk Countries

ANEXO H – Países de Alto Risco

Criteria:

Critérios:

High risk countries are countries that:
 Are on the FATF Black List
 Have US (OFAC), UN, UK or Cayman Islands targeted financial sanctions applied against them
 Are members of the Collective Security Treaty Organization (CSTO) in the context of the Russia-Ukraine war, facilitate breaches of international sanctions, have borders with Russia, or are otherwise classified as high risk through internal due diligence

Países de alto risco são países que:
 Estão na Lista Negra do GAFI
 Os EUA (OFAC), a ONU, o Reino Unido ou as Ilhas Cayman aplicaram sanções financeiras direcionadas contra eles
 São membros da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO) no contexto da guerra entre Rússia e Ucrânia, facilitam violações de sanções internacionais, possuem fronteiras com a Rússia ou são de outra forma classificados como de alto risco por meio de due diligence interna

List of High Risk Countries:

Lista de Países de Alto Risco:

- Afghanistan
- Algeria
- Angola
- Armenia
- Azerbaijan
- Belarus

- Afeganistão
- Argélia
- Angola
- Armênia
- Azerbaijão
- Bielorrússia

| | |
|----------------------------------|--------------------------------|
| Bolivia | Bolívia |
| Bosnia and Herzegovina | Bósnia e Herzegovina |
| Burundi | Burundi |
| Bhutan | Butão |
| Cameroon | Camarões |
| Central African Republic | República Centro-Africana |
| Kazakhstan | Cazaquistão |
| Côte d'Ivoire | Costa do Marfim |
| Crimea | Crimeia |
| Cuba | Cuba |
| Democratic Republic of the Congo | República Democrática do Congo |
| United Arab Emirates | Emirados Árabes Unidos |
| Georgia | Geórgia |
| Guatemala | Guatemala |
| Guinea | Guiné |
| Guinea Bissau | Guiné-Bissau |
| Haiti | Haiti |
| British Virgin Islands | Ilhas Virgens Britânicas |
| Iran | Irã |
| Iraq | Iraque |
| Kenya | Quênia |
| Kyrgyzstan | Quirguistão |
| Kuwait | Kuwait |
| Laos | Laos |
| Lebanon | Líbano |
| Libya | Líbia |
| Mali | Mali |
| Myanmar | Mianmar |
| Monaco | Mônaco |
| Mongolia | Mongólia |
| Moldova | Moldávia |
| Namibia | Namíbia |
| Nepal | Nepal |
| Nicaragua | Nicarágua |
| Niger | Níger |
| North Korea | Coreia do Norte |
| Papua New Guinea | Papua-Nova Guiné |
| Pakistan | Paquistão |
| Russia | Rússia |
| Somalia | Somália |
| South Sudan | Sudão do Sul |
| Sudan | Sudão |
| Syria | Síria |

Tajikistan
Tunisia
Turkmenistan
Turkey
Ukraine
Uzbekistan
Venezuela
Vietnam
Yemen
Zimbabwe

Tajiquistão
Tunísia
Turcomenistão
Turquia
Ucrânia
Uzbequistão
Venezuela
Vietnã
Iêmen
Zimbábue